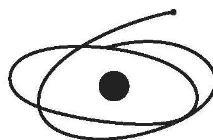
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XXXI nº 123-124 1988



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*



Ano XXXI nº 123-124 Julho-Dezembro 1988

ARTIGOS

A América Latina no presente contexto mundial
Hélio Jaguaribe
As Nações Unidas e o meio-ambiente
Aurelio Ruiz
O desenvolvimento tecnológico do Brasil e a cooperação internacional
Oscar Lorenzo Fernandes
Integración latino-americana: realidad y perspectivas
Felipe Herrera
Perspectivas da cooperação internacional
Celso Amorim
Conselhos ao embaixador iniciante: uma carta de Maquiavel
Sérgio Bath
Retorno ao futuro: a ordem internacional no horizonte 2000
Paulo Roberto de Almeida

DOCUMENTOS: A. A Polí1ica Externa do Brasil - Conferência do Ministro Abreu Sodré na Escola Superior de Guerra (julho 88). B) Operação entre a Comunidade dos Doze e o Brasil na Perspectiva de 1992 - Conferência do Emb. Geraldo Holanda Cavalcanti. C) Modernização e obstáculos para a Internacionalização da Economia Brasileira - Conferência do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. D) Conferência dos Países do Atlântico sul (Rio de Janeiro, julho de 1988). E) Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores - Portarias do Ministério de Estado.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuição de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 GRUPO B-213
RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Diretor:
CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretaria:
Eneida Nogueira Rigueira

Supervisão Gráfica:
Daniel Leite
TERRAÇO

Composição:
Waldir José/Cíntia Ribeiro

Direção e Administração
Praia de Botafogo, 186 - Grupo B - 213 - Telefone (021) 551-0598
22250 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Assinatura anual	Cz$ 4.000,00	Para o exterior:	US$ 20,00
Número avulso:	Cz$ 2.000,00	Para o exterior:	US$ 10,00
Números atrasados:	Cz$ 2.000,00	Earlier issues:	12US$ each

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXXI **1988/2** 123 - 124

SUMÁRIO

1. A AMÉRICA LATINA NO PRESENTE CONTEXTO MUNDIAL 1
Helio Jaguaribe

2. AS NAÇÕES UNIDAS E O MEIO-AMBIENTE 17
Aurelio Ruiz

3. O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO BRASIL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 29
Oscar Lorenzo Fernandes

4. INTEGRACIÓN LATINO-AMERICANA: REALIDAD Y PERSPECTIVAS 39
Felipe Herrera

5. PERSPECTIVAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 49
Celso Amorim

6. CONSELHOS AO EMBAIXADOR INICIANTE: UMA CARTA DE MAQUIAVEL .. 59
Sergio Bath

7. RETORNO AO FUTURO: A ORDEM INTERNACIONAL NO HORIZONTE 2000 .. 63
Paulo Roberto de Almeida

DOCUMENTOS

A. A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL 79
Conferência do Ministro Abreu Sodré na Escola Superior de Guerra (julho 88)

B. COOPERAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE DOS DOZE E O BRASIL NA PERSPECTIVA DE 1992 95
Conferência do Emb. Geraldo Holanda Cavalcanti

C. MODERNIZAÇÃO E OBSTÁCULOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA 103
Conferência do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

D. CONFERÊNCIA DOS PAÍSES DO ATLÂNTICO-SUL 107
(Rio de Janeiro, julho de 1988)

E. REVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 135
Portarias do Ministro de Estado

A AMÉRICA LATINA NO PRESENTE CONTEXTO MUNDIAL

Hélio Jaguaribe*

I. O ATUAL SISTEMA INTERNACIONAL

Duas abordagens

Raymond Aron, com a lucidez que era um dos apanágios de seu espírito, distingue, no cenário internacional, duas principais dimensões: a de um mercado mundial unificado e a de um sistema interestatal desunificado. A despeito das limitações decorrentes de ainda não se ter logrado uma adequada moeda internacional - papel que o dólar não está cumprindo bem, mas que nem o *écu* nem os Direitos de Saque substituem satisfatoriamente — as trocas de bens e serviços se processam com razoável fluidez e confiabilidade, entre os países do mundo, independentemente do regime e do alinhamento político de cada qual. Diversamente, no plano político, o mundo continua dividido entre 128 Estados soberanos (pela classificação do Banco Mundial), com níveis de capacidade extremamente diferentes, tendencialmente distribuídos entre três blocos —pró-americanos, pró-soviéticos e não-alinhados — cuja coordenação internacional, pelas Nações Unidas, se revela extremamente deficiente.

Como tive a oportunidade de expor em escritos precedentes (cf., p. e. "O Novo Cenário Internacional", Rio de Janeiro, Edit. Guanabara, 1986) uma outra aproximação, heuristicamente apropriada, para a compreensão do atual sistema internacional, é a de se o entender como um sistema inter-imperial. Dois sistemas imperiais, o Americano e o Soviético, dividem, entre si, a hegemonia do mundo, sem lograr plena abrangência, por subsistirem países que conservam importantes margens de autonomia, em relação a ambas as superpotências, como, em escala internacional, a China e, em escala regional, a Índia, na Ásia e o Brasil, na América do Sul.

Os dois sistemas imperiais de nossos tempo se distinguem, marcadamente, dos impérios precedentes. Sem dar à matéria mais detalhada elaboração, cabe diferenciar, na experiência histórica, quatro tipos de impérios: (1) os impérios étnicos, da Antiguidade

* Decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais.

Oriental, (2) os impérios culturais, como o de Alexandre e o Império Romano, (3) os impérios econômicos, como o Britânico e o francês, até a recente descolonização e (4) os impérios estratégicos como, de forma incipiente, ocorreu com a Liga de Delos e, presentemente, ocorre com os impérios Americano e Soviético.

Os impérios estratégicos não são orientados para a ocupação territorial de outros países, embora sua ação hegemônica tenha bastante nítida demarcação geográfica e seja particularmente intensa em determinadas áreas, como a América Central, para os Estados Unidos e a Europa Oriental, para a União Soviética. Os impérios estratégicos são sistemas mundiais de poder originariamente suscitados pelas preocupações defensivas de uma superpotência, relativamente a sérias ameaças a que se considere exposta, por parte de outro sistema de poder. O poder mobilizatório do comunismo internacional, apoiado pelo poder nacional da União Soviética, geraram nos Estados Unidos, depois da segunda guerra mundial, a convicção da necessidade de formação de um sistema defensivo e preventivo, que conduziu ao rearmamento americano e à OTAN. A mesma perspectiva, do lado soviético, ante o que era visto como o cerco da União Soviética pelas potências capitalistas, sob o comando americano, levou ao armamentismo soviético e à formação de um sistema protetivo de Estados satélites, na Europa Oriental, coordenados pelo pacto de Varsóvia.

O sistema inter-imperial

O presente sistema inter-imperial se caracteriza pelo fato de ambos os impérios consistirem numa articulação entre um centro e uma periferia. Esse sistema intra-imperial é comum a ambos, independentemente de suas diferenças específicas. Estas, sem dúvida, são importantes e se manifestam em dois principais aspectos. O primeiro se refere à natureza dos vínculos entre centro e periferia, em cada um dos sistemas. O segundo, em grande parte decorrente do primeiro, diz respeito à diferenciação entre o monocentrismo soviético, comparativamente ao policentrismo americano.

O que, basicamente, no sistema imperial americano, vincula sua periferia ao centro, é o efeito cumulativo de uma comunidade de interesses com uma comunidade de valores e de estilos de vida, no âmbito de uma comum participação na cultura ocidental. A Europa Ocidental, o Japão e os países desenvolvidos da Commonwealth Britânica, que formam o primeiro círculo da periferia do sistema, bem como as elites dirigentes da América Latina e de alguns outros países subdesenvolvidos da órbita americana, que formam o segundo círculo dessa periferia, têm interesses econômicos comuns, que configuram o mercado mundial a que se refere Raymond Aron. Têm, igualmente, nos casos da OECD e da América Latina, valores e estilos de vida comuns, próprios à cultura ocidental, de que são historicamente os presentes representantes. No caso do Japão, a persistência de seu fundo cultural próprio foi operacionalmente compatibilizada com a deliberada ocidentalização do país, que abrange crescentes espaços da vida japonesa.

Diversamente, no caso do sistema soviético, o que vincula a periferia ao centro é uma relação de causalidade circular entre a ideologia legitimadora do poder e um sistema de poder preservador da predominância dessa ideologia. Trata-se de algo cujo entendimento requer o emprego de categorias extraídas da sociologia da religião. O dogma religioso assegura a legitimidade do poder (do Papa, do Imperador ou do Rei) e esse poder, por sua vez, assegura a prevalência do dogma e a criminalização das heresias.

O segundo aspecto diferenciador dos dois sistemas imperiais, conexo com o prece-

dente, é o bastante amplo policentrismo americano em confronto com o monocentrismo soviético. O sistema americano é estrategicamente monocêntrico. Somente Washington comanda o poder nuclear. Mas é amplamente policêntrico em termos econômicos e culturais, distribuindo-se a influência entre os países europeus e o Japão, embora sob a pressuposição da predominância, *de facto*, dos Estados Unidos. Diversamente, o sistema soviético é formalmente monocêntrico, em todos os aspectos relevantes da vida coletiva. Isto não obstante, é apreciável o espaço de autonomia cultural e econômica *de facto* desfrutados pelos países de órbita soviética, sempre que assegurada a compatibilidade com o monolitismo básico do sistema.

Ambos os sistemas vêm experimentando dois tipos de desgastes, em contraste com seu contínuo fortalecimento técnico-militar. Um desses desgastes é comum a ambos e diz respeito à perda de validade de seu presumido propósito de salvacionismo mundial. Perderam credibilidade, para os Estados Unidos, sua mensagem de defesa do mundo livre e, para a União Soviética, sua mensagem de promoção de um mundo sem alienações sociais. Sem prejuízo das características próprias ao regime de cada qual, tornou-se evidente, a partir dos anos 60, com o esgotamento da temática da guerra fria, o fato de ambas as superpotências serem impérios estratégicos, cuja atuação mundial é comandada por princípios de maximização do próprio poder e minimização do poder da potência adversa, independentemente de considerações normativas.

Esse aspecto do desgaste experimentado por ambas as superpotências tem, por principal conseqüência, a de privar de legitimidade suas possíveis demandas, dirigidas às respectivas periferias, de formas desinteressadas de cooperação, fundadas em seus alegados altos propósitos internacionais. Mais importante ainda, em termos operacionais, é o segundo tipo de desgaste experimentado por ambos os centros imperiais. Tal desgaste é de diferente natureza, para cada uma das superpotências.

No caso dos Estados Unidos, o problema com que este se defronta é o de preservar sua centralidade econômico-tecnológica, no âmbito da livre concorrência internacional postulada por seu próprio regime, face aos crescentes indícios de superioridade do Japão e aos desafios que tenderão a decorrer da final unificação da Comunidade Européia, a partir de 1992. No caso da União Soviética, o problema com que esta se defronta decorre do potencial de sérias contradições contido no processo das reformas liberalizantes introduzidas por Gorbachev, relativamente ao regime de convalidação circular existente entre a ideologia e o poder. Como tem sido observado pelos estudiosos da matéria, a União Soviética, desde Khruchtchev, experimenta, por motivos de eficiência e outros, crescente necessidade de descentralização decisória e operacional, de maior liberdade de opinião e de expressão e de melhor uso dos mecanismos de mercado. Na medida, entretanto, em que se expanda o espaço de pragmaticidade do regime soviético, se contrai, correspondentemente, o da dogmaticidade. Como evitar o questionamento de um poder fundado na ideologia, na própria União Soviética e, mais delicadamente, nos países satélites, na medida em que a ideologia for perdendo validade e vigência?

Os três mundos

Face aos dois centros imperiais e sua mais imediata periferia, constituindo o que usualmente se tem denominado de Primeiro e de Segundo Mundos, configura-se um Terceiro Mundo, compreendendo países, predominantemente situados no hemisfério sul, assinalados por várias formas de subdesenvolvimento.

A existência de um Terceiro Mundo, num cenário internacional caracterizado pelo sistema inter-imperial, precedentemente referido, se explica por duas ordens de razões. De um lado porque, como já foi observado, os sistemas imperiais, embora hegemônicos em suas respectivas áreas, não são omni-abrangentes. Um país como a China, cujo desenvolvimento pós-revolucionário se processa, inicialmente, sob a égide soviética, logra condições, a partir da década de 60, para se tornar uma potência autônoma. Dentro de margem mais restrita, países como a Índia e o Brasil obtem significativos espaços de autonomia, a partir do segundo terço deste século.

A segunda ordem de razões se refere à já mencionada condição policêntrica do sistema imperial americano. O Terceiro Mundo, com excessão de alguns países de economias centralizadas — como Cuba — compreende países subdesenvolvidos de economias de mercado, que se situam no segundo e no terceiro círculo da periferia do sistema americano. Mantendo, com o centro imperial, graus diversificados de dependência, que vão da relativa autonomia do Brasil à estricta dependência de Honduras, conservam a condição de um Terceiro Mundo, dada a circunstância de que sua não incorporação à área cêntrica reduz, decisivamente, para esta, os custos administrativos relacionados com esses países. Como o provou a experiência colonialista mais recente, a formalização dos vínculos de dependência apresenta um saldo negativo em termos da relação custo-benefício, porque os custos diretos e indiretos do colonialismo formal são significativamente superiores aos benefícios dele extraídos. O colonialismo informal, ou neo-colonialismo, proporciona aos países cêntricos os principais benefícios do colonialismo formal, sem quase nenhum de seus inconvenientes.

O Terceiro Mundo tem, historicamente, origens relativamente recentes. Até o Renascimento, o mundo consistia num conjunto de sistemas civilizatórios mal conectados entre si, ou completamente separados. Esses sistemas civilizatórios, com a relativa excessão dos pré-colombianos da América, por sua escassa utilização de metais, tinham, basicamente, o mesmo nível tecnológico e econômico.

Do século XVI ao XIX as descobertas e a expansão colonial, a partir de uma Europa que se desenvolve aceleradamente, com as revoluções mercantil e industrial, unificam o mundo, mas introduzem a segmentação básica entre o centro europeu — a que se incorporarão os Estados Unidos — e o resto do mundo, que se constitue em uma periferia subdesenvolvida.

A restauração Meiji conduz o Japão à modernização, até o fim do século XIX. A revolução russa cria um sistema desenvolvido autônomo, que se expandirá depois da segunda guerra mundial. Após a segunda guerra, fica consolidada a tri-segmentação do mundo. O Primeiro Mundo, compreendendo os países desenvolvidos de economia de mercado da Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão. O Segundo Mundo, compreendendo a União Soviética e a Europa Oriental, com economias centralizadas, de apreciável grau de desenvolvimento. O Terceiro Mundo, compreendendo os países subdesenvolvidos da África, da Ásia e da América Latina, predominantemente com economias de mercado.

O Terceiro Mundo compreende um grupo muito heterogêneo de países, cujo traço comum é dado pelas várias modalidades de subdesenvolvimento. A essência deste consiste num insatisfatório emprego dos fatores de produção ou de organização da sociedade, dadas as condições contemporaneamente disponíveis.

Executados os casos extremos de deficiências ambientais, a insatisfatória utilização de fatores, peculiar ao Terceiro Mundo, está vinculada a uma continuada disfucionalidade

nas relações elite-massa, conducente a um regime econômico-social de soma zero. Em virtude de tal regime, em economias baseadas em atividades primárias, a apropriação do excedente, pela elite, se orienta, quase exclusivamente, para assegurar-lhe altos níveis de consumo e formas ostentatórias de poder, mantendo as massas na ignorância e na miséria.

Acrescente-se que, a partir da colonização européia do mundo e da formação da segmentação centro-periferia, as crescentes diferenciações de produtividade entre aquele e esta geram condições de intercâmbio estruturalmente desfavorável para a periferia, condições essas que persistem e se agravam na medida em que persista e aumente o diferencial de produtividade. Presentemente, um trabalhador não qualificado do Terceiro Mundo, comparativamente a um trabalhador com o mesmo nível de qualificação do Primeiro Mundo, precisa trabalhar 12 vezes mais para obter o mesmo rendimento. Estima-se que até o fim do século essa proporção se eleve para 20 vezes mais.

Dois eixos de conflito

Num mundo com as características precedentemente esboçadas, as relações internacionais tendem a se polarizar ao longo de dois eixos de conflito: Leste-Oeste e Norte-Sul. O primeiro, exprime as tensões inter-imperiais. Como o sistema inter-imperial se componha de dois centros que buscam a maximização do próprio poder e a minimização do poder adverso, a relação de conflito é inerente a tal sistema. O conflito Norte-Sul também tem caráter estrutural, na medida em que o favorecimento, por razões históricas, das condições operativas dos países do Primeiro Mundo, relativamente às do Terceiro Mundo, tende a se auto-agravar, suscitando, de parte dos países do Terceiro Mundo, esforços no sentido de modificar esse regime, em confrontação com esforços de sentido oposto, por parte dos beneficiários do mesmo.

O Conflito Leste-Oeste, que se vem desdobrando desde o término da segunda guerra mundial, passou por várias fases, da guerra fria *à detente*,, desta a novo período confrontacional, para se formar, com a ascenção de Gorbachev, desde 1985, um retorno a formas cooperativas de convivência, sem prejuízo do antagonismo sistêmico que persiste entre os dois centros imperiais.

O conflito Norte-Sul, diversamente, depois de vãs mas reiteradas expectativas de um grande plano de ajuda para os países do Terceiro Mundo, está se agravando — em condições crescentemente deterioradas pelos efeitos da dívida externa — pela constatação, cada vez mais nítida, por parte dos países do Terceiro Mundo, de que somente uma eficaz atuação unilateral, por inciativa deles — notadamente no que se refere à dívida — poderá reduzir o desequilíbrio estrutural existente entre os dois mundos.

Tendências evolutivas no Norte

Como precedentemente referido, o relacionamento americano-soviético se encaminha, presentemente, para uma nova etapa de redução de tensões. Retomando, em condições mais favoráveis e com outra competência pessoal, diversas das posições de Khrushchev, de princípios da década de 60, Gorbachev busca reduzir, decisivamente, os riscos de guerra e os níveis de armamentismo. A política internacional de Gorbachev está claramente condicionada por seus propósitos reformistas e liberalizantes, no âmbito interno do sistema soviético. Depois de quase alcançar um importante acordo em Reikjavik, em 1986, o Secretário-Geral chega, na cúpula de Washington, em Novembro de 1987, ao importante ajuste de eliminação dos mísseis de alcance intermediário. Esses mísseis, por

alcançarem seu alvo em escassos cinco minutos, constituiam um fator que tornava quase inevitável, a mais longo prazo, a ocorrência de um acidente desencadeador da guerra. Ademais da eliminação desses perigosos instrumentos, os entendimentos Gorbachev-Reagan abriram caminho para uma significativa redução do arsenal nuclear de ambas as potências. Circunstâncias ligadas à proximidade das eleições americanas parecem implicar na transferência, para depois da formação do novo governo, da retomada das grandes negociações. Isto não obstante, abriu-se uma ampla perspectiva redução de tensões e de crescente cooperação americano-soviética.

Tal tendência conduz à perspectiva de uma importante transformação do cenário internacional, induzindo à formação de um regime de condomínio mundial, entre as duas superpotências. A despeito de dúvidas remanescentes, quanto ao possível desequilíbrio estratégico que introduziria o projeto da SDI do presidente Reagan, se lograsse ser exitosamente implementado, o relacionamento americano-soviético está nitidamente se encaminhando para a redução das tensões, no âmbito de uma coexistência pacífica, ditada pela constatação de uma estável capacidade de mútuo aniquilamento (MAD). Em tais condições, os interesses de ambas as superpotências convergem no sentido de uma administração condominial do mundo.

São inúmeras as conseqüências que tendem a decorrer de um condomínio mundial americano-soviético. Desde logo, por razões de reciprocidade, tornam-se desinteressantes, para cada uma das superpotências, as atividades voltadas para a manutenção de focos de desestabilização, nas áreas de influência da outra. Assim, a União Soviética se prepara a sustar seu apoio à guerrilha centro-americana e retira, por deliberação própria, suas tropas do Afganistão. Correspondentemente, os Estados Unidos se preparam a sustar seu apoio à guerrilha de Angola e aos mujaedins afgãos. A não ingerência, por cada centro imperial, na área de predomínio do outro, consolida, extremamente, a hegemonia das superpotências, em suas respectivas áreas.

Tal consolidação tende a reduzir, substancialmente, a margem de autonomia dos países periféricos. Esse efeito é particularmente nocivo para países como o Brasil, que se acham em vias de superar seu remanescente subdesenvolvimento, com a decorrente modificação de seu status internacional e poderão ser conduzidos, no novo regime condominial, a um congelamento de seu presente *statu quo*. De modo equivalente, países como o México, que buscam compensar sua amplíssima inserção, geoeconômica e geopolítica, no sistema americano, mediante um relacionamento autônomo com a América do Sul, poderão, no regime condominial, não dispor mais de condições para essa política compensatória.

A circunstância, entretanto, de os centros imperiais sofrerem os desgastes precedentemente mencionados reduz, significativamente, as condições de exercício de sua hegemonia, a despeito das tendências condominiais a que se fez referência. Não se trata, apenas, do fato de que perderam credibilidade os propósitos salvacionistas de ambas as superpotências. Trata-se, ademais, do fato de que a crise econômica, experimentada pelos Estados Unidos e a crise ideológica, de que padece a União Soviética, afetam, de modo substancial, sua consistência interna e sua capacidade de ação externa. Como poderão os Estados Unidos administrar o mercado mundial e manter sua livre inserção no mesmo, se se tornarem estruturalmente deficitários? Como poderá a União Soviética manter o monopólio político dos partidos comunistas, na própria União Soviética e na Europa Oriental, se as exigências de eficácia erodirem a legitimidade da ideologia que fundamenta aquele monopólio político?

Tendências evolutivas no Sul

Enquanto o Primeiro e o Segundo Mundos caminham para uma certa unificação do sistema inter-imperial, através do condomínio mundial americano-soviético — ainda que os efeitos deste sejam minorados pelas deficiências internas precedentemente mencionadas — o Terceiro Mundo, ao contrário, caminha para crescentes diferenciação e desunificação.

A unidade do Terceiro Mundo não logrou, em seus momentos mais favoráveis, ultrapassar o nível do discurso. O Grupo dos 77 se revelou completamente impotente, em termos operacionais. E os países árabes, na mais propícia fase dos petrodólares — de 1973 a 1980 — se revelaram completamente incapazes de formular um projeto viável e válido para o Terceiro Mundo, ou de pelo menos imprimir consistente implementação a qualquer projeto árabe comum, como se verificou frente ao Estado de Israel e na questão palestina.

Sem dar, aqui, maior elaboração à análise das causas que impediram que o Terceiro Mundo lograsse um mínimo de concertação internacional, observe-se, apenas, que as tendências em curso são no sentido de crescente diversificação. O Terceiro Mundo se está diferenciando em cinco grandes grupos de países: (1) os países asiáticos de grandes mercados internos, em ativo processo de desenvolvimento, como a China e, em menor grau, a Índia e o Paquistão e, provavelmente, no futuro post-Khomeiny, o Irã; (2) os médios e pequenos países asiáticos, exportadores de manufaturas, como Koreia, Formosa e outros; (3) os países latino-americanos em avançado estado de industrialização, como Brasil, México e Argentina; (4) os países petroleiros, como a Arábia Saudita e o Kuwait; (5) os países de baixa capacidade produtiva e grande pobreza, compreendendo a maioria dos países do Terceiro Mundo.

Esses cinco grupos de países, embora se ressintam, em comum, da assimetria estrutural das relações Norte-Sul, reagem de forma muito diferente a essa assimetria e, de um modo geral, às condições de seu subdesenvolvimento. O processo de desenvolvimento e de modernização da China é extremamente promissor, o mesmo ocorrendo, em grau mais moderado e mais qualificado, no caso da Índia. É igualmente promissor o desenvolvimento, com base nas exportações, dos NICs asiáticos. É mais problemática a situação dos países relativamente industrializados da América Latina, em virtude do manifesto esgotamento do modelo, a que continuam vinculados, de desenvolvimento por substituição de importações. É também problemática a condição dos países petroleiros, na medida em que uma riqueza necessariamente exaurível não está sendo suficientemente utilizada para a modernização desses países e a formação de bases econômicas alternativas. O caso dos países menos desenvolvidos do Terceiro Mundo, finalmente, é extremamente desanimador e parece não ser solúvel enquanto não se forme um contexto internacional muito mais favorável, o que não é previsível para os próximos decênios.

Tudo indica, assim, que o Terceiro Mundo não chegará a ser um ator histórico coletivo, continuando a figurar como um aglomerado desconexo de países, cujo único traço comum é o subdesenvolvimento. Isto não obstante, tudo indica, também, que importantes protagonismos estão se configurando, relativamente a um limitado número de países dessa área, que tenderão, até o fim do século ou princípios do próximo, a

exercer, com relevante margem de autonomia, um significativo papel no cenário internacional. A China é o mais promissor desses países. E na América Latina há condições para que os países de maior desenvolvimento da região recuperem, com celeridade, seu precedente ritmo de crescimento e de modernização, se lograrem modernizar sua política econômica e seu sistema social e pol1tico.

II. A AMÉRICA LATINA

Características atuais

Como se verifica, de um modo geral, no Terceiro Mundo, a América Latina, atualmente, se caracteriza pela crescente diferenciação dos países que a integram. Enquanto, nos anos 50, a região apresentava importantes cracterísticas comuns, não somente no plano cultural e na comum condição neo-ibérica, mas também no econômico, as décadas subseqüentes foram acentuando, marcadamente, as diferenças.

Presentemente, cabe distinguir na América Latina, como no caso do Terceiro Mundo, cinco grupos de países: (1) os países da América Central e Caribe, (2) o caso particular do México, (3) os países de avançada industrialização da América do Sul; Brasil e Argentina, (4) os países sul-americanos de desenvolvimento médio: Venezuela, Colombia, Chile e Uruguai e (5) os países sul-americanos de menor desenvolvimento, compreendendo os demais.

Pode-se observar, no precedente esquema tipológico, a importância de que veio a se revestir a diferenciação entre os países ao norte e ao sul do mar das Caraíbas, motivada pelo extraordinário peso gravitacional dos Estados Unidos. O México, com estruturas sociais semelhantes às do Brasil, se constitue em um caso particular em virtude de sua vinculação geoeconômica e geopolítica com os Estados Unidos. Por sua vez, os países centro-americanos e caribenhos, embora ostentando uma estrutura social própria, que tenderia a deles fazer um subgrupo específico, encontram, no seu relacionamento com os Estados Unidos, um decisivo condicionamento de sua realidade nacional.

Os países da América Central e do Caribe trouxeram, de seu passado, uma dupla problemática, a de superar os problemas de viabilidade nacional, decorrentes de suas restritas dimensões e, com a notória excessão de Costa Rica, a de superar a dominação de oligarquias obsoletas, cada vez mais vinculadas a dirigentes militares com características sicárias. O primeiro problema foi apropriadamente equacionado — embora não adequadamente implementado — através dos intentos de integração subregional, como o Mercado Comum Centro-Americano. O segundo problema não logrou um conveniente encaminhamento por causa da aliança entre as oligarquias locais e poderosos setores econômicos dos Estados Unidos. Impediu-se, renitentemente, com a mencionada excessão de Costa Rica, a formação de um espaço político para a classe média centro-americana, forçando as novas gerações a optar entre a cínica conivência com o *statu quo* ou o revolucionarismo guerrilheiro.

Dentro de condições distintas, em função de sua ampla população, complexa estrutura econômica e social e do particular encaminhamento político decorrente da revolução de 1911, a situação geoeconômica do México tem exercido e continua exercendo, cada vez mais, decisiva influência sobre o país. A necessidade de preservar o controle nacional sobre a própria economia, ante as poderosíssimas pressões da economia americana,

ademais de condições decorrentes da revolução mexicana, conduziram à montagem de uma gigantesca burocracia estatal. A contrapartida desse sistema, ademais do estímulo à corrupção, tem sido altas taxas de ineficiência e o retardamento da modernização do país.

No quadro sul-americano, menos imediatamente exposto ao imenso peso gravitacional dos Estados Unidos, o modelo de desenvolvimento por substituição de importações, basicamente seguido pelos países da área nas três décadas subseqüentes à segunda guerra mundial, gerou efeitos muito diferenciados. Países como o Brasil e, em menor grau, a Argentina, lograram um avançado nível de industrialização. Os países de dimensões médias, tiveram resultados mais modestos. Menores, ainda, os resultados obtidos pelos países pequenos. Acrescente-se que, mesmo em relação aos países de grandes dimensões, o modelo de substituição de importações esgotou suas potencialidades, a partir do momento em que estas chegaram a um nível praticamente incompressível.

Os dois choques do petróleo, em 1973 e 1979 e, conexo com os mesmos, a acumulação de imensa dívida externa, deterioraram, profundamente, a economia dos países latino-americanos não exportadores de óleo, terminando por afetar também a estes. Complicados problemas políticos, vinculados às vicissitudes históricas do peronismo e do anti-peronismo, na Argentina e, no caso do Brasil, ao dualismo estrutural da sociedade brasileira, se entrelaçaram com as dificuldades econômicas, gerando, no curso da década de 1980, um prolongado processo de inflação e de estancamento.

O quadro latino-americano, no curso da presente década, é de crise generalizada e de estagnação. Mesmo países de dimensões semi-continentais e importante nível relativo de desenvolvimento, como o Brasil, se defrontam com gravíssimos impasses econômicos, em condições sociais de altíssima tensão e, decorrentemente, com sérias dificuldades políticas. Por outro lado, a óbvia necessidade de expansão de mercados não pode mais ser atendida através da antiga aspiração à integração econômica da América Latina. Os países latino-americanos se tornaram demasiadamente diferenciados para que seja possível, num futuro previsível, uma integração regional. Mesmo no âmbito mais restrito e menos heterogêneo da ALADI, não é viável, presentemente, cogitar-se de formas integrativas muito mais estreitas do que as atuais.

O desafio internacional

Dentro das condições precedentemente indicadas, os países latino-americanos se encaminham no sentido de uma franca deterioração de sua posição relativa — quando não, em alguns casos, da absoluta — no cenário internacional. Essa deterioração afeta, para todos, externamente, sua capacidade de negociação e, internamente, sua capacidade de modernização e de desenvolvimento.

O que empresta particular gravidade à presente crise dos países latino-americanos é o fato de essa crise os imobilizar, tanto doméstica quanto internacionalmente, no momento em que se estão produzindo, aceleradamente, mudanças da maior relevância no cenário internacional. Tais mudanças apresentam quatro principais aspectos:

(1) formação de um regime condominial americano-soviético de hegemonia mundial que, apesar das limitações que o afetam, reduzirá, significativamente, a margem de autonomia dos países periféricos;

(2) mudanças da importância relativa dos fatores de predomínio mundial, transferindo-se a tônica da influência do plano político-militar para o econômico-tecnológico;

(3) modificação da relevância dos fatores de produção, com a degradação da impor-

tância das matérias primas e da mão-de-obra barata e crescente relevância dos fatores tecnológico e gerencial;

(4) formação de grandes sistemas produtivos, compreendendo os Estados Unidos, o Japão e a Comunidade Europeia, com apreciável participação dos NICs asiáticos e marginalização econômica do restante do mundo.

Confrontados com tais desafios, os países latino-americanos, para evitar que se consolide sua marginalidade, dispõem de um prazo extremamente curto para superar suas crises internas, reorientar sua estratégia de crescimento e adotar medidas que superem seu isolamento internacional. Dada a extrema diversidade dos países da região, é evidente que não poderão ser os mesmos os objetivos específicos que lhes convenha perseguir. Pode-se, entretanto, identificar certos requisitos básicos que terão de ser atendidos por tais países, dentro de modalidades diferenciadas pelas características de cada qual.

Tais requisitos são, no fundamental, os quatro seguintes:

(1) requisitos de integração nacional, que conduzam à formação, social e territorialmente, de uma maioria da população estavelmente comprometida com os interesses gerais do país;

(2) requisitos de operacionalidade pública, que conduzam, institucional e funcionalmente, à viabilização operacional do Estado, afetado, em quase todos esses países, por déficits orçamentários fortemente inflacionários e por terrível ineficiência burocrática;

(3) requisitos de dinamização do crescimento econômico, estagnado pela combinação das deficiências do setor público com o esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações;

(4) requisitos de apoio internacional, que rompa o isolamento dos países da região, mediante concertações intra-latino-americanas e outras articulações internacionais.

Esse elenco de requisitos — cujo atendimento, obviamente, não é nada fácil e tenderá a não poder ser exitosamente alcançado por grande número de países — apresenta modalidades muito diversas, como já foi referido, conforme as condições de cada país. Para os países da América Central a integração nacional consiste, fundamentalmente, num acordo realista entre os situacionismos e as guerrilhas, que permita a formação de maiorias aptas a assegurar sua governabilidade. Para países como o Brasil e o México a integração nacional consiste na pronta execução de um amplo programa de desenvolvimento social, que incorpore as grandes massas, aceleradamente, a níveis superiores de vida, de capacitação e de participação.

Da mesma forma, a viabilização operacional do Estado representa, para alguns países, um razoável esforço de despatrimonialização do setor público. Para os países mais desenvolvidos da região, o que está urgentemente em jogo é uma dupla reforma, fiscal e administrativa. Reformas que elevem, razoavelmente, a tributação bruta, significativamente, a líquida e que imprimam funcionalidade ao gasto público, notadamente no tocante ao funcionalismo.

Amplia-se, ainda mais, o leque das modalidades apropriadas a cada país, no que concerne à retomada do crescimento econômico, com adoção de um novo modelo de desenvolvimento. De um modo geral, o protecionismo econômico latino-americano, depois de haver produzido, em muitos casos — como ocorreu, notadamente, com o Brasil — excelentes resultados, entrou em regime de rendimentos decorrentes ou mesmo negativos. Isto porque, de uma ou de outra forma, os sistemas produtivos da região ficaram, com poucas exceções, fortemente cartorializados, gerando, concomitantemente, um poderoso corporativismo no âmbito interno nas grandes empresas públicas. Esse mesmo protecio-

nismo, por outro lado, está sucitando, crescentemente, a obsolecência tecnológica da indústria latino-americana, dificultando sua futura competividade internacional.

A dinamização do crescimento econômico é uma tarefa imperiosa e urgente mas, certamente, de delicada execução. Dentro da usual penduralidade da opinião pública, a crítica ao protecionismo freqüentemente leva a insensatos exageros de abertura internacional, que conduziriam ao rápido sucatamento de amplos setores produtivos. O de que se trata, na verdade, é de estabelecer uma inversão de expectativas, tornando claro, para o setor produtivo, que exigências de competitividade internacional serão, de um modo geral, crescentes. Mas se adotando, na implementação dessa política, um prudente gradualismo e a complementar aplicação de medidas que assegurem a modernização do setor produtivo, em vez de sua destruição.

Importa, a esse respeito, assinalar, particularmente no caso dos países de maior desenvolvimento relativo, a profunda diferença que apresenta a defesa do interesse nacional, quando se compare com as atuais as condições dos anos 50 e 60. Há algumas décadas, a nacionalização de certos setores estratégicos, freqüentemente mediante a criação de monopólios estatais, constituia, na prática, a única forma viável de se ajustar a orientação empresarial desses setores ao interesse nacional. Nas presentes condições, os países mais desenvolvidos da região dispõem de instrumentos públicos suficientes para o adequado controle e a supervisão de sua economia. A restritiva atribuição, a monopólios públicos, ou mesmo a empresas estritamente nacionais, do exercício de certas atividades, tornou-se, freqüentemente, contraproducente, por reduzir, contra o interesse nacional, a capacidade de crescimento e de modernização de tais setores. O que aumentou, decisivamente, de importância, é o aprimoramento da capacidade e da idoneidade dos instrumentos de supervisão pública, inclusive no que se refere à abrangência, em nível de laboratório, de sua área de competência científico-tecnológica.

Finalmente, no que se refere aos requisitos de apoio internacional, a América Latina não pode mais se perder no utopismo e na retórica. O utopismo de se proceder, num futuro previsível, a uma integração global, regional ou mesmo subregional. E a retórica das declarações de princípio e de enunciação de supostas diretrizes comuns de política, destituídas de qualquer credibilidade operacional. A integração, sobretudo em termos sub-regionais, continua um desiderato válido, no longo prazo. Urge, entretanto, partir, imediatamente, para formas operacionais de concertação, entre países dotados de condições para tais ajustes.

Concertação na América Latina

É extremamente amplo, na América Latina, o âmbito de possibilidades para o ajuste de concertações, notadamente de caráter econômico. Sem prejuízo de outras modalidades, o regime de concertações operacionais proporciona aos pequenos países, como no caso da América Central e do Caribe, a possibilidade de constituirem, de forma eficiente e rentável, empresas multinacionais que superem, por suas características, as limitações de seus respectivos mercados domésticos. Os transportes aéreos e marítimos são setores tipicamente favoráveis para tais concertações. As concertações operacionais entre países de maior dimensão oferecem possibilidades ainda mais amplas. A trinacional Latinequipe, para a comercialização de bens de capital da América Latina, criada em 1986, anos por atuação conjunta de Nacional Financeira, do México, Banco do Estado de São Paulo, do Brasil e Banco da Província de Buenos Aires, da Argentina, é um exemplo, extremamente

exitoso, de tais possibilidades. Em fins de 1987 Latinequip tinha, em carteira, operações no valor de US$655 milhões, dos quais cerca de 68% com elevada probabilidade de execução.

Ademais de ajustes especificamente operacionais, entretanto, são da mais alta relevância, para a América Latina, as concertações de caráter mais global, que estabeleçam mecanismos de mercado comum entre países com característica complementares, dentro de um regime que mantenha entre os mesmos relações razoavelmente equilibradas. Um decisivo passo, nesse sentido foi dado pelo acordo de integração econômica entre o Brasil e a Argentina, firmado em Buenos Aires, em 1986, ao qual, posteriormente, se incorporou o Uruguai.

O acordo de Buenos Aires, complementado por atos posteriores, tem o mérito de ser abrangente, operacional, realista e dinamicamente equilibrado. Os doze protocolos do documento original já cobrem uma ampla gama de setores, desde o comércio, em geral, e correspondentes ajustes financeiros, a diversos setores de elevada tecnologia, incluindo o conjunto dos bens de capital e atividades de ponta, como a energia nuclear, a indústria aeronáutica, a biotecnologia, entre outras. Por outro lado, é um acordo operacional e realista. Não se trata de definição de princípios, mas de metas claramente determinadas, em termos de intercâmbio ou de "joint ventures". Metas realisticamente concebidas, cujo alcance corresponde, efetivamente, às possibilidades e aos interesses dos signatários. Acrescente-se, finalmente, que o acordo foi concebido para manter um equilíbrio dinâmico nas relações entre os dois países, orientado para estimular seu desenvolvimento tecnológico e lhe assegurando, concomitantemente, medidas corretivas para evitar que seus benefícios sejam inequitativamente repartidos.

O mecanismo das concertações oferece imediatas e vastas possibilidades para os países latino-americanos superarem seu isolamento internacional e as limitações que experimentam, por restrições de seus mercados domésticos, ou de seus recursos econômicos e humanos. Se a integração, em nível regional e, sobretudo, subregional, mantém sua validade como objetivo de longo prazo, as concertações proporcionam instrumentos prontamente utilizáveis e aptos a produzir, no curto e médio prazos, resultados extremamente importantes.

Sistema de cooperação e assistência recíproca

Entre as possibilidades de concertação avulta, na América Latina, notadamente no âmbito da ALADI, a da constituição de um sistema de cooperação e assistência recíproca. O sistema de cooperação argentino-brasileiro, que já incorpora o Uruguai, constitue uma excelente base de partida para a montagem de um sistema mais amplo de cooperação e assistência recíproca.

É certo, como tem sido acentuado por representantes de ambos os países, que é preciso dar ao regime de integração argentino-brasileiro, antes de se abri-lo, para outros países, suficiente tempo para que se consolidem e se tornem fluídas as relações de intercâmbio, não apenas entre os Estados mas, notadamente, entre os agentes de suas respectivas sociedades civis — empresas, cientistas, consumidores. Isto não obstante, é também certo o fato de que se reveste de grande urgência e da mais alta prioridade a necessidade de reduzir a vulnerabilidade internacional dos países da região e elevar, correspondentemente, sua capacidade externa de negociação. Ademais da óbvia necessidade de uma radical revisão do regime da dívida — inalcançável pela iniciativa isolada de qualquer

país latino-americano — inúmeras outras questões da agenda internacional requerem um mecanismo de concertação regional, para a satisfatória defesa de legítimos interesses dos países membros.

O mecanismo que se tem em vista, para esses efeitos, é um sistema que complemente e amplie os benefícios do entrosamento econômico do Brasil com a Argentina introduzindo, no quadro, ademais do Uruguai, dois países produtores de petróleo: Venezuela e México. Estudos preliminares, realizados por iniciativa do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, em princípios de 1985, revelaram que a introdução, num sistema de cooperação argentino-brasileira, de um país como o México exerce, mais do que aditivos, efeitos multiplicativos no sistema. A inclusão da Venezuela, em tal sistema, aumentaria, ainda mais, seu âmbito de relevância.

Basicamente, o que ocorre, quando se passa de um sistema bilateral para um seletivo sistema multilateral, é que se compensam, num nível muito mais elevado de benefícios recíprocos, desequilíbrios que tenderiam a ocorrer num intercâmbio meramente bilateral. A inclusão dos cincos países em referência num sistema multilateral de trocas gera um intercâmbio extremamente significativo e dinamicamente equilibrado.

Relativamente ao triênio 1984-86 as importações entre esses cinco países atingiram uma média anual da ordem de US$ 3,5 bilhões. Um regime de intercâmbio, entre esses cinco países, regulado por moeda convênio, com saldos liquidáveis em moedas nacionais dos credores, em prazos de um a dois anos, permitiria, com bastante celeridade, que se elevasse a cifra anterior para montantes da ordem de US$8 a 10 bilhões. Esse montante resultaria da substituição, por importações do sistema, em moeda convênio, de importações correntemente efetuadas em dólares e constituiria uma decisiva economia de divisas. Por outro lado, como as exportações dos países em referência, para a área do dólar, não se encontrem limitadas por restrições da oferta e sim da demanda, a operação do sistema não lhes reduziria o montante das exportações em dólares.

A eficiência do sistema em referência se torna ainda mais elevada se, ademais de um regime especial de intercâmbio, incluindo "joint ventures" e outros projetos comuns, nele se incluir, dentro de condições realísticas, um mecanismo de assistência recíproca, em situações de crise. Na hipótese de um conluio internacional que tentasse privar algum dos países membros do sistema de insumos essenciais para sua economia, como petróleo, para o Brasil, ou alimentos, para a Venezuela ou o méxico, o sistema estaria habilitado, por prazos razoáveis, a subministrar um atendimento mínimo do item faltante, suficiente para evitar o colapso econômico do país afetado.

É indispensável, entretanto, para que esse sistema funcione estavelmente, que se proceda com extremo realismo na determinação das prestações e contraprestações a cargo dos países membros. É particularmente necessário, para que dele participe o México, que se leve em conta, com toda a objetividade, os constrangimentos, de ordem geoeconômica e geopolítica, que lhe advêm de sua inserção na área territorial norteamericana. Somente tal sistema poderá assegurar ao México um mais amplo espaço de autonomia internacional. Mas esta só será alcançada se forem levadas em conta, tanto pelo México como por seus parceiros sulamericanos, as condições de possibilidade de seu exercício.

Conclusões

Fatores internos e externos vem exercendo, no curso do presente decênio, efeitos extremamente detrimentais para os países latino-americanos. Imobilizados, doméstica e internacionalmente, por sua crise, esses países se confrontam com um cenário internacional em processo de acelerada mudança. Como precedentemente assinalado, quatro principais aspectos de tais mudanças merecem particular atenção:

(1) formação de um regime condominial americano-soviético de hegemonia mundial que, apesar das limitações que o afetam, reduzirá, significativamente, a margem de autonomia dos países periféricos;

(2) mudanças da importância relativa dos fatores de predomínio mundial, transferindo-se a tônica de influência do plano político-militar para o econômico-tecnológico;

(3) modificação da relevância dos fatores de produção, com a degradação da importância das matérias primas e da mão-de-obra barata e crescente relevância dos fatores tecnológico e gerencial;

(4) formação de grandes sistemas produtivos, compreendendo os Estados Unidos, o Japão e a Comunidade Européia, com apreciável participação dos NICs asiáticos e marginalização econômica do restante do mundo.

Para enfrentar essa crise importa, como foi mencionado, que se dê atendimento a quatro ordens de requisitos:

(1) requisitos de integração nacional, que conduzam à formação, social e territorialmente, de uma maioria da população estavelmente comprometida com os interesses gerais do país;

(2) requisitos de operacionalidade pública, que conduzam, institucional e funcionalmente, à viabilização operacional do Estado, afetado, em quase todos esses países, por déficits orçamentários fortemente inflacionários e por terrível ineficiência burocrática;

(3) requisitos de dinamização do crescimento econômico, estagnado pela combinação das deficiências do setor público com o esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações;

(4) requisitos de apoio interncaional, que rompa o isolamento dos países da região, mediante concertações intra-latino-americanas e outras articulações internacionais.

Na base de tudo isso se encontra a necessidade de um amplo consenso em torno desses objetivos fundamentais, que mobilize, pelo menos nos países mais aptos a dar início a um sistema de cooperação e assistência recíproca, a vontade política para tal necessária. Se essa vontade política não se manifestar, aTé o fim da presente década, são extremamente sombrias as perspectivas da América Latina para este fim de século, tornando-se cada vez mais provável que a região se constitua em uma das grandes áreas marginais do mundo.

QUADRO 1
COMÉRCIO EXTERIOR DE ARGENTINA, BRASIL, MÉXICO, URUGUAI E VENEZUELA
1985
US$ Milhão

País	Exportação	Importação
Argentina	8.396	3.814
Brasil	25.637	14.346
México	21.866	13.459
Uruguai	853	666
Venezuela	12.272	8.178
TOTAL	69.024	40.463
Importações totais desse grupo de países do próprio grupo — média anual de triênio 1984-85		3.491

Percentagem dessas importações sobre importações totais: 9,7%

Fonte: Relatório do Banco Mundial de 1987

QUADRO 2
Importação US$ Milhão

Importadores	Ano	Exportadores: Argentina	Brasil	México	Uruguai	Venezuela	Total
Argentina	84	–	529	171	87	126	
	85	–	488	268	86	84	
	86	–	737	156	118	452	
	med. an.	–	585	198	97	84	964
Brasil	84	831	–	208	127	366	
	85	611	–	160	125	309	
	86	690	–	145	205	344	
	med. an.	711	–	171	152	340	1.374
México	84	78	631	–	47	58	
	85	60	385	–	16	55	
	86	100	151	–	63	60	
	med. an.	56	391	–	42	58	547
Uruguai	84	98	128	10	–	8	
	85	64	147	7	–	4	
	86	93	301	8	–	3	
	med. an.	85	192	8	–	5	290
Venezuela	84	5	544	3	2	–	
	85	1	264	13	2	–	
	86	6	95	9	5	–	
	med. an.	4	301	8	3	–	316
TOTAL (M.A.)		856	1.469	385	294	487	3.491

Fonte: BID-INTAL El comércio Intra-Latinoamericano em los años 80, noviembre, 1987.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXIX 113 - 114

IBRI

instituto brasileiro de relações internacionais

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL



REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ASSINATURA ANUAL . . . . NCz$ 10,00
YEARLY SUBSCRIPTION . . . . US$ 24.00

PEDIDO DE ASSINATURA:
SUBSCRIPTION TO BE SENT TO:

Nome:. . . . .
Name:. . . . .
Endereço: . . . .
Adrest. . . . .

Este pedido é acompanhado da importância de Cz$. . . . .
With this subscrition is included . . . . **US$**.

Data
Date

Assinatura
Signatures

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BRAZILIAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL RELATIONS

Praia de Botafogo, 186 — Grupo B — 22250 — Rio de Janeiro - RJ — BRASIL

AS NAÇÕES UNIDAS E O MEIO-AMBIENTE

Aurelio Ruiz *

As importantes questões relacionadas com o meio ambiente e o desenvolvimento foram examinadas com amplitude e competência no relatório Bruntland que, com o título "Nosso futuro comum", abrange complexas questões dos nossos dias de forma esclarecida e prática. *"Nosso futuro comum"* representa, sem dúvida, um dos mais louváveis esforços realizados até o presente pela comunidade internacional em busca de um equacionamento global de importantes problemas diretamente relacionadas com a sobrevivência da humanidade no contexto de um processo de desenvolvimento.

A ação das Nações Unidas no campo da defesa do meio ambiente constitui um dos mais claros exemplos da nova relação entre povos e países conseguida pela Organização através de um trabalho perseverante e cheio de desafios. Convém assinalar, uma vez mais, que uma das maiores conquistas das Nações Unidas ao longo dos seus quarenta e três anos de existência, foi o de transformar a vida das nações e dos indivíduos do planeta através de um código de ética internacional que privilegia a solidariedade, a cooperação e o entendimento, ante a confrontação e o conflito como métodos para a solução das controvérsias. Cada vez com maior freqüência e interesse, as nações recorrem aos mecanismos multilaterais na busca de soluções acordadas para os graves problemas políticos, econômicos e sociais que as afligem. A vigência deste conceito, que de forma crescente vem se impondo nas relações internacionais constitui, na minha opinião, uma das revoluções de maior alcance registradas na história da humanidade. Este novo enfoque das relações internacionais sob a égide de uma visão multilateral e multidisciplinar dos problemas globais, tem conseguido transformar consideravelmente a vida da comunidade de nações e tem despertado, nos povos e nas classes dirigentes, uma nova consciência fortemente imbuída dos princípios de interdependência e solidariedade internacionais.

Dentro deste quadro, o trabalho desenvolvido pelas Nações Unidas na defesa do meio ambiente representa um dos mais evidentes exemplos da nova abordagem das relações internacionais, que surge em 1945 e que vem se consolidando ao longo das últimas quatro décadas.

* Diretor do Centro de Informações da Organizações das Nações Unidas do Rio de Janeiro.

A TERRA SOBREVIVERÁ AO HOMEM?

Todos os dias e em todos os lugares do Planeta se trava um brutal combate de vida ou morte. Algumas vezes é invisível, como acontece quando uma espécie vegetal, com o seu conjunto de genes insubistituíveis, desaparece para sempre de uma floresta amazônica. Outras vezes é dolorosamente visível: um homem morre asfixiado no metrô da cidade do México de um ataque de asma provocado pela contaminação; uma mulher de Nova Iorque vê o seu rosto ficar desfigurado por um câncer de pele, um dos 200.000 casos deste tipo que podem ser previstos para as próximas décadas com a redução da camada protetora do ozônio em volta da Terra.

Existem milhares de plantas que estão se convertendo em pó. É possível que até o ano 2000 tenham se extinguido um milhão de espécies; e que com os seus genes se perca para sempre uma possibilidade de cura da AIDS ou do câncer. A sujeira da água provoca 25.000 mortes por dia nos países em desenvolvimento. A contaminação do ar é a causa de doenças entre os habitantes do mundo desenvolvido. Lagos e florestas são destruídos. Nos países em desenvolvimento, os pobres contaminam causando danos a um meio ambiente já frágil, porque devem sobreviver. As cidades do chamado Terceiro Mundo estão estourando com populações constituídas por fugitivos das zonas rurais esgotadas. Estão sendo derrubadas florestas tropicais, a maior reserva genética da Terra, para a obtenção de combustíveis, de áreas cultiváveis ou para a construção de estradas. Grande parte de toda esta destruição é irreversível.

A Terra já começou a esquentar muito e a única forma de refreiar este fenômeno é a redução drástica do consumo de energia nos países mais ricos do mundo.

Está previsto que a perda da camada de ozônio continuará num ritmo alarmantemente rápido durante mais ou menos uma geração, apesar do recente tratado para a proteção dessa camada inspirado pelas Nações Unidas.

Recentemente chegou-se à conclusão de que a perda de ozônio era três vezes superior à imaginada quando entrou em vigor, em janeiro de 1988, um Protocolo para reduzir a produção de substâncias que põem em risco o ozônio. As conseqüências ambientais são a longo prazo e incrivelmente complexas. Uma vez iniciada na natureza uma reação em cadeia, esta não pode ser interrompida de imediato: uma molécula de cloro liberada hoje em Bangcoc ou em Londres pode permanecer na atmosfera durante um século, destruindo milhares de moléculas de ozônio. Mas o fato de saber que a destruição é irreparável não nos deve paralizar. Pelo contrário, deve servir de estímulo para a ação de todos e de cada um de nós.

AGINDO PARA SALVAR O NOSSO MEIO AMBIENTE

Começar a agir é a postura que estão adotando as Nações Unidas frente ao desafio ambiental. Há 16 anos e como resultado da primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo sob os auspícios das Nações Unidas, foi fundado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

O PNUMA é a consciência sobre o meio ambiente do sistema de Nações Unidas. Este órgão, pequeno e inovador, funciona como agente catalizador: sua missão não é fazer, mas provocar em outros a reflexão e a ação.

O PNUMA não é uma grande burocracia. Conta com um reduzido quadro funcional de 180 pessoas e um modesto orçamento anual de 45 milhões de dólares. Também não

lhe é facultado impor a outros órgãos das Nações Unidas aquilo que devem fazer.

Contudo, depois de um "início bastante tenso", como o qualificou um alto funcionário do PNUMA, este programa teve um notável êxito no que se refere a estimular gigantes mundiais como o Banco Mundial, a FAO e a Organização Mundial da Saúde e convencê-los de que deveriam trabalhar mais profunda e seriamente na proteção do meio ambiente.

O PNUMA conseguiu, também, dois dólares a mais por cada dólar recebido nos últimos quinze anos: 450 milhões mobilizaram 1.2 bilhões de dólares dedicados a projetos de proteção do meio ambiente.

Mas o PNUMA não se limita a coordenar a ação das Nações Unidas em assuntos de meio ambiente.

O programa de vigilância da Terra, que é o mais importante deste Programa das Nações Unidas, está permanentemente atento ao que acontece em todos os cantos do Planeta. Procura averiguar com exatidão o que prejudica ou beneficia o meio ambiente e as razões para isto. E transmite esta informação, de maneira clara e padronizada, aos governos, homens de ciência, industriais e grupos-chave em todas asa regiões do mundo.

Antes da criação do PNUMA, no campo do meio ambiente reinava a confusão, pois os cientistas trabalhavam de forma isolada e utilizavam diferentes critérios de avaliação. Não era fácil comparar os dados e faltava um panorama da situação do meio ambiente em escala mundial.

O Programa de Vigilância da Terra realiza o eu trabalho reunindo em um único sistema mundial de vigilância do meio ambiente os sistemas de vigilância de nada menos do que 142 nações, nos quais trabalham 30.000 cientistas e técnicos. Os satélites, os aviões de vôos rasantes, as estações de terra, as embarcações e os trabalhadores de campo estão em alerta 24 horas por dia para observar qualquer mudança que possa acontecer no clima, na contaminação e os seus efeitos sobre a saúde, nos recursos naturais e nos oceanos.

Outras organizações internacionais também prestam a sua ajuda. A *Organização Mundial da Saúde* está encarregada de uma rede desse sistema mundial, que vigia a qualidade do ar urbano em 50 países. Através de outra rede, integrada por 448 estações em 59 países, vigia-se a qualidade da água e uma terceira, a cargo da Organização da Saúde e da FAO, vigia a contaminação dos alimentos.

Os avanços e retrocessos das geleiras de todo o mundo, que constituem um termômetro das mudanças climáticas, são objeto da vigilância de uma rede do sistema que está sob a égide da *Organização Meteorológica Mundial*, a *UNESCO* e o Instituto Federal de Tecnologia da Suíça, que inclui mais de 750 estações, distribuídas entre 21 países.

De Genebra, o programa de vigilância da Terra acompanha atentamente a situação das substâncias químicas possivelmente tóxicas. Uma barcaça que transportava cianureto afundou em Papua Nova Guine, e o Governo desse país deseja saber o que vai acontecer no rio. O pessoal que elabora o Registro Internacional de Substâncias Química Potencialmente Tóxicas lhe fornecerá rapidamente uma resposta. O seu banco de dados é alimentado por uma rede de organizações internacionais, instituições científicas e fontes industriais de 16 países.

De responder a outras perguntas sobre o meio ambiente — perto de 11.000 por ano —, se encarrega o *INFOTERRA*, grupo descentralizado que engloba 6.000 instituições e 600 bancos de dados de 129 países e que também faz parte do sistema de vigilância da Terra.

O PNUMA foi o agente político do recente acordo sobre a camada de ozônio e na atualidade está começando a desempenhar esse papel no que se refere ao "efeito estufa".

Ao mesmo tempo, tem tido uma importante participação na aprovação dos tratados relativos às espécies migratórias e em perigo. Além de impulsionar a aprovação de legislação sobre o meio ambiente em todo o mundo e de manter um registro dos tratados, até o presente, o PNUMA prestou assessoramento a 22 países do Terceiro Mundo sobre a forma de estabelecer a legislação em matéria ambiental.

Desde 1975, foram mais de 25.000 as pessoas que receberam capacitação em programas do PNUMA. Cerca de 2.000 eram homens e mulheres de ciência que realizaram cursos do sistema de vigilância do meio ambiente. Uns 1.500 técnicos de países em desenvolvimento apreenderam técnicas de conservação dos recursos genéticos. Quase outro tanto de agricultores e técnicos de 40 países em desenvolvimento apreenderam métodos para lutar contra as pragas. Nada menos do que um quinto do orçamento do PNUMA é dedicado a atividades educacionais, boa parte das quais são realizadas em conjunto com a UNESCO.

As atividades de concientização do público realizadas pelo PNUMA incluem a comemoração, no dia 5 de junho, do Dia Mundial do Meio Ambiente, e diversas publicações e programas de televisão produzidos pela Television Trust for the Environment, empresa sem fins lucrativos criada na TV Central do Reino Unido.

O PNUMA não é um órgão de financiamento, mas atua como elo entre os doadores e receptores, dá ajuda e presta assistência aos países em desenvolvimento na formulação de projetos relativos ao meio ambiente, motivando os doadores a financiá-los. Atualmente, o PNUMA está levando a cabo perto de 80 projetos em 40 países.

O Conselho de Administração do PNUMA, integrado por 58 países, aprovou em março do corrente ano um conjunto de estratégias de proteção do meio ambiente, com duração de seis anos, e em escala de todo o sistema, para o período 1990-1995. Este conjunto de estratégias é mais conciso e direto que o seu predecessor, que abarcava o período 1984-1989. Além disso, pela primeira vez tem uma certa força pois compreende um processo explícito de acompanhamento e avaliação.

As Nações Unidas no futuro centralizarão suas atividades em ajudar aos países a obter um *desenvolvimento sustentável*, a reduzir os efeitos da degradação e da contaminação do meio ambiente e a reabilitar os ecossistemas já deteriorados ou contaminados. Terão, dessa forma, um importante papel no programa de trabalho do PNUMA as mudanças climatológicas — o inquietante "efeito estufa" —, a camada de ozônio, o desmatamento tropical e os detritos tóxicos.

Os governos e o público devem, também, definir com maior clareza os seus objetivos de proteção do meio ambiente. Mostafa Tolba, Diretor Executivo do PNUMA, propôs nove objetivos principais que devem ser atingidos até 1995. Eles vão desde pressionar para que sejam aprovados tratados sobre as mudanças climatológicas e as substâncias químicas tóxicas, até enfrentar decididamente o desmatamento tropical, como um grande problema internacional.

O conceito de desenvolvimento sustentável, isto é, um desenvolvimento que não prejudique o meio ambiente, perpassa todo o programa e representa a essência filosófica dos objetivos propostos. Foi também o lema predominante de dois documentos pioneiros: a *Perspectiva do Meio Ambiente até o ano 2.000 e além*, que refletia o pensamento dos governos e que foi aprovado pela Assembléia Geral em 1987, e o *Relatório da Comissão Mundial de Alto Nível, não-governamental, sobre o Meio Ambiente e o desenvolvimento*,

relativo *ao nosso futuro comum*, que significou uma importante contribuição do pensamento à perspectiva.

O conceito de desenvolvimento sustentável é, na atualidade, a base do pensamento das Nações Unidas sobre o meio ambiente e já está dotando de maior eficácia a ação mundial neste setor.

O PLANETA PODE TRANSFORMAR-SE NUMA GIGANTESCA ESTUFA

Em setembro do ano 2078, a Assembléia Geral se reúne em um período de sessões de emergência para examinar uma crise nas ilhas Maldivas. Os embaixadores chegam de barco e abrem caminho até a nova sala da Assembléia Geral, situada no décimo-primeiro andar das Nações Unidas em Nova Iorque. Nenhum dos seus barcos são motorizados, pois os delegados desejam dar o exemplo para o resto do mundo. A ilha de Manhattan, totalmente submersa, é conhecida como a cidade das mil pontes. Todos os deslocamentos devem ser realizados a pé ou sobre a água.

No decurso de uma dramática sessão quee dura a noite toda, os delegados recebem a notícia de que foram destruídos dois dos diques construídos pela geração anterior para conter o mar em volta das principais ilhas do arquipélago das Maldivas, no Oceano Índico, e de que toda a vida em um raio de 5 quilômetros foi varrida pelas águas. O P residente das Maldivas solicita imediatamente o reassentamento de toda a população do seu país na África continental. A Assembléia concorda, e após dois dias se incia a maior operação de evacuação do século XXI. Horas depois de que o último habitante das Maldivas abandone de barco a sua pátria, o mar terá engolido as pitorescas ilhas de coral.

O que acabamos de descrever é, obviamente, uma hipótese. Mas não é de todo impossível que esta hipótese de futuro seja de alguma forma verossímil. Os oceanos se expandem inevitavelmente quando esquentam. O aquecimento dos oceanos já está acontecendo e poderia elevar em qualquer ponto o nível do mar em dois metros; estaria, assim, ameaçada uma terça parte da população do mundo que vive a menos de 60 quilômetros do litoral.

Uma elevação do nível do mar inferior a 60 centímetros poderia inundar 27 por cento da Bangladesh, deslocando 25 milhões de pessoas. O Egito poderia perder 20 por cento de sua superfície produtiva e os Estados Unidos entre 50 e 80 por cento de suas marismas litorâneas. E uma elevação de dois metros poderia apagar do mapa as 1.109 ilhas que integram o arquipélogo das Maldivas. Se as geleiras árticas e antárticas derretessem, os níveis do mar se elevariam quase 90 metros, com a conseguinte inundação de muitas grandes cidades do mundo e de todos os portos.

As temperaturas médias do mundo podem aumentar em 4,5 graus centígrados até o ano 2030. A fim de compreender a magnitude de tudo isto, basta lembrar que o clima do planeta não se modificou em mais de dois graus centígrados durante os últimos 2000 anos e que durante o último período glacial as temperaturas do mundo eram, em média, uns cinco graus inferiores às atuais.

Mas uma elevação do nível do mar de dois metros, por trágica que pudesse ser, não seria uma das piores conseqüências de um aquecimento do mundo. O pior aconteceria na agricultura. A produção de trigo deveria ser deslocada para o norte, onde o esgotamento dos solos levaria a uma redução das colheitas. A produção de arroz, decisiva para a dieta de 60 por cento da população do mundo, diminuiria em um mundo mais seco. Surgiriam, também, bacias de pó, desapareceriam florestas, as cidades se tornariam insuportavel-

mente tórridas, aumentaria a freqüência das tormentas, dos incêncios florestais, e dos surtos de pestes e doenças e a mortalidade em geral.

PORQUE A TERRA ESTÁ ESQUENTANDO?

O bióxido de carbono resultante principalmente da combustão de carvão, de petróleo e de outros combustíveis fósseis, e outros gases industriais estão retendo calor na atmosfera e esquentando a Terra como se fosse uma estufa.

Desde a Revolução Industrial, os níveis de bióxido de carbono na atmosfera aumentaram em 25 por cento. E provavelmente se elevarão em mais 30 por cento ao longo dos próximos 50 anos.

Outros gases que contribuem para esta situação são o óxido nitroso, o metano, o ozônio e os clorofluorcarbonados. A sua presença em conjunto na atmosfera duplica o efeito do bióxido de carbono.

Em fins de março de 1988, dados científicos procedentes dos Estados Unidos, do Reino Unido e da União Soviética, demonstraram que, desde há mais de um século, a década de 80 foi a mais quente. Segundo a Unidade de Pesquisas do Clima da Universidade de East Anglia, no Reino Unido, 1987 foi o ano de temperaturas mais elevadas jamais conhecido.

Alguns cientistas atribuem esta situação ao "efeito estufa". Outros preferem esperar para ver se esta tendência se mantém durante a próxima década. Tom Wigley, chefe da unidade britânica de pesquisa, disse ao "New York Times" que "se nos próximos 10 anos estas temperaturas se mantiverem ou aumentarem seria muito difícil negar a existência do "efeito estufa" e acrescentou que "é muito difícil negá-la na atualidade".

É pouco o que se tem feito para abreviar a solução deste problema, que é, em vários sentidos, mais grave que o da perda da camada de ozônio.

Para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que estimulou os primeiros estudos sobre esta questão em princípios da década de 70, a existência deste efeito não deixa nenhuma dúvida: o único que resta por verificar é qual o momento em que as suas conseqüências vão ser percebidas e qual a sua extensão.

Agora que já se reconhece de forma generalizada a perda de ozônio como uma grave ameaça que requer uma urgente solução, o "efeito estufa" se converteu em uma prioridade central dentro do programa de trabalho do PNUMA, cujo primeiro objetivo é estimular as pesquisas científicas a fim de se obter dados concretos sobre as conseqüências que poderia ter nas diferentes regiões e países.

Os dados atualmente disponíveis são, na sua maioria, mundiais e gerais. Quando o PNUMA tiver à disposição estes dados concretos, poderá pedir aos governos que controlem o efeito estufa ou se preparem para as conseqüências e adotem medidas de urgência.

De acordo com as principais conclusões dos cientistas, existe somente uma forma eficaz de lutar contra este problema: reduzir a produção de energia. Mas é pouco provável que os países se disponham a fazê-lo. Para as nações industrializadas, significaria uma mudança radical em favor da conservação de energia ou da procura de fontes alternativas de energia. Nos países em desenvolvimento, apesar de ser mais fácil consegui-la do ponto de vista tecnológico, é possível que razões políticas e econômicas impedissem essa mudança. O único recurso, parece, seria o de nos adaptar a um clima em processo de mudança.

A PERDA DE OZÔNIO: RÁPIDA, IRREVERSÍVEL E PERIGOSA

Menos de seis meses depois que as nações acordaram em reduzir os produtos químicos que destróem a camada de ozônio da Terra, se soube que os danos já ocasionados podem ser três vezes maiores do que se havia suposto no Acordo Internacional sobre a Proteção da Camada de Ozônio, assinado em Montreal em setembro de 1987.

O ozônio, que se encontra na parte alta da atmosfera, protege o Planeta dos raios ultravioletas do sol, que podem provocar câncer de pele, danificar os olhos e o sistema imunológico e matar pequenas plantas e animais. Estima-se que cada perda de 1 por cento de ozônio significa um aumento entre 2 e 3 por cento da luz ultravioleta que chega à Terra.

O protocolo de Montreal complementa o Convênio para a Proteção da Camada de Ozônio assinado em Viena em 1985, dois anos depois de cientistas britânicos descobrirem sobre o Pólo Sul o primeiro vazio na camada de ozônio. Os dois documentos, que foram acolhidos como marcos na cooperação internacional para a proteção do meio ambiente, foram o resultado de prolongadas negociações sob os auspícios do PNUMA.

O Protocolo de Montreal estipula, em primeiro lugar, o congelamento e depois uma redução, até 1999, de 50 por cento do consumo de clorofluorcarbonados nos países desenvolvidos. Estes produtos químicos são amplamente utilizados nos sistemas de condicionamento e refrigeração do ar, vaporizadores de aerosol, isolamento com espuma, enlatados e solventes para *chips* de computadores.

Os danos que hoje se observam são devidos aos produtos químicos liberados na década de 70 e anteriormente. Os gases que são liberados hoje levarão de 7 a 10 anos para chegar à estratosfera, situada de 10 a 24 quilômetros por cima da superfície terrestre. Uma vez alì, as moléculas destruidoras de cloro podem chegar a manter-se ativas durante um século.

Em uma detalhada análise elaborada por mais de cem homens e mulheres de ciência de primeira linha e tornada pública em meados de março deste ano, a Administração Nacional da Aeronáutica e o Espaço (NASA), dos Estados Unidos, assinala que a camada de ozônio chegou a ser reduzida em 3 por cento desde 1969. O Protocolo de Montreal partia de uma perda global de ozônio de 1 por cento. O vazio está se estendendo para as zonas povoadas da América do Sul e cobre uma superfície do tamanho dos Estados Unidos.

Uma semana após a divulgação destes dados pela NASA, a empresa Du-Pont, o maior produtor mundial de clorofluorcarbonados, com 25 por cento do abastecimento mundial, comunicou sua decisão de acabar com a produção destes produtos, porém sem especificar uma data.

O Diretor Executivo do PNUMA afirmou, em setembro de 1987, em Montreal, que convocaria uma reunião de emergência para reabrir o Protocolo, caso novos dados científicos aconselhassem uma ação mais firme.

SUBSTÂNCIAS QUIMICAS: UMA ARMA DE DOIS GUMES

A cada ano entram no mercado entre 1.000 e 2.000 substâncias químicas. Atualmente são conhecidas mais de sete milhões e a cada ano são descobertas milhares de novas substâncias. São uma arma de dois gumes: benéficas, mas potencialmente mortais.

Nos últimos anos aumentaram extraordinariamente a freqüência e a magnitude dos acidentes relacionados com substâncias químicas tóxicas. Segundo o Dr. Jan W. Huismans, diretor do Registro Internacional de Substâncias Químicas do PNUMA, não existem substâncias químicas seguras; somente existem métodos seguros de fabricá-las, manipulá-las e utilizá-las.

São tantas as substâncias químicas perigosas e o seu número aumenta a tal velocidade que à maioria dos países, especialmente aqueles em desenvolvimento, resulta-lhes difícil manter-se atualizados. Muitas vezes é pouco o que se sabe sobre uma determinada substância. Obter informação com rapidez pode salvar vidas e esta é a tarefa do Registro.

O Programa Internacional sobre segurança química avalia de forma permanente os riscos que as bustâncias químicas representam para a saúde humana e para o meio ambiente. Estabelece limites de exposição, publica diretrizes sobre testes de toxicidade e aferição das exposições e dá assessoramento sobre a forma de enfrentar os acidentes químicos. Este amplo programa é realizado em conjunto pela Organização Mundial da Saúde, o PNUMA e a Organização Internacional do Trabalho. A FAO presta a sua colaboração no que diz respeito aos aditivos alimentares e aos resíduos de pesticidas. O PNUMA também colabora com o OMS e a FAO para reduzir os perigos provenientes da utilização de pesticidas nos países em desenvolvimento. Já estão sendo realizados projetos de demonstração em mais de 30 países.

Mas somente informação não é suficiente: é indispensável que os controles nacionais e internacionais sejam fortalecidos. O PNUMA está elaborando um tratado internacional sobre detritos perigosos.

Em virtude do tratado seriam vigiados e controlados os deslocamentos internacionais de detritos perigosos.

A este respeito, é válido acrescentar que poderia se chegar a um acordo sobre este tratado em 1989, se bem que, segundo o Dr. Huismans, continuam pendentes certas questões complexas. Uma delas é a de se o tratado deve definir com precisão o que constitui um detrito perigoso ou se, ao contrário, isto será deixado para ser decidido, em cada caso, pelas legislações nacionais.

A TERRA: UM PLANETA SEDENTO

A Terra possui mais água doce do que se precisa para satisfazer às necessidades humanas, mas ela está distribuída de forma arbitrária. Enquanto o Sahel sofre de sede, chuvas torrenciais e enchentes sazonais inundam vastas regiões do sudeste da Ásia. A maior parte da água doce é utilizada para regar, atividade necessária, sem dúvida, mas na qual acontecem desperdícios. A indústria utiliza menos quantidade de água, mas a contamina mais. A nossa necessidade biológica de água é modesta — são suficientes um litro ou dois durante o dia para nos manter vivos — mas a nossa sede civilizada não conhece limites. O uso do chuveiro consome uma média de cem litros de água.

Mas nem todo mundo tem essa sorte. Pelo menos 1 bilhão 700 milhões de pessoas não dispõem de um fornecimento suficiente de água potável e 3 bilhões carecem de saneamento adequado. Isto provoca, diariamente, a morte de mais de 24.000 pessoas em todo o mundo.

Alarmadas diante deste dramático problema, as Nações Unidas vêm ocupando-se da escassez dos recursos hídricos desde 1950, ano em que a UNESCO iniciou um programa de pesquisa sobre as zonas áridas. Em 1964, a UNESCO lançou a *Década Hidrológica*

Internacional iniciativa que aumentou extraordinariamente os conhecimentos sobre a água. água.

Em 1977, diante do drama da seca na região do Sahel, as Nações Unidas convocaram na cidade de Mar del Plata, Argentina, uma importante conferência internacional sobre a água. Nessa ocasião solicitou-se aos governos que formulassem e aplicassem, com a ajuda das Nações Unidas, políticas nacionais amplas neste setor. Atualmente, quase todos os organismos das Nações Unidas participam deste esforço.

Em 1984, por exemplo, a FAO ajudou a Honduras a elaborar um código detalhado da utilização da água na agricultura. Já estão sendo executados mais de cem projetos da FAO sobre a água e a agricultura, num custo total de uns 50 milhões de dólares. A Organização Mundial da Saúde, por sua vez, supervisiona os trabalhos da *Década Internacional do Fornecimento de Água Potável e Saneamento Ambiental*, que teve início em 1981. Nas zonas rurais do Peru, Zâmbia e Indonésia foram desenvolvidos, com a ajuda do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*, novos métodos de comprovação da qualidade da água potável. O PNUMA contribuiu para elaborar um plano para a gestão ambiental na bacia do rio Zambeze, que beneficiará a mais de vinte milhões de pessoas de oito países africanos. Foram já iniciadas as negociações para um plano análogo com referência ao Lago Chad, a serem seguidas por trabalhos sobre o Lago Vitória.

A EXTINÇÃO DAS ESPÉCIES

Foram necessários oito milhões de anos para o desaparecimento dos dinossauros. Hoje, a extinção das espécies pode ser questão de meses e, muitas vezes, a culpa disso cabe ao homem.

A cada ano são extintas entre 10.000 e 15.000 espécies quando o seu habitat florestal é destruído. As florestas tropicais são os celeiros genéticos do planeta, o lar da metade das espécies do mundo. Trata-se de mortes silenciosas: a maior parte das espécies que vivem sobre a Terra são insignificantes, quase invisíveis para o olho humano: micro-organismos, insetos, protozoários, vermes.

As florestas, além disso, regulam o clima, protegem o solo da erosão e ajudam a controlar as inundações. Constituem a única fonte de combustível para cerca de 2 bilhões de pessoas, 40 por cento da população mundial.

Originam-se também das florestas a forragem para os animais domésticos e as culturas comerciais, que são decisivas para a sobrevivência das famílias pobres do meio rural.

Há no mundo 250 milhões de pessoas sem terra. Empurradas para as florestas, estima-se que destróem cinco milhões de hectares por ano. No decurso de dois ou três anos a terra se transforma num deserto. Os colonos migram novamente, adentrando cada vez mais na floresta. São a maior ameaça que pesa sobre as florestas tropicais.

Em um autorizado estudo de três anos, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), publicado em 1981, afirma-se que o desflorestamento tropical não se deve principalmente à extração de lenha e carvão vegetal. A responsabilidade principal correspondia ao desmatamento de terras para a agricultura, especialmente a agricultura rotativa.

O DESAPARECIMENTO DAS FLORESTAS

Estudos conclusivos assinalam que a cada minuto no mundo são destruídos 21,5 hectares de florestas tropicais e a não ser que alguma coisa seja feita rapidamente, num prazo de 25 anos desaparecerá por completo a floresta cerrada em pelo menos quatro países latino-americanos, três africanos e dois asiáticos. Outros treze países a perderão em um prazo de 50 anos.

Desde a década de 60 foi derrubado um quarto da floresta tropical da América Central para dedicá-lo a pastagens. Grande parte da carne que se obtém desta forma é exportada para a América do Norte, onde é utilizada na indústria de comidas rápidas.

O Dr. George Schaller, diretor científico da Wildlife Conservation Internacional, grupo dedicado ao meio ambiente com sede nos Estados Unidos, observou em uma descrição mais do que eloqüente: "cada vez que comemos um hamburguer, pode ter sido destruída meia tonelada de floresta tropical".

Os países desenvolvidos têm na atualidade mais florestas do que há um século e zonas gravemente desmatadas foram reflorestadas com êxito. Não obstante, a chuva ácida e a contaminação estão ameaçando rapidamente árvores em muitos países europeus e outras regiões industrializadas.

O PNUMA tem pressionado com êxito para introduzir considerações ambientais no *Acordo Internacional sobre a Madeira Tropical*, de 1985. Em cooperação com a UNESCO, está contribuindo para estabelecer e dar apoio às zonas protegidas. Junto com a FAO, intervém na proteção dos recursos genéticos e, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e com o Banco Mundial, trabalha em um novo plano de ação sobre as florestas tropicais que será desenvolvida durante os próximos anos com um custo de 8 bilhões de dólares.

Até o momento não tiveram êxito as tentativas de algumas nações para exercer uma maior vigilância no que se refere à conservação dos seus recursos florestais e um maior cuidado no seu aproveitamento. Cabe lembrar, não obstante, que no ano passado, o grupo ecologista Conservation International, com sede nos Estados Unidos, comprou com deságio uma parte da dívida externa da Bolívia, que se comprometeu, em troca, a proteger 3,7 milhões de hectares de suas florestas tropicais. Esta inovadora abordagem bem poderia fazer parte das futuras estratégias tendentes à proteção de um recurso vital para a humanidade.

PARA SALVAR O NOSSO MEIO AMBIENTE

Considero oportuno oferecer agora um panorama geral daquilo que está sendo feito em escala mundial, sob os auspícios das Nações Unidas, para salvar nosso meio ambiente, quer dizer, "nosso futuro comum".

1. O *Programa sobre o Homem e a Biosfera*, da UNESCO, estabeleceu em todo o mundo mais de 200 reservas da biosfera. O Programa, iniciado em 1971, é um amplo esforço de pesquisa e capacitação em matéria de meio ambiente, no qual participam homens e mulheres de ciência interessados em mais de 100 países.

2. Em 1987, o *Banco Mundial* adotou medidas para contribuir na proteção do meio ambiente, dentre elas, a criação de um departamento de meio ambiente que se encarregará de avaliar com caráter de urgência as ameaças que pairam sobre a ecologia nas 30 nações em desenvolvimento mais vulneráveis e deu andamento a uma iniciativa em escala conti-

nental contra a desertificação e a destruição de florestas na África.

3. A *Comissão do Codex Alimentar*, regida pela FAO e a Organização Mundial da Saúde, aprovou nada menos que 200 normas internacionais para a higiene e a qualidade dos alimentos e uns 40 códigos de práticas, diretrizes e outros textos aplicáveis a produtos alimentícios. Com a ajuda de quase 30 órgãos auxiliares de peritos, a Comissão elabora textos sobre temas como os cereais, os legumes, as hortaliças e as frutas, os peixes e os grãos em geral.

4. Em 1984, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a atualização permanente de uma *Lista consolidada de 500 produtos potencialmente perigosos* proibidos, restringidos ou não-aprovados em 60 países, lista que compreende produtos farmacêuticos, substâncias químicas para a agricultura e produtos de consumo.

5. O PNUMA administra em Nairobi um Centro de Atividades do *Programa de Zonas Oceânicas e Costeiras*, que realiza, em escala mundial, uma vigilância dos oceanos, detecções integradas remotas e observações de superfície. Um dos objetivos deste Programa é o de contar, em 1990, com um plano de conservação dos mamíferos marinhos.

6. A *Conservação sobre a Contaminação do Ar Transfronteiriça e de longo Alcance*, de 1979, que entrou em vigor em 1983, e o seu Protocolo sobre as emissões e fluxos de enxofre, que são conhecidos às vezes como os tratados sobre a chuva ácida, têm por finalidade impedir que se produzam danos generalizados às florestas e a outros elementos de nosso meio ambiente.

7. *Os esforços para proteger a vida silvestre* têm sido concentrados, também, em acordos internacionais, como por exemplo a Convenção sobre o comércio internacional de espécies da fauna e da flora silvestre em perigo de extinção, de 1973 ; a Convenção sobre a conservação de espécies migratórias de animais silvestres, de 1970; e a Convenção sobre as marismas de importância internacional, especialmente como habitat das aves aquáticas, de 1982.

RUMO A UMA RESPOSTA SOLIDÁRIA DE TODAS AS NAÇÕES

Durante uma reunião de representantes de 49 países africanos, realizada recentemente em Nairobi sob os auspícios do PNUMA e convocada para examinar os riscos de extinção de numerosas plantas e espécies animais como resultado da atividade humana, o Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Mostafa Tolba, observou que as pressões exercidas sobre o meio ambiente pelas condições de pobreza e subdesenvolvimento que afetam a maioria da humanidade estão conduzindo à extinção das espécies vegetais e afirmou que se Charles Darwin, o autor de "A Origem das Espécies", publicado em 1859, estivesse vivo hoje, o título de sua tese seria "O Desaparecimento das Espécies".

E isto é assim — advertiu Tolba — porque o planeta está perdendo recursos genéticos em uma escala sem precedentes na história da humanidade. Estes danos se originam, essencialmente, na degradação dos solos e na destruição do habitat natural de espécies animais e vegetais, na super-exploração de muitas espécies, no desmatamento sistemático com o propósito de aumentar as superfícies agrícolas cultiváveis e na super-exploração das reservas fósseis do subsolo.

Em seu último relatório anual à Assembléia Geral, correspondente às atividades

realizadas pelas Nações Unidas ao longo dos últimos 12 meses, o Secretário Geral, Javier Pérez de Cuéllar, no capítulo dedicado ao desenvolvimento e o meio ambiente, assinalou, e menciono:

"O estado do meio ambiente terrestre é, fundamentalmente, um problema que deveria suscitar uma resposta solidária de todas as nações. No entanto, alcançou uma tal magnitude que, sem ética a nível mundial e a legislação necessária, pode ser o motivo de dissensão com os inerentes reflexos políticos.

"O problema está vinculado aos da pobreza, ao aumento da população mundial para 5 bilhões de habitantes e às perspectivas de um desenvolvimento sustentável. Também envolve questões de responsabilidade internacional. Ele tem, assim, demasiados aspectos para que um só país ou, inclusive, um grupo de países, possa resolvê-lo eficazmente. Efetivamente, somente pode ser elaborada uma abordagem coerente e bem coordenada a nível multilateral.

"Este ano, ao se verificar com apreensão que nosso planeta começou a sofrer as conseqüências do "efeito estufa", aumentou a inqüietude a nível de opinião pública mundial sobre a deteriorização do meio ambiente. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, junto com a Organização Meteorológica Mundial e o Conselho Internacional de Uniões Científicas procedeu à preparação de avaliações internacionalmente aceitas sobre a realidade, as causas e as conseqüências das mudanças no clima. O objetivo é coordenar as políticas oficiais a fim de prevenir, limitar e retardar esse tipo de mudanças ou adaptar-se a elas. Mediante o diálogo entre cientistas e dirigentes, deve-se elaborar um acordo internacional e, além disso, caso seja necessário, aprovar um ou mais instrumentos jurídicos, a fim enfrentar os efeitos deste funesto fenômeno para a vida da Terra.

"Neste contexto, estabeleceu-se um precedente construtivo com a aprovação, em uma conferência convocada pelo PNUMA em setembro de 1987, do Protocolo de Montreal relativo às substâncias exaustoras da camada de ozônio. Este instrumento e o Convênio de Viena de 1985 para a proteção da camada de ozônio constituem um importante passo no desenvolvimento do direito ambiental internacional, assim como um exemplo da forma de se encarar um problema mundial antes de que provoque danos irreversíveis na saúde humana e no meio ambiente.

"Apesar destes alentadores indícios de progresso, a crise se agrava à medida que uma população em constante aumento se vê obrigada a usar recursos naturais insubstituíveis. A desertificação, a erosão dos solos, o desmatamento, as cidades abarrotadas que se convertem em fontes gigantescas de contaminação, assim como o despejo de poluentes na atmosfera pela indústria, podem ter um efeito cumulativo, praticamente irreparável. A seca sem precedentes em determinadas zonas agropecuárias, a "chuva ácida" e o fenômeno mais recente do tráfego e despejo de detritos tóxicos são exemplos dos alarmantes problemas aos quais é míster antecipar-se mediante uma ação oportuna. Nestes casos, novamente, foram formuladas diretrizes para uma convenção mundial que deverá reger o manejo ambientalmente racional dos detritos perigosos e o seu traslado através das fronteiras. Trata-se de uma questão que requerirá o intercâmbio de informação, a assistência técnica às atividades de vigilância e controle e operação de emergência em caso de acidente.

"Como assinalou com tanta lucidez a Conferência sobre um desenvolvimento sustentável, convocada pela Primeira Ministra da Noruega em Oslo no mês de junho, todas as questões na esfera do meio ambiente requerem uma autêntica colaboração entre as nações em prol da conservação em bom estado do lar comum".

O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO BRASIL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Oscar Lorenzo Fernandes (*)

1. Algumas questões conceituais

Os temas do desenvolvimento científico e tecnológico são tão discutidos que uma ligeira revisão conceitual parece útil para os efeitos deste trabalho. 1.1 Em primeiro lugar, convém distinguir os dois termos, ciência e tecnologia, embora eles freqüentemente apareçam juntos em textos relacionados com problemas de "desenvolvimento", e até são os assuntos englobados no órgão mais alto, o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, e conjuntamente tratados, por exemplo, no CNPq. O que pode ter sua razão de ser administrativa, mas não implica numa sobreposição conceitual.

Ciência, para nossos efeitos, é a atividade de procura e sistematização de conhecimentos, em particular sobre os aspectos formais de todo o conhecimento (v.g., matemática, lógica) e sobre o mundo físico. Seus critérios de validade são a consistência e a demonstrabilidade empírica (ou, se preferirmos, a não-falsificabilidade).

Tecnologia é a aplicação de conhecimentos à ação do homem no mundo e, mais restritamente, à produção de bens. Seus critérios, por conseguinte, são operacionais: uma tecnologia não é mais "verdadeira" do que outra, apenas mais útil, à luz dos objetivos (o que se quer produzir) e da escassez relativa dos insumos que entram nessa produção. Isto é, são critérios de economicidade. Naturalmente, estes podem ser influenciados pelos valores e decisões do sistema sócio-político. No plano militar, por exemplo, a relação "custo/benefício" pode ser definida pela superioridade inerente a certos tipos de aplicação, com pouca relação com os custos "econômicos" no sentido usual do termo. E teoricamente, poderia supor-se que um Governo decidisse determinar por um ato de autoridade os coeficientes de escassez a serem utilizados no âmbito doméstico e, por conseguinte, quais as condições tecnológicas a serem atendidas. No entanto, os critérios que hoje dominam o campo são as relações de escassez definidas basicamente pela oferta e procura no mercado, porque é assim que operam as economias que, de longe, dominam o desenvolvimento e a oferta de tecnologia no mundo.

* Embaixador do Brasil em Bonn.

1.2 Este ponto introdutório apresenta tanto maior interesse para nós quanto no Brasil, em particular nos últimos 10 anos, ou por aí, ocorreu uma forte (e curiosa) ideologização da idéia de tecnologia, com o aparecimento de manifestações de nacionalismo tecnológico de que não parece haver exemplo paralelo no mundo (embora a rejeição nominal de valores culturais e econômicos —e implicitamente, tecnológicos — de origem Ocidental seja conhecida em certas camadas intelectuais no próprio Ocidente, e em alguns países não-ocidentais (tipificados, por exemplo, pelas idéias de Gandhi, na índia, a partir dos primeiros anos deste século, ou pela linha política seguida na Birmânia e na Albânia após a II Guerra Mundial).

Uma parte desta situação, no Brasil, parece ser conseqüência de uma defasagem das idéias protecionistas na medida em que a economia brasileira ultrapassou, nos anos 60, a fase de rápida industrialização por substituição de importações, concentrada principalmente nos bens de consumo final, e passou para a fase muito mais difícil de desenvolvimento da indústria dos bens de produção.

Na verdade, sob o ponto de vista técnico, a industrialização substitutiva de bens de consumo (ou de "produtos básicos" consumidos na produção destes, como aço, celulose, barrilha, etc.) é relativamente fácil, em particular na medida em que a economia possa ser considerada, para esse efeito, como suficientemente "fechada". Nesse caso, o consumidor, em última análise, paga o sobrepreço exigido pelo desenvolvimento industrial e, normalmente, não faz muita questão de uma qualidade "competitiva" segundo padrões internacionais.

O mesmo tipo de proteção (que se reflete em preços altos e qualidade deficiente) não tem a mesma eficácia quando aplicada aos bens de produção, e ainda menos, quanto à tecnologia, porque gera, não um consumidor final menos contente, mas toda uma corrente de atividades industriais ineficientes "a juzante" durante todo o tempo de amortização dos equipamentos (ou do repagamento da tecnologia).

Naturalmente, no campo científico, a ideologização produz deformações que foram exemplos desastrosos a campanha nazista contra a ciência "judáica", ou a de Stalin contra a Física "burguesa", contra a biologia mendeliana, e contra a cibernética e os primeiros computadores.

Não é nosso objetivo discutir, aqui, mais pormenorizadamente, técnicas de proteção às indústrias de bens de capital ou à tecnologia nacionais. Conviria notar, porém, que são muito mais complexas, e muito menos predizíveis, do que a proteção às indústrias de bens de consumo. De modo geral, pode dizer-se que seu principal objetivo consiste em criar competência, capacidade de mão de obra, organização, gerência e atividades ancilares, como a informação. É sabido que a mão de obra especializada em certas atividades críticas (como o vidro, em Veneza) foi sempre objeto de tentativas de defesa monopolística, e que, por outro lado, os esforços de atrair operários e técnicos estrangeiros (como para o fabrico e fundição do ferro, na Inglaterra, no Séc. XVI) não foram menos encarniçados do que é hoje a luta para adquirir informação e pessoal altamente qualificado.

1.3 O desenvolvimento tecnológico, e as questões atinentes à cooperação internacional na matéria, pressupõe, desde o início, uma suficiente clareza conceituai. E esta clareza tem de ser específica. Generalidades, tais como a procura da "autonomia tecnológica nacional" não são suscetíveis de uma tradução para termos concretos, e podem conter os elementos mais contraditórios.

Por outro lado, deve-se reconhecer que as preocupações com a proteção ao desenvolvimento tecnológico do país são legítimas porque, dadas as diferenças de escala, meios

financeiros, contatos, organização, etc., os supridores estrangeiros tendem a gozar de consideráveis vantagens por comparação com os nacionais. O mesmo, aliás, se aplica às indústrias de bens de capital, onde as empresas estrangeiras que investem no país têm a seu favor muitos elementos de superioridade.

Os problemas não são exatamente iguais, no entanto. As indústrias de bens de capital (ou de produtos básicos) que se estabelecem nos países em desenvolvimento procuram, em geral, o mesmo tipo de proteção concedido às indústrias de bens de consumo, o que lhes dá uma forte posição oligopolística. Em matéria tecnológica, pelo contrário, não precisam de transferir as "unidades geradoras": para o industrial nacional, para o empresário, em geral, a tendência ao comodismo da aquisição de tecnologia "de prateleira" é óbvia.

Mesmo assim, sempre há transferência de tecnologia e, à medida que o mercado se dilata, aparecem também possibilidades de desenvolvimento próprio, de que, no Brasil, são exemplos particularmente interessantes as atividades de engenharia relacionadas com as grandes represas hidrelétricas, a indústria aeronáutica e as de equipamentos militares (v.g., a Engesa), campos nos quais ganhamos reconhecimento internacional.

Alguns desses casos, como a indústria aeronáutica e a engenharia pesada, refletem uma atividade de desenvolvimento oficial conduzida de modo inteligente (criação de infra-estrutura e de capital humano, apoio financeiro e, no caso da engenharia pesada, restrições à concorrência externa) :No caso da indústria de armamentos, ocorreu o aparecimento de notável capacidade de iniciativa, com o desenvolvimento de tecnologia "adequada" (otimizante para as condições existentes, o que lhe permitiu penetrar numa faixa de mercado não atendida pelos países detentores de tecnologia "de ponta".

2. Objetivos e prioridades

Clareza conceitual é indispensável na formulação dos objetivos (políticas, programas, projetos) e na definição das prioridades. Isto é indispensável, mesmo em se supondo que a orientação do desenvolvimento tecnológico seja dada pelas relações de preços no mercado internacional. Os recursos, afinal, são forçosamente escassos e países como o Brasil gastam ainda, percentualmente, apenas uma fração do que a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos hoje dispendem com o seu desenvolvimento científico e tecnológico (Pesquisa e Desenvolvimento, em torno de 3% do PIB).

É preciso notar que todos os países de qualquer significação têm planos de desenvolvimento científico e tecnológico, mesmo os mais liberais em termos de política econômica (onde cerca de 70% dos gastos com pesquisa vão à conta do setor privado). Não há outra maneira de fazer, em se tratando de atividades que se exercem freqüentemente a médio e longo prazos.

2.2 Por conseguinte, há sempre um difícil e delicado equilíbrio entre metas em parte encadeadas, em parte conflitantes, e os instrumentos de ação, também parcialmente complementares, parcialmente entrechocantes.

A cooperação entre institutos, órgãos técnicos, universidades, empresas, organismos internacionais técnicos e financeiros é sempre, em princípio, necessária em virtude da vantagem do aproveitamento das economias externas e de escala, da complementação dos efeitos e, por fim, de uma sinergia que acaba por aparecer no sistema: por exemplo, o desenvolvimento de instituições de pesquisa em nível de excelência facilita o de outras, e cria a demanda para serviços complementares de qualidade equivalente.

Como o Estado tem, por força, um papel central a desempenhar nessa matéria, aparece sempre uma variedade de problemas resultantes da natureza burocrática dos mecanismos de apropriação de recursos, decisões sobre prioridades e monitoramento e avaliação dos resultados. Estes problemas, repita-se, são inevitáveis, inerentes às estruturas administrativas em geral, e ao Estado em particular. Mas podem ser minorados mediante a criação de um sistema de "cheks and balances" automático, não burocrático, do qual os elementos mais eficazes provavelmente serão a participação do setor privado e a cooperação internacional, sobretudo dos organismos técnicos e financeiros.
2.3 Neste campo, existe uma inevitável tendência para a simplificação, embora, evidentemente, as pessoas experientes compreendam bem as enormes dificuldades que se opõem à quantificação dos objetivos e dos resultados, dificuldades tanto maiores quanto mais precisos e específicos vão sendo esses objetivos. Particularmente no campo tecnológico, em que há uma forçosa conexão entre o conhecimento teórico ou empírico, e a sua utilização econômica (e, por conseguinte, muito freqüentemente ocorrem divergências de interesses entre grupos, empresas, institutos, etc), o que é prioritário para um pode não ser para outro, e a avaliação dos resultados pode ficar obscurecida pela multiplicidade de critérios. Em setores sob rápida evolução, tais como engenharia genética, microeletrônica, ciências dos materiais, quanto deve ir para cada projeto ou atividade, e de que forma, tende a ser objeto de disputas acesas. Naturalmente, em matéria de "ciência básica" também ocorrem divergências. Mas, neste caso, o consenso dos especialistas qualificados constitui um mecanismo útil para chegar a decisões, ao passo que a interveniência de interesses materiais potencialmente conflitantes obscurece o quadro.

Por outro lado, é inevitável que os recursos de fontes públicas tenham de ser definidos metodicamente e com certa rigidez em planos, programas e projetos, com os respectivos orçamentos e prazos de execução.

A melhor linha de ação, em princípio, pareceria ser a que assegurasse a maior flexibilidade possível aos projetos e atividades, comportando modificações ao longo de sua fase de execução. Para tanto, porém, faz-se necessário que os elementos próprios da ação oficial (que sempre implicam certa rigidez decisória e de execução) sejam combinados, no próprio processo, com outros elementos da ação privada (isto é, que permitam a negociação entre as partes).

2.4 No caso especial do *Brasil* há particularidades que, de certo modo, complicam o quadro. Na realidade, há um país já de relativamente alto nível de industrialização, que basicamente se confunde com a região ao sul de Minas e Espírito Santo (com algumas "ilhas" no Nordeste e Norte) e um país pobre e carente (Nordeste e manchas espalhadas por todo o território nacional). O Brasil "desenvolvido" está atingindo, em numerosos setores, níveis de tecnologia de ponta, ao passo que o país "subdesenvolvido" ainda oferece enorme campo para o aperfeiçoamento tecnológico em nível intermediário e, em não poucos casos, "adequado".

O acesso às tecnologias intermediárias ou adequadas pode ser considerado, para todos os efeitos práticos, como muito barato, ou mesmo gratuito. É o campo de ação privilegiado dos organismos internacionais. Naturalmente, há execuções significativas a registrar, entre as quais, por exemplo, a cooperação da UNIDO em matéria de fibras de carbono com o Brasil. Mas não é segredo que os representantes das grandes potências nesses Organismos preferem a cooperação em matéria de tecnologia adequada, que atinge prefe-

rentemente as massas mais pobres, e não gera reações dos grupos de interesses que, nos grandes centros industrializados, possam sentir-se ameaçados por uma eventual concorrência futura.

Como se sabe, uma grande parcela da tecnologia em uso no mundo neste momento, talvez 90%, é de livre acesso, "não proprietária". E, acrescente-se, trata-se de um filão que ainda está muito longe de esgotar-se. Mas os países tecnológica e industrialmente mais poderosos procuram limitar o acesso de outros aos seus avanços científicos e tecnológicos de ponta, e quando não o fazem ostensivamente por via oficial, as empresas de alguma forma envolvidas na pesquisa e desenvolvimento se encarregam de fazê-lo por conta própria. Os Estados Unidos têm, inclusive, uma legislação fortemente restritiva (Information Act de 1984), que permite exercer um forte controle sobre a saída de informações. Além disso, como se sabe, numerosos países estão vinculados aos controles de exportação de tecnologia para o Bloco Leste-europeu.

2.5 Seria ingênuo imaginar que os que possuem vantagens importantes em matéria de ciência e tecnologia estariam dispostos a abrir mão delas em favor da cooperação com as economias em desenvolvimento. E não menos ingênuo deixar de ter bem presente que ciência e tecnologia têm custos elevados e constituem "bens econômicos", cada vez mais decisivos no contexto da concorrência internacional. Teses em favor da transferência gratuita de tecnologia para os países em desenvolvimento já têm sido levantadas em foros internacionais, mas não contêm o mínimo de realismo que seria preciso para levar a mudanças no comportamento político dos países mais avançados.

Um cenário realístico consistiria em considerar que a transferência de tecnologias avançadas tem de ser encarado, sobretudo, como um processo de ajustamento recíproco de interesses, no qual os supridores (empresas, institutos, etc.) sempre exigem contrapartida e segurança-neste caso, em matéria de patentes, marcas, contratos de exclusividade, etc.

Pensar que é possível tratar esse processo em termos de desapropriação (direta ou tolerada, como no caso de tecnologias pirateadas), de imposições via poder Estatal e todo o resto da retórica da "soberania" é um equívoco, que os países socialistas de grande expressão, como a União Soviética e a China estão, hoje, procurando corrigir.

Por outro lado, como notamos em 1.3, acima, o Estado não pode permanecer totalmente à margem, porquanto o processo pode assumir contornos marcadamente oligopolíticos e criar, no país de destino, uma dependência excessiva e, de certa maneira, capaz de "viciar". Um curso otimizante implica, por conseguinte, num cuidadoso equilíbrio no emprego dos instrumentos de ação pública.

2.6 Em nossa opinião, o mais importante objetivo de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico consiste na criação de capacidade de absorção e geração de conhecimentos, sob a forma de infra-estrutura institucional e material e de capital humano.

Num país como o Brasil, a infra-estrutura institucional já é, à primeira vista, bastante "sofisticada". No entanto, não se pode tomar como um dado que essa estrutura opere sempre com a necessária eficiência. Quais os seus custos de operação, isto é, atividades/meio em comparação com atividades fim? Na Alemanha, o custo de administração das atividades de pesquisa está oficialmente orçado em uns 2%.

A infra-estrutura material é deficiente e, por motivos bem conhecidos, apresenta muitas desigualdades: falta de peças, equipamentos mal mantidos, inexistência de materiais indispensáveis, etc. Este aspecto, no entanto, é sanável, e provavelmente até com certa facilidade.

A criação de capital humano, que tem progredido muito no Brasil, continuará a ser, entretanto, como é provável, o problema mais sério, porque não apenas é um processo contínuo e dispendioso, mas também porque é preciso absorver e utilizar as pessoas formadas e treinadas.

Não há solução perfeita para esta questão. Se a oferta apenas seguisse o ritmo de expansão da demanda (por setores e subsetores), teríamos sempre uma situação de escassez relativa de mão de obra qualificada (e mais os cientistas e técnicos para preencher os claros nas Universidades, nos órgãos e institutos oficiais, e quadros privados preexistentes), e esta mão de obra gozaria de uma posição salarial excessivamente favorecida (uma "renda de escassez"). Se a oferta se expandisse demasiado sem relação com a demanda, ver-nos-íamos numa situação de depressão salarial e, provavelmente (como na Índia) de exportação de cérebros.

Evidentemente, uma política de desenvolvimento científico e tecnológico não é separável completamente de uma política econômica, e todas as formas de planejamento (programas, projetos) de uma não são racionais sem as formas correspondentes da outra. Hoje em dia, existe uma generalizada desilusão quanto à eficiência do planejamento global centralizado. Mesmo nos países socialistas mais adiantados do Leste europeu, as dificuldades foram aumentando à medida que a estrutura econômica se diversificava e expandia, e o mesmo ocorreu com o desenvolvimento tecnológico, que se tornou lacunar e desigual, apesar da excelente qualidade da mão de obra técnica e científica, e dos formidáveis números de especialistas formados.

Naturalmente, o Estado precisa de definir algumas prioridades e oferecer um horizonte de referência, por um lado, e, por outro, "alocar" recursos e tomar outras medidas (v.g., administrativas, institucionais), sem o que o setor privado se veria reduzido a um campo de ação muito restrito, e com bastante desperdício.

Mas uma ativa participação do setor privado na determinação dos objetivos e na execução conjunta de projetos e programas requer um permanente aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação (v.g., indústria, institutos, universidades, centros e sistemas de informação tecnológica, atividades ancilares (patentes, marcas, etc.; normas técnicas; etc) e mecanismos de financiamento (que podem ir desde bens de capital — tipo FINAME — projetos e pesquisa — tipo FINEP — a bolsas de estudo e pesquisa, serviços de extensão tecnológica, perguntas e respostas, etc.).

Decreto, já existem mecanismos cooperativos no Brasil, sob uma variedade de formas em que o setor privado, particularmente a indústria, por seus órgãos, desenvolve atividades com órgãos públicos federais e Estaduais, universidades, institutos de pesquisas, etc., freqüentemente com participação de organismos intergovernamentais, regionais e internacionais, e de programas bilaterais.

O que aqui se sugere não uma transformação radical do que existe, mas um deslocamento da ênfase, dando-se ao setor privado maior amplitude de ação e de participação na determinação dos objetivos, ao mesmo tempo em que o Estado expandiria as suas atividades de apoio e assistência, em particular em matéria de extensão tecnológica, financiamento de consultorias e engenharia, serviços de perguntas e respostas e de informação tecnológica em geral.

2.7 Um aspecto que não tem recebido ainda toda a atenção justificada entre nós, mas que é considerado crucial nos países altamente industrializados, é a assistência em matéria de questões organizacionais e gerenciais, o que se aplica não só à gestão da empresa como um todo, mas aos seus órgãos e atividades tecnológicos. É importante notar que, aqui, não é possível isolar completamente o lado econômico do tecnológico. Em última análise, a empresa guia as suas decisões, tanto econômicas em sentido estricto, quanto tecnológicas, em função do seu horizonte de previsibilidade, por sua vez condicionado à sua capacidade de adquirir e processar informações.

É interessante notar que, nos países altamente industrializados (mas também, por exemplo, no INFOTEC, do México) a ênfase inicial na informação e na extensão e assessoramento tecnológico em sentido restrito foi ampliada para compreender atividades de gestão e de organização, como resposta à mudança da demanda: as empresas passaram, aos poucos, a ter maior interesse, não apenas no que já existia sob o ponto de vista tecnológico, mas nas perspectivas da evolução futura, das novas linhas de desenvolvimento nos diversos subsetores e em linhas específicas de produtos, nas características que o mercado poderia vir a ter mais adiante.

2.8 Concentramo-nos, acima, em uns poucos traços próprios da tecnologia, em particular na relação setor produtivo/conhecimento tecnológico. Isso, no entanto, não tem uma ligação direta muito significativa com o desenvolvimento do que se chama de "ciência básica". Países como o Japão tiveram um formidável desenvolvimento nas ciências aplicadas e na tecnologia, em geral, e permaneceram relativamente fracos em matéria da pesquisa científica pura.

Não se infere disto que a ciência básica deva ter menor prioridade num país como o Brasil. Os recursos, naturalmente, são forçosamente escassos e, por comparação com Alemanha, Estados Unidos e Japão, que gastam uns 3% do PIB com Pesquisa e Desenvolvimento, nossa propòrção é muito mesquinha, tradicionalmente em torno de meio por-cento.

O setor privado produtivo, evidentemente, não tem muito a dizer quanto às prioridades da ciência pura. Nesta matéria, o consenso dos especialistas ainda é o melhor critério. O que não elimina, a priori, divergências na alocação de recursos.

Até que ponto a formação de pessoal qualificado pode ser diferenciada (nos primeiros estágios, v.g., na Universidade) é uma questão em aberto. Do reservatório básico de pessoas de bom nível é que saem tanto os que vão para os campos da pesquisa pura quanto os que se dirigem para as atividades de ciência aplicada, de consultoria tecnológica, etc.

Em todo o caso, tudo indica que o desenvolvimento de uma adequada infra-estrutura de desenvolvimento científico aplicado e de tecnologia ofereça uma base e um apreciável estímulo para o da ciência pura (e, em certo sentido, é indispensável, como no caso do pessoal técnico e de manutenção de laboratórios de alto nível de "sofisticação").

2.9 Até que ponto os mecanismos de ação internacional (particularmente os órgãos de cooperação técnica e as instituições financeiras) terão eficácia na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico de um país como o Brasil, é uma pergunta que não comporta respostas perfeitamente definidas.

Em última análise, projetos e programas têm de ser avaliados por especialistas, e os consultores internacionalmente disponíveis nunca estão inteiramente livres de idiosincrasias, e não raro tendem a interpretar a situação que lhes é submetida sob o prisma da sua experiência no seu país de origem. Dada a sempre delicada política de distribuição de

cargos nos organismos internacionais, regionais, etc., esse problema adquire freqüentemente alguma rigidez. Na avaliação de programas e projetos, fatores da mesma natureza entram em jogo, não raro agravados pelo fato de que alguns dos países membros perseguem políticas de seu interesse especial em certos campos, o que não pode deixar de refletir-se no tratamento desses programas e projetos.

Por outro lado, como é inevitável, dentro dos países beneficiários da cooperação o processo decisório e a execução das atividades científicas e tecnológicas depende de estruturas burocráticas específicas, cada uma das quais tende a ter uma visão setorial dos problemas. Como se sabe, não há solução perfeita para esse tipo de dificuldades burocráticas. E, de qualquer forma, em matéria de ciência e tecnologia sempre se está lidando com fatores de incerteza não perfeitamente quantificáveis.

Além do mais, quando as funções de formulação, execução e avaliação estão todas concentradas num mesmo grande aparelho burocrático, é muito difícil ter-se uma percepção objetiva das dificuldades e da eficiência do desempenho.

2.10 A tendência observável nos grandes países industrializados ocidentais e no Japão tem sido em favor de um misto de apoio estatal e de concorrência (pelo menos parcial) entre os centros, instituições, empresas participantes, etc. A participação do setor privado, de qualquer forma, sempre traz consigo um elemento competitivo. É interessante observar, por exemplo, que a participação do setor privado da economia no total de recursos consignados no Orçamento Geral para a Pesquisa passou de 66,1 a 70,3% entre 1979 e 1985, ao passo que as Universidades e Escolas Superiores reduziu-se de 16 para 13,8%, e a das instituições públicas e privadas sem finalidades lucrativas baixou de 15,3 para 13,3%.

A Comunidade Européia, por sua vez, segue uma política de cooperação permanente entre centros de pesquisas, universidades e escolas superiores, e empresas de todos os estados membros (estas últimas não necessariamente privadas, mas sempre parte do setor produtivo).

3. Observações adicionais

Uma vantagem importante da cooperação com organismos internacionais e regionais é que torna mais fácil assegurar níveis de capacitação e de execução mais uniformes e mais altos do que no caso de programas e projetos puramente internos.

Parece certo, a priori, que um país como o Brasil tenha mais necessidade de desenvolver atividades em nível de excelência do que de promover tecnologia "adequada" porque, para esta última finalidade, já existem estruturas adequadas (embora o seu desempenho possa ser irregular, em função de dificuldades financeiras, organizacionais e administrativas dos diversos níveis de Governo).

Neste caso, não parece possível excluir uma participação ampla do setor privado nem, especificamente, de empresas não-nacionais. Da mesma forma, não é realístico supor-se que essa cooperação possa ser conseguida sem uma convincente garantia de que os avanços conseguidos possam ser tratados como bens econômicos, cobertos com uma razoável proteção legal em matéria de propriedade industrial, patentes, know-how, licenças, etc. A noção, que prevalece ainda em alguns círculos de opinião, no Brasil, de que o conhecimento deve ser considerado um bem público é bem intencionada, mas se aparta muito das condições efetivas das economias contemporâneas (e, aliás, da racionalidade econômica porquanto tem custos que precisam de ser cobertos de alguma forma). A ameaça do uso do poder público para desapropriar direitos e fontes de acesso a conhecimentos tecnológicos, bem como a falta de proteção legal contra uso inautorizado, "pira-

taria", etc., de modelos, conhecimentos patenteados, etc., não oferecem vantagem alguma, porque o processo de aquisição de tecnologia é permanente e diversificado, e não se esgota em um ou outro caso específico.

Para um país das dimensões econômicas do Brasil, não é muito difícil manter, nos setores críticos, um nível de competitividade razoável, o que afasta o risco de um enquistamento tecnológico e do domínio monopolístico de alguns desses setores por grupos privados nacionais ou estrangeiros.

A participação do setor produtivo privado, juntamente com a de organismos internacionais, por sua vez, tem a conveniência de estimular a eficiência dos órgãos de contrapartida do setor público.

Evidentemente, não há nenhuma fórmula a priori que garanta uma permanente eficiência do aparelho estatal, nem no Brasil nem em parte alguma. E mesmo as empresas privadas de mais séria tradição tecnológica nos Estados Unidos, na Alemanha e em outros grandes países industrializados têm problemas para manter sempre uma posição à frente da corrente de inovações, e até mesmo para conservar por muito tempo a sua proporção de participação no mercado. As organizações privadas de maior porte padecem freqüentemente de excessiva rigidez em matéria de organização e inovação, têm maior dificuldade em tomar riscos e em procurar desenvolver novas linhas de processos ou produtos. Naturalmente, pelo menos desde Marshall, há cerca de um século, a idéia de uma espécie de ciclo vital das empresas, como de seres vivos, se tornou um lugar comum. Hoje, sabemos que certos problemas (v.g., tendência à estratificação burocrática) são bastante comuns também nas firmas privadas, e tanto mais sérias quanto maior vai sendo a sua posição relativa no mercado (vale dizer, quanto maior vai sendo o seu grau de monopólio). Para se manterem numa posição tecnológica de ponta, as grandes empresas vem adotando a prática de associações cruzadas com pequenas firmas particularmente avançadas em determinados subsetores (p.ex., licenciamento cruzado, compra de patentes, know how, etc).

Está sendo anunciada neste momento, na RFA, a organização de um Centro para a Pesquisa da Inteligência Artificial, com a participação do Ministério da Pesquisa e Tecnologia, das províncias do Sarre do Palatinado Renano, das Universidades de Saarbrüken e Kaiserslautern, e de várias grandes empresas: Siemens, Nixdorf, IBM da Alemanha, AEG, PKI, Mannesmann Kenzle, Krupp Atlas Elektronik, ADV/Orga, além da Sociedade Fraunhofer e da Sociedade para Matemática e Processamento de Dados. A novidade, no caso, é que nem o Governo Federal nem os provinciais aparecem como sócios (embora só o Ministério de Pesquisa e Tecnologia entre com 120 dos 180 milhões de marcos previstos para a pesquisa, e as províncias forneçam prédios e infra-estrutura). O projeto terá uma administração puramente privada, de tipo industrial. Os objetivos incluem, entre outros, a promoção de um efeito sinérgico de desenvolvimento e a transferência de tecnologia no setor e o empreendimento funcionará como "centro de excelência", dentro do esquema geral do Projeto intereuropeu SPRIT.

Esta experiência de separação entre a gerência (privada) e a base material e institucional fornecida pelo setor público permitirá fazer algumas observações sobre a viabilidade da administração privada de Projetos cooperativos de pesquisa de ponta, e de interligação entre esse nível de pesquisa e o campo da aplicação tecnológica concreta.

As condições no Brasil são, evidentemente, bastante distintas das da Alemanha, e não está claro, a priori, até que ponto o Projeto poderia ser tomado como modelo para experiências nossas. Além disso, as empresas mencionadas já têm, elas próprias, uma forte tradição de pesquisa industrial (só a Siemens emprega o equivalente a mais de 3 bilhões de

dólares por ano), o que contrasta com a sabida modéstia de meios das nossas firmas, e com o fato de que as empresas estrangeiras, no Brasil, provavelmente tenderão a concentrar a sua pesquisa de ponta nos seus países de origem. Mas as tendências observadas na Europa, isto é, ênfase no papel do setor privado na orientação e execução dos projetos e programas, a busca de competitividade e a preocupação com a eficiência, merecem atenção, particularmente enquanto mecanismos de remédio contra a burocratização se façam necessários.

Nas condições do Brasil, em que já existe um setor industrial bastante desenvolvido e um reservatório de mão de obra especializada, competência tecnológica e gerencial bastante apreciável, a expansão do papel do setor privado na orientação, na execução, no monitoramento e na avaliação dos esforços de pesquisa e desenvolvimento provavelmente constituiria uma solução otimizante, e sempre teria o setor público a possibilidade de adicionar o peso que julgar necessário num ou noutro sentido.

INTEGRACIÓN LATINO-AMERICANA: REALIDAD Y PERSPECTIVAS

Felipe Herrera*

INTRODUCCION

Me ha complacido actuar como uno de los relatores en torno al tema definido por nuestra Academia como "Las Relaciones Internacionales de Chile: su proyección hacia fines de siglo". He considerado pertinente hacer circular el ensayo que sigue, "La Integración Latinoamericana: realidad y perspectivas", convencido que nuestro país ha estado y seguirá muy presente en los intentos y realidades integracionistas de América Latina.

Reitero lo expresado en otros ensayos con motivo de la temática que estamos tratando globalmente en nuestra Academia, en cuanto al futuro de las relaciones internacionales de Chile: 1988 será un año muy decisivo para una nueva afirmación histórica de nuestro país en lo que debemos considerar, al presente, como las positivas tendencias cosmopolitas. Así, por lo demás, lo reafirmaron los ocho Presidentes de América Latina en la Reunión de Acapulco de fines del año pasado, en que se sentaron las bases de una aceleración del reencuentro latinoamericano en la actual realidad internacional, respecto a la cual, ha sido históricamente transcendente el reciente encuentro de Reagan con Gorbachov.

I. EXPERIENCIAS DE LAS ULTIMAS DECADAS

"América Latina es una gran nación deschecha". Esta definición que utilizara en una exposición en la Universidad de Bahía, Brasil, en Agosto de 1962, vuelve a tomar vigencia en el momento actual, en relación a las iniciativas comunes intralatinoamericanas que se manifiestan, especialmente, en función de nuestro proceso de endeudamiento financiero internacional.

No es nuestro propósito en esta presentación, darle una perspectiva a los diversos antecedentes que justifican, más allá de lo específico, este histórico proceso de carácter global. Sin embargo, no podemos dejar de recordar el acontecer de las dos últimas décadas, a saber:

* Documento preparado por el Académico Felipe Herrera para la Academia de Ciencias Sociales del Instituto de Chile. Santiago, Junio de 1988.

— *La década de 1950,* es sin lugar a dudas, un trasfondo del acontecer actual. Tengamos presente que terminada la Segunda Guerra Mundial, al gestarse los enfrentamientos Este-Oeste, América Latina tiene por delante un profundo desafío internacional que determinara que nuestros países no se consideren en condiciones de enfrentarlos individualmente, sino que se ven obligados a actuar en forma mancomunada. Lo anterior cobra una mayor vigencia con la creación de la Organización de Estados Americanos (*OEA*), a partir de 1948, en Bogotá. Hay, sin embargo, otra perspectiva y dimensión determinantes del proceso: la conciencia de los desafíos de nuestro desarrollo económico social. En América Latina se plantean tareas colectivas frente al crecimiento económico y a los problemas internacionales, de diversa índole y utilizamos el escenario de la OEA para poder enfrentar esta tarea. La mejor expresión de lo anterior es la convocatoria a la Reunión de Río de Janeiro (Quintandinha), 1954, y de Buenos Aires, 1957. Los antecedentes anteriores explican la vigencia de nuestro proceso de convergencia en torno a la creación de lo que pudiera definirse como un *"Mercado Común"* y al establecimiento de un *Organismo Financiero Regional".*

En el recuerdo de esta década debemos, por cierto, mencionar a la *Comisión Económica para América Latina (CEPAL)* y a quien dirigiera sus actividades en ese entonces, Raúl Prebisch (Q.E.P.D.). En víspera de la Conferencia de 1954, se prepara un Informe por una Comisión de latinoamericanos destacados, destinado a tener una gran influencia en las definiciones regionales recordadas. Forman parte de esa Comisión, entre otras personas, el colombiano Carlos Lleras, el chileno Eduardo Frei y el brasileño Cleantho de Paiva Leite.

— *Es en la década de 1960,* sin embargo, cuando toman una gran fuerza los proceso de unidad latinoamericana: la convergencia de un grupo mayoritario de países de América Latina hace posible la creación de la *Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC),* como asimismo, los esquemas sub-regionales de *Centroamérica y de la Zona Andina.* Estas definiciones económico-comerciales se vinculan íntimamente, además, con sus expresiones financieras de bancos de desarrollo y de mecanismos de pago.

Debemos mencionar en forma específica la creación del *Banco Interamericano de Desarrollo (BID),* que fuera la resultante de una antigua aspiración latinoamericana, concretada en 1959 a través de la "Operación Panamericana" del Presidente del Brasil, Kubitschek, y de la nueva posición de los Estados Unidos asumida por su Jefe de Estado, Eisenhower, gestación en la cual la reunión de trabajo convocada a través de Chile, en 1955, fuera también muy decisiva. Desde el inicio de las actividades del BID, fuimos bautizados como el *"Banco de la Integración".* Efectivamente, se dió una prioridad destacada al *financiamiento de proyectos multilaterales,* que desde perspectivas de desarrollo y geográficas, acercaran más a nuestros países; lo anterior se estimula con la creación de un Fondo Especial de Pre-Inversiones. Debemos también recordar los sistemas de estímulo al comercio intralatinoamericano establecidos en el contexto del Banco, como asimismo la creación del *Instituto para la Integración de América Latina (INTAL),* con sede en Buenos Aires (1964), y con los objetivos de capacitar a funcionarios que pudieran actuar en el campo de la convergencia regional, como también estimular las investigaciones vinculadas con la materia.

Obviamente, la nueva posición de los Estados Unidos, del final de la década de los 50', tuvo una gran influencia en los procesos recordados. Ella se expresa particularmente en el Gobierno del Presidente Kennedy, al ponerse en vigencia el denominado Programa de la *"Alianza para el Progreso",* concretado y expresado en las reuniones de Punta del

Este de 1961 y 1967. Los Estados Unidos, en esos años, consideraban de gran transcendencia entenderse con una *América Latina más desarrollada y más integrada.* Basta, al efecto, volver a leer las declaraciones que emanaran de esos encuentros.

Recordemos sólo las Conclusiones principales adoptadas en la primera de esas Conferencias Interamericanas (1961):

"Esta Alianza se funda en el principio de que al amparo de la libertad y mediante las instituciones de la *democracia representativa* es como mejor se satisfacen, entre otros anhelos, los de *trabajo, techo y tierra, escuela y salud.* No hay ni puede haber sistemas que garanticen verdadero progreso, si no proporcionan las oportunidades para que se afirme la dignidad de la persona que es fundamento de nuestra civilización. En consecuencia, los países signatarios se comprometen en los próximos años a: perfeccionar y fortalecer las instituciones democráticas, en aplicación al principio de autodeterminación de los pueblos; acelerar el desarrollo económico y social a fin de conseguir un aumento substancial y sostenido del ingreso por habitante, para acercar, en el menor tiempo posible, el nivel de vida de los países latinoamericanos al de los países industrializados; asegurar a los trabajadores unas justas remuneraciones y adecuadas condiciones de trabajo; establecer eficientes sistemas de relaciones obrero-patronales y procedimientos de consulta y colaboración entre las autoridades, las asociaciones patronales y las organizaciones de trabajadores, para el desarrollo económico y social; dar rápida y duradera solución al grave problema que representa para los países de América Latina las variaciones excesivas de los precios de los productos que de ordinario exportan, y de los que aún depende, en medida tan importante, la prosperidad de las naciones latinoamericanas; *acelerar la integración de la América Latina* con el mismo objeto de vigorizar el desarrollo económico y social del continente, proceso ya comenzado con el Tratado General de Integración Económica Centroamericana y, en otros países, por medio de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio".

Entre las conclusiones hay también referencias a los programas de *vivienda,* a los de *reforma agraria;* a los *aspectos educativos* en sus variados escenarios; a los programas de *salubridad e higiene;* a las *reformas tributarias;* a la necesidad de *políticas monetarias y fiscales adecuadas;* y a la *responsabilidad de la actividad privada.*

La declaración principal que surge del encuentro de los Jefes de Estado en Punta del Este en 1967, es la formación de un *Mercado Común Latinoamericano entre 1970 y 1985.* Además, hubo sugerencias para definir una acción conjunta en cuanto a los proyectos multinacionales, y a iniciativas de carácter científico, técnico, educativo y cultural.

Debemos mencionar, con motivo de esta reunión, la transcendência que tuviera la iniciativa del Presidente Frei, a comienzos de 1965, solicitando a un grupo de cuatro funcionarios regionales (Prebisch, Mayobre, Sanz de Santamaría y Herrera), la elaboración de un documento específico para acelerar el proceso de integración: se gesta así el denominado *"Documento de los Cuatro".*

Séanos permitido efectuar una cita del mismo, que bien puede ser considerada como su tesis central:

"Hay que aprender a trabajar en comunidad; debemos formar la *Comunidad de Pueblos Latinoamericanos.* Todavía no hemos sido capaces de afrontar esta gran tarea en medida adecuada, porque no hemos logrado desembarazarnos completamente del molde en que comenzó a operarse nuestro desarrollo en el siglo XIX. Separados entre sí, sin activas relaciones que los uniera vitalmente, cada uno de nuestros países convergían

entonces de forma aislada hacia los grandes centros mundiales de la economía, la política y la cultura. Vivíamos del reflejo que esos centros irradiaban, y ello tuvo consecuencias de profunda huella en el pasado de Latinoamérica y sigue teniéndola en los tiempos presentes. Subsisten todavía importantes elementos de ese esquema; y se impone deshacernos de ellos frente a la evolución del mundo y a las tendencias crecientes de nuestro desarrollo. Es imperioso combinar nuestras fuerzas para superar esos y otros obstáculos que se oponen al desarrollo latinoamericano y concretarlas en la realización de grandes objetivos comunes. No se trata solamente de responder a las exigencias de la técnica ni que tengamos que trabajar en comunidad para lograr un gran espacio económico y dilatar el horizonte cultural, científico y tecnológico. Necesitamos también hacerlo para alcanzar *mayor gravitación política en el plano internacional".*

— *La década de 1970* corresponde, en gran parte de nuestros países, a un período de tendencias definidas de crecimiento, que en cierta forma, son un refjelo también de la mayor cohesión creada regionalmente en la década anterior. Sin embargo, desde una perspectiva temática e ideológica, los conceptos integracionistas no tienen igual vigencia, ya que se acentúan los intentos, en muchas partes del Continente, por proyectarse a través de experiencias nacionales, desarrolladas en muchos casos en base a la ayuda de los nuevos flujos financieros provenientes de la banca privada internacional. Somos testigos así da *una disminución del interés en torno a los conceptos integracionistas como perspectivas* económicas y políticas de ese momento, y particularmente, hacia el futuro.

— Esa última situación hace contraste con la *vivencia actual,* cuya característica mayor ha sido el *proceso de endeudamiento de América Latina* hacia el final de la década pasada y en los primeros años de la presente. Los recientes encuentros políticos de alto nivel corresponden, sin lugar a dudas, a una revivencia de la temática unitaria latinoamericana. Podría argumentarse que ello ha sido el producto de la necessidad de una acción colectiva en lo que al desafío de nuestro endeudamiento internacional se refiere. Soy un "optimista profesional": espero que las actuales características del endeudamiento internacional latinoamericano no sólo van a revitalizar las tendencias integracionistas, sino que, además, van a crear nuevos campos de acción, que no sólo inciden en lo financiero, sino que en términos globales, con nuestros desafíos históricos actuales, enmarcados fundamentalmente en la problemática mundial del diálogo *Este-Oeste* y asimismo de un entendimiento *Norte-Sur.* Tal vez estemos en presencia de aquele viejo refrán que dice: "no hay bien que por mal no venga"; al respecto, cabe tener presente las proyec iones de la Reunión de Acapulco, México, Diciembre de 1987, y el reciente encuentro de Reagan con Gorbachov en Moscú.

II. HACIA LA INSTITUCIONALIZACION DE LA COMUNIDAD LATINOAMERICANA.

Séanos permitido plantear en este encuentro lo que podrían ser los criterios básicos e institucionales por los que deberíamos luchar:

— *En primer término,* la negociación y puesta en ejecución de un *Tratado General* que debe contener las bases orgánicas y funcionales para la creación de una *Comunidad de Estados Latinoamericanos,* incluyendo los países del Caribe y los de la Península Ibérica. Este Convenio debe ser un *"tratado marco",* es decir, tener la amplitud y flexibilidad para dar respuesta, no sólo a las aspiraciones comunitarias actuales, sino que también a las futuras. Los países signatarios del Tratado General deben comprometerse a formar una

Asociación de Estados que procure la cooperación política-económica, técnica y cultural entre ellos. Para estos fines, será necesario fijar períodos en los cuales se estructuren las políticas comunes: el paso prioritario de esas políticas debe ser la formación de un *Mercado Común*, cuyos términos progmáticos son ampliamente conocidos por nuestros países, a la luz de experiencias regionales y sub-regionales, en este último cuarto de siglo. La marcha hacia ese Mercado Común debería, obviamente, reconocer los esquemas vigentes sub-regionales; en consecuencias, el Tratado General no podrá ser substituto de otros convenios que los países interesados deseen dejar vigentes. Naturalmente que un factor de gran estímulo hacia esa finalidad lo constituye el reciente Convenio Argentina-Brasil.

— *En segundo lugar,* visualizamos la propuesta *Organización de Estados Latinoamericanos* como un gran "núcleo central" en torno del cual se organicen diversas autoridades, corporaciones o agencias multinacionales, con grado diverso de autonomía, y que estarían a cargo del cumplimiento de funciones y políticas específicas. Por vía de ejemplo: una Corporación de Fomento Latinoamericana; un Banco Central para América Latina; una Comisión Coordinadora para la Planificación; un ente para el Desarrollo Educacional y Cultural y para la Promoción Científica y Tecnológica; una Agencia de Noticias Latinoamericana; una Corporación de Defensa de los Productos Básicos y de los Recursos Naturales, etc. Estos mecanismos deben ser paralelos a un sistema jurídico-institucional que haga compatibles las políticas nacionales de diferente índole (laborales, fiscales, administrativos, etc.). Algunos de los institutos y organismos esbozados ya existen; otros están en una etapa de formación o bien han sido propuestos como respuestas sectoriales a necesidades colectivas de América Latina. Hemos tenido además en las últimas décadas, por una parte, un *proceso de convergencia cultural* que corresponde a nuestro trasfondo histórico (Convenio "Andrés Bello"), y por otra parte, una acción común *en lo económico, en lo político y en lo científico-tecnológico*, a través de iniciativas específicas.

— El órgano máximo de la nueva organización debería ser una *Asamblea de Jefes de Gobierno.* * Debería haber además *Consejos* de diversa índole que serían integrados por los Ministros de las carteras correspondientes de los países signatarios. La Comunidad Latinoamericana debería contar con un *Parlamento*, que debería ser gestado como un mecanismo de representación directa, basado en el *sufragio universal* de todos los pueblos. Ese Parlamento no se sobrepondría a los actuales sistemas legislativos nacionales, sino que sería específicamente el órgano legislativo y fiscalizador de los intereses comunitarios. Habría también una *Corte Suprema Latinoamericana,* encargada de dirimir las controversias públicas o privadas que surjan con motivo de la aplicación de la nueva Institucionalización. Para la coordinación y aplicación de las políticas propias de la misma, debe existir un *Consejo Permanente* donde cada país adherente tenga representación; ese Consejo podrá delegar algunas de sus funciones en *Comisiones Ejecutivas.*

III. PERSPECTIVAS GEO-POLITICAS.

A nuestro entender, los planteamientos anteriores tienen, en el momento actual, un trasfondo histórico-político que da plena realidad a esquemas como el propuesto. En

* En la Reunión presidencial de Acapulco, se decidió realizar encuentros anuales de los Presidentes Latinoamericanos, habiéndose programado la próxima reunión para 1988, en Montevideo.

efecto, debemos tener presente como aspectos determinantes de nuestro actual escenario, los siguientes:

Primeramente, se ha dicho y repetido que la acción integradora latinoamericana está unida con nuestro *proceso de democratización* o *de re-democratización*. Compartimos ese *criterio. Al presente, no sólo son los desafíos financieros los que hacen posible un diálogo* colectivo, sino que, particularmente, los actuales procesos vigentes en Argentina y en Brasil, *en todos los países que integran en Pacto Andino, en México, en República Dominica*na y en Uruguay.

*Nadie ha sabido definir mejor esta situación que el Presidente Alfonsín de Argen*tina, que personifica la democratización de su país:

*"La unidad e integración latinoamericana han dejado de ser una aspiración trans*mitida de generación en generación, a partir de la lucha de nuestros libertadores, para *convertirse en una necesidad imperiosa. Los hechos que vive nuestra América ponen en* evidencia, día a día, que la unidad es vital. Y esa unidad que tanto precisamos, sólo puede *fundarse en la paz"*. Agregando que: *"El fantasma del conflicto entre nuestros pueblos,* la carrera armamentista que es su consecuencia inmediata, en una palabra, el riesgo de perder la Paz, atenta directamente contra nuestra capacidad para atacar el problema central de la América Latina de hoy. En definitiva, la unidad es una condición para la fuerza de América; la Paz, una condición para recuperar la dignidad de sus habitantes".

En segundo término, como realidad geo-política, debemos mencionar *la actual crisis centroamericana,* proceso que constituye hoy en día el más difícil desafío para *todos* nuestros países. No olvidemos que Centroamérica fue, a partir de la década de los 50', una precursora de nuestras aspiraciones integracionistas, ya que los países centroamericanos accionaban en ese contexto. Fueron trascendentales los progresos conseguidos durante veinte años (mediados de los 50' a los 70') en todos los campos de la convergencia: en lo institucional, en lo económico y en lo cultural (CEPAL, BID, ALPRO, etc.).

No es del caso efectuar en esta exposición un análisis de las crisis políticas actualmente vigentes en esa zona; sin embargo, debemos testimoniar que las mismas están muy determinadas por el enfrentamiento Este-Oeste. Algunos países de América Latina han tratado de cooperar en la superación de los enfrentamientos nacionales, sub-regionales e internacionales de Centroamérica. En tal sentido, debemos aplaudir los planteamientos del Grupo de "La Contadora", organizado para superar la crisis de Nicaragua. Al respecto, creemos que es indispensable una acción cohesionada de *toda* América Latina.

En tercer lugar, al hablar de América Latina estamos implícitamente considerando a los países del Caribe, no sólo a República Dominicana, Cuba y Haití, sino que también a los que se denomina, para nosotros, el *"Nuevo Caribe"*. Se trata de las zonas que en las últimas décadas se han ido independizando de Inglaterra y Holanda. Estos países no sólo han organizado un esquema de mercado común propio, el *CARICOM*, sino que además han tenido una presencia para las naciones iberoamericanas a través de los esquemas interamericanos, como asimismo por la adhesión de algunas de estas nuevas naciones al *SELA*.

Debemos no obstante testimoniar una falta de vinculación, por circunstancias variadas, de muchos de nuestros países con estas nuevas naciones. Tenemos aquí nuevamente una tarea de gran profundidad histórica por delante: la asociación de la América Latina tradicional con el Caribe. Debemos recordar que el Caribe es una de las zonas donde la recesión internacional ha impactado con mayor fuerza, lo que no es de extrañar si consideramos que la zona está todavía formada por una serie de estados pequeños y

medianos, muy dependientes de los países industrializados, desde todo punto de vista.

En cuarto lugar, una nueva dimensión de nuestro tradicional proceso de integración es el *reencuentro histórico con España y Portugal.* Es necesario subrayar al respecto que esta nueva perspectiva se hace presente a partir de 1975, a través de la imagen pública internacional del Rey Juan Carlos, y del reinicio de un regimen democrático hispánico. La presencia del Rey ha tenido una extraordinaria importancia como elemento expresivo de la existencia pasada, presente y futura de una Comunidad Iberoamericana, testimoniada en su contacto directo con nuestro Continente, y por sus iniciativas sobre cooperación iberoamericana.* Es evidente que el Rey Juan Carlos expresa un común trasfondo histórico-cultural en los términos que el eminente intelectual chileno, Eugenio Orrego Vicuña, lo expresara en una *biografía de Bolívar*, hace ya 50 años, en las palavras siguientes:

"Si queréis hallar la fuente vital del Libertador, no será menester abordar mucho. En España, en esa España que veinte Repúblicas reconocen hoy con orgullo, porque Bolívar es español hasta lo hondo de su alma, como Ruiz Díaz, como Cortés, como Pizarro. Como todos ellos pertenece a esa familia de aventureros sublimes para cuyo espíritu ni la imaginación, ni la audacia, ni la naturaleza tuvieron límites. Español por su hidalga generosidad, español en lo heroico, español en sus virtudes y hasta en sus defectos, es Bolívar como una gran síntesis de esa España que produjo el Cid e inventó a Don Quijote".

La circunstancia que ambos países ingresen a las Comunidades Económicas Europeas, no excluye la posibilidad que ellos entren a formar parte de la asociación del nuevo hemisferio. Al respecto, tengamos presente cómo los países que forman parte de la tradicional "Commonwealth", están adheridos paralelamente a diversos arreglos internacionales o regionales.

En quinto lugar, tengamos presente también que hay elementos que desgraciadamente afectan políticamente a la comunidad internacional en su conjunto, y que bien pudiéramos definir como las fallas de los *diálogos Este-Oeste y Norte-Sur*, es decir, por una parte entre Washington y Moscú, y por la otra, del denominado mundo industrializado con los países en desarrollo. A partir del término de la Segunda Guerra Mundial, esos procesos han tenido períodos de maduración y avance, como asimismo de retroceso. En todo caso, para América Latina, el testimoniar que estos esquemas universales parecieran, por lo menos a corto plazo, no tener una clara perspectiva, es una circunstancia más de por qué políticamente debemos actuar en la forma más cohesionada y unitaria posible. Una América Latina integrada puede ser decisiva para la vigencia de principios de Paz, de seguridad y de prosperidad internacionales. En otras palabras, la integración de América Latina no sólo es positiva para nosotros mismos, sino que desde muchas perspectivas contiene un factor intrínseco de carácter cosmopolita. Esperamos que ciertos países del mundo que periódicamente miran con preocupación nuestra unificación, adquieran también el convencimiento en el contexto expresado. Bien podemos comparar la trascendencia de nuestro desafío con las proyecciones que ha tenido el Tratado de Roma, a partir de 1957, no sólo para los países europeos que son actualmente sus miembros, sino que también para la Humanidad considerada globalmente.

* Obviamente que lo anterior está teniendo al presente su mejor expresión con las iniciativas para celebrar 1992, en España, a través del ICI y en Grupos de Trabajo en toda América Latina.

IV. REGIONALIZACION ECONOMICA.

Como lo hemos señalado, es evidente que el proceso de integración latinoamericana vuelve a tomar fuerza a partir de la década actual, en parte substantiva, como consecuencia del impacto que América Latina sufriera con las recientes recesiones internacionales. Ha existido una circunstancia psicológica que tiende a agudizar ese proceso: estábamos acostumbrados, ya en las décadas de los 60' y de los 70', a presentar un panorama latinoamericano de histórico desarrollo, desde sus diversas perspectivas. Recordemos que hace veinte años el producto regional bruto per cápita era de US$ 835.—; a principios de la presente década, dicho producto se duplica, todo ello expresado en una cotización del *dólar de carácter permanente. Lo anterior es sin perjuicio que de una población regional* de 200 millones de habitantes en el año 1960, hayamos pasado en el momento actual a superar los 400 millones de habitantes.

Otro fenómeno significativo en materia de transformaciones, cualquiera sea la valoración que hagamos del mismo, ha sido la *urbanización latinoamericana.* En 1960, nuestra población urbana era de un 50% del total; al presente, prácticamente las dos terceras partes de los latinoamericanos viven en ciudades de más de 30 mil habitantes, y con una proyección, para fines de siglo, de llegar a un 80% del total. De las cinco megalópolis mundiales previstas para el año 2.000, se sabe que tres de ellas estarán radicadas en *América Latina.*

Aunque podemos añorar una visión *ruralista* de nuestra existencia, no podemos dejar de reconocer que este proceso urbano, tal vez desordenado y espontáneo, constituye un desafío y también un factor de desarrollo de incalculables consecuencias. Además, debemos tener en cuenta dentro de este crecimiento de América Latina, nuestra tarea de inversión interna bruta en función de la cual hemos dejado de ser propiamente un continente subdesarrollado, para transformarnos, como decía el famoso economista Leontieff, en una verdadera *"clase media internacional".* Mientras nuestra inversión interna bruta era de 34 mil millones de dólares para todo el Continente a principios de la década de los 60', veinte años más tarde la habíamos multiplicado por cuatro, lo que ha sido un suproducto del crecimiento general de la región, sin perjuicio de constituir también una proyección de la situación planetaria internacional reflejada en América Latina.

Si bien es efectivo que en este proceso global *la regionalización económica* de América Latina, canalizada a través de diversas vías es un factor positivo, sin embargo, no podemos afirmar que lo anterior haja sido demasiado determinante. Basta al efecto analizar con realismo las estadísticas del mayor intercambio que se crea a través de la ALALC, actualmente *ALADI*, del *Mercado Común Centroamericano,* de los países del *Pacto Andino* y de la *región caribeana.* Conocidas han sido las crisis por las que han pasado los sistemas mencionados, no sólo por no haber podido cumplir ampliamente con sus objetivos primitivos, sino que, además, como una consecuencia de procesos internacionales. Es esa la circunstancia, entre otras, la que nos debe obligar a encontrar nuevas fórmulas, tal como lo hemos planteado en líneas anteriores. En todo este proceso ha existido, no obstante, un factor positivo: haber tenido la oportunidad, en las últimas décadas, de haber puesto en vigencia esquemas institucionales de cohesión económica regionales y sub-regionales. A nuestro juicio, y tal como ya lo hemos planteado, estamos ahora en condiciones de utilizar esa experiencia para programar un *convenio de carácter global.*

En este contexto de una mayor unidad económico-política, debemos mencionar experiencias que, a nuestro entender, han sido positivas, particularmente la creación del *SELA* en 1976, y luego la puesta en vigencia de los acuerdos políticos relacionados con la *Cuenca del Plata* y de la *Región Amazónica.* Nada mejor, respecto a estos últimos dos convenios, que las opiniones expresadas a comienzos de este siglo por el uruguayo José Enrique Rodó:

"Yo veo simbolizado en el curso de los dos ríos colosales, nacidos del corazón de nuestra América y que se reparten, en la extensión del Continente, el tributo de las aguas, el destino histórico de esas dos mitades de la raza ibérica, que comparten también entre sí la historia y el porvenir del Nuevo Mundo: los luso-americanos y los hispano-americanos, los portugueses de América y los españoles de América; venidos de inmediatos orígenes étnicos, como aquellos dos grandes ríos se acercan en las nacientes de sus tributarios; confundiéndose y entrecruzándose a menudo en sus exploraciones y conquistas, como a menudo se confunden para el geógrafo los declives de ambas cuencas hidrográficas; convulsos e impetuosos en la edad heroica de sus aventuras y proezas, como aquellos ríos en su crecer; y serenando luego majestuosamente, el ritmo de la historia, como ellos serenan, al ensancharse, el ritmo de sus aguas, para verter, en el Océano inmenso del espíritu humano, amargo salobre con olor y esfuerzo de siglos, su eterno tributo de aguas dulces: las aguas dulces de un porvenir transfigurado por la justicia, por la paz, por la grande amistad de los hombres".

V. COMENTARIOS FINALES.

El análisis de esta perspectiva es fácil y difícil a la vez. Es fácil, en cuanto geográfica e históricamente formamos parte de un contexto geopolítico que tiene orígenes comunes, a partir del siglo XVI, es decir, con la presencia de los países ibéricos en nuestro territorio. Si analizamos los tres siglos de nuestro común período de dependencia, encontramos similitudes que, realmente, nos definen como ser partes de una misma familia. Evidentemente que debemos tener en cuenta la participación territorial que se efectúa con España y Portugal, y que da origen a Brasil; por otra parte, debemos considerar que la actual realidad multifacética del Caribe se debe a las diferencias gestadas entre España, Francia, Inglaterra y Holanda.

Sin embargo, estos transfondos históricos diversos que hemos mencionado, al presente, son más bien "recuerdos del pasado". Basta al efecto recordar la presencia de Brasil, desde el siglo XIX, en relación a muchas de las naciones hispanoamericanas.* Asimismo, como ya lo hemos señalado, en las últimas décadas el denominado "Nuevo Caribe", que históricamente estaba muy lejos de nosotros —no por razones geográficas— se expresa en tareas y problemas comunes.

Las reflexiones anteriores dicen mucha relación con las presencias bilaterales de Chile con respecto al resto del Continente. No es del caso hacer un análisis de este proceso ni tampouco subrayar, junto a sus aspectos positivos, las implicancias negativas de esta situación. Felizmente uno de los problemas más serios, las relaciones con Argentina, se encuentran en una etapa de reencuentro de lo que ha sido un común trasfondo histórico, transfondo que constituye un factor determinante en el pasado histórico nacional.

* Naturalmente que el Convenio Argentino-Brasilero (1986), al cual ha adherido Uruguay, está teniendo una histórica proyección.

Desde una perspectiva multilateral, Chile tiene una importante función en el presente siglo, con la inspiración que don Andrés Bello diera a nuestra política exterior en el siglo XIX. Nuestra posición cobra naturalmente mayor importancia a partir de la Segunda Post-Guerra Mundial: recordemos que el *Tratado de Bogotá* de 1948, transforma el unilateral sistema panamericano en el interamericanismo, que con la creación de la OEA, proyecta una realidad y aspiración multilaterales. Asimismo mencionaremos la creación de la Comisión Económica para América Latina, *(CEPAL)*, en Santiago de Chile, en el año 1950, lo que fuera fácil de lograr y en lo que nuestro país jugara un aspecto decisivo. Recordemos luego, las reuniones interamericanas de 1954 y 1957. Como experiencia personal podemos afirmar que nuestro país tuvo una función promotora de esos encuentros, sín los cuales se hubieran hecho difíciles los progresos integracionistas de la década siguiente, tanto en los planos comerciales como en los financieros.

Es del caso recordar que Chile en la década de 1960 —que corresponde a una institucionalización de iniciativas regionales preexistentes— tiene una destacada participación. Ya hemos señalado cómo la reunión de Punta del Este de 1967 corresponde en gran parte en su inspiración intelectual al denominado "Documento de los Cuatro", cuyo promotor fuera el Presidente Frei al solicitarnos a funcionarios internacionales el estudio acerca de cómo acelerar el proceso de intergación. En el mismo contexto, debemos subrayar la participación de Chile en la gestación del *Pacto Andino*, proceso que se inicia en 1968, y que actualmente, a pesar del desembarco de nuestro país del mismo en el año 1976, vuelve a tomar plena vigencia y a constituir un factor de estímulo para quienes estamos convencidos del destino unitario de América Latina.

Se ha subrayado que las actuales tendencias para "redemocratizar" globalmente la América Latina tendrán también una profunda proyección en nuestra labor integradora. Es por eso que *la aceleración de la vuelta a un regimen democrático en Chile*, no sólo es decisiva para un reencuentro histórico y para un futuro promisorio, sino que también para *volver a formar parte transcendente de esa gran familia que forma nuestro Continente.*

PERSPECTIVAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Celso Amorim*

"The idols and false notions which are now in possession of the human understanding, and have taken deep root therein, not only so beset men's minds that truth can hardly find entrance, but even after entrance obtained, they will again in the very instauration of the sciences meet and trouble us, unless men being forewarned of the danger fortify themselves as far as may be against their assaults."

F. Bacon, Nouum organum, Áphorisms XXXVIII

A cooperação internacional é uma idéia fugidia, que tem perseguido a humanidade — ou, melhor dizendo, que a humanidade tem perseguido (na teoria, se não na prática) — desde, pelo menos, que os gregos iniciaram uma reflexão consistente sobre a Política. Já Platão, no Livro I das Leis, ao comentar a natureza do Estado, faz com que um dos personagens do diálogo (Clinias) afirme, num tom surpreendentemente antecipatório de filósofos modernos como Hobbes e Maquiavel, que "todos os Estados estão constantemente envolvidos numa incessante luta, uns contra os outros... pois a Paz... não passa de uma palavra; a verdade é que todo Estado está, por uma lei da natureza, engajado numa Guerra Informal (sic) contra todos os demais Estados". Não é de admirar-se, assim, prossegue o raciocínio, que as leis de Creta estejam voltadas para a Guerra. Ao que o "Forasteiro de Atenas", personagem que melhor encarna o pensamento de Platão, reage dizendo que a legislação a ser buscada é uma que vise a Paz e não a Guerra e que propicie uma vida feliz e não o predomínio* de um Estado sobre outro.

Mas é bem nítido em Platão, como em outros autores gregos, que a cooperação de que se fala, implícita ou explicitamente, é aquela que seja capaz de impedir a guerra entre gregos. E não deixa de ser irônico que esta cooperação tenha sido mais facilmente alcançada, justamente quando pesava sobre o conjunto das Cidades-Estado algum tipo de ameaça externa, como a que foi representada pelos exércitos persas. Cessada esta, voltava

* Chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores.

* Palestra pronunciada pelo ministro Celso Amorim na série "Ciência das Cinco" promovida pelo Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia em Brasília.

* A primeira afirmação está no próprio Livro I; a outra está, por assim dizer, espalhada por toda a obra.

o estado de "guerra informal", ou mesmo de confrontação aberta, que terminaria por preparar o caminho para a decadência e o domínio estrangeiro — no caso, primeiro com os macedônios, depois com os romanos. O mesmo etnocentrismo, revestido então de características teológicas e místicas, presidirá ao pensamento medieval, para o qual toda aliança (palavra, a rigor, mais adequada do que "cooperação" ou "colaboração" para descrever as realidades da época) só seria justa na medida em que servisse para promover a fé cristã e deter os avanços de bárbaros e infiéis. Desfeito o ideal religioso-cultural que tornava a Europa medieval, bem ou mal, uma unidade, o que se vê é um ressurgimento tão ou mais cruento, da "guerra informal" de que falava Platão, pela boca de Clinias. Na Itália renascentista, em que pontificam pensadores de agudo realismo, como Maquiavel e Botero, a "Razão de Estado" prevalece totalmente sobre qualquer consideração de índole universalista e o máximo a que se pode aspirar é que um "equilíbrio de egoísmos"* supra, de alguma maneira, essa ausência de um ideal mais elevado. Mais próximo de nós culturalmente, Camões irá lamentar — expressando o conflito entre razão e sentimento característico de uma época de mudanças — a divisão entre os vários príncipes europeus que, desta maneira, favorecem "o superbíssimo otomano". A noção da unidade perdida e a nostalgia por uma herança comum — européia e cristã —, estão aí bem presentes, ainda que como recurso poético, com o objetivo de contrastar a atitude de outras potências com a de Portugal. Vale a pena reler a estrofe com que o Poeta resume o estado de coisas:

"Ó míseros cristãos, pela ventura
sois os dentes, de Cadmo desparzidos,
Que uns aos outros se dão à morte dura,
Sendo todos de um ventre produzidos?
Não vedes a divina sepultura
Possuída de Cães, que, sempre unidos,
Vos vêm tomar a vossa antiga terra,
Fazendo-se famosos pela guerra?"**

Recurso poético ou não, Camões expressa, de maneira exemplar, o sentido etnocêntrico ou, com o perdão do neologismo, religiocêntrico das idéias de cooperação ou aliança, vivas desde Santo Agostinho e que a "Razão de Estado" veio derrubar. Se mérito teve a nova concepção do mundo e da política erigida primeiro por Maquiavel e, depois, com vigor de geômetra, por Hobbes, foi a de desfazer, de uma vez por todas, com a ilusão de um Estado universal, anacrônica reminiscência do Império Romano, com que se costumavam encobrir as barbáries de Reis e Imperadores. Daí para frente, estas tiveram que ser aceitas pelo seu valor aparente, enquanto barbáries, sem o manto protetor de uma pretensa missão civilizadora. É verdade que o imperialismo do Século XIX tentou reeditar os velhos sofismas da dominação, mas o seu êxito, no plano ideológico ao menos, teve curta duração.

A cooperação internacional tem como um dos seus primeiros pressupostos, a idéia da alteridade, i.e.: o respeito por um Estado à existência de outros Estados, cujos objetivos podem e devem ser por eles próprios traçados. Assim, a idéia hobbesiana da vida internacional como a "guerra de todos contra todos", temperada apenas pela moderação que a própria razão e o auto-interesse ditassem, representa, paradoxalmente, um momento importante na evolução do pensamento político e da própria idéia de cooperação,

* Ver F. Guicciardini: Storia d'Itália, apud, F. Parkinson, The Philosophy of International Relations.

** Lusíadas, Livro VII, 9.

na medida em que contribui para enterrar os mitos que tornariam qualquer cooperação autêntica impossível. Mas, se o Sistema de Balanço de Poder Europeu permitiu o florescimento e a afirmação das idéias de independência e soberania, restringindo os sonhos de dominação universal, é igualmente certo dizer-se que nele a noção de cooperação internacional não foi muito além da de alianças ocasionais entre as potências, com vista a evitar o surgimento de um Estado hegemônico. Como já foi colocado*, o Balanço ou Equilíbrio Europeu visou muito mais à manutenção de uma certa ordem internacional, com a preservação da autonomia dos que nela participavam, do que propriamente à Paz. É verdade que pensadores como o Abade de St. Pierre e Kant sonharam com uma Paz duradoura, baseada numa colaboração entre monarquias constitucionais, que se espalhariam como o regime político mais adequado ao estágio evolutivo da Europa. A realidade, entretanto, foi bem outra. Foram necessários alguns séculos de conflitos recorrentes e, sobretudo, o desastre da I Guerra Mundial, com toda sua seqüela de destruições, para que a idéia de cooperação assumisse força suficiente e viesse a traduzir-se em ação. Os ideais de Woodrow Wilson, consubstanciados, em certa medida, na criação da Liga das Nações, logo teriam de enfrentar forças poderosas que conspiravam contra sua frutificação. Os desarranjos criados pela Guerra, os anos de recessão e crise e as profundas transformações sociais que sacudiram o mundo no início do Século XX fariam com que os tambores da Guerra voltassem a soar mais forte do que as trombetas da Paz. O mundo voltaria a engolfar-se no conflito, desta vez de proporções ainda maiores. Ao final, um novo desenho viria presidir as relações internacionais e a idéia da cooperação ressurge, juntamente com a esperança de uma Paz mais duradoura. Dumbarton Oaks, São Francisco, Bretton Woods e Havana são elos neste processo, mediante o qual se criaram instituições destinadas a consolidar uma teia de cooperação entre os Estados. Pela primeira vez, inclusive, os temas econômicos assumem um papel importante no esboço institucional, mesmo levando-se em conta que a tentativa de criar uma Organização Internacional do Comércio, na Conferência de Havana, não tenha logrado vencer resistências particularistas e seus defensores tenham tido que contentar-se com um "second best", o GATT. É importante notar, entretanto, que a nova ênfase em temas econômicos, estava ainda, de certa maneira, ligada às preocupações com a Paz. Tratava-se, sobretudo, de evitar a repetição do ocorrido no entre-guerras, com a conhecida sucessão de crises, recessão, desemprego e restrições ao comércio, que marcaram aquelas duas décadas e acabaram alimentando as correntes que levariam ao conflito. É significativo notar, a propósito, que somente após muitos esforços, sobretudo dos delegados latino-americanos, foi possível fazer com que a denominação do Banco Mundial, originalmente concebido como um Banco de Reconstrução, passasse a incluir, também, a palavra "desenvolvimento".

O que desejo acentuar com esta exposição é que o desenvolvimento, só tardiamente e de forma incompleta, passou a ser um objetivo declarado da cooperação. Esta, quando existiu, sempre esteve muito mais voltada para questões como a manutenção da Ordem e da Paz que, se bem importantes, não esgotavam a agenda de prioridades dos países mais pobres. Nos anos que se seguiram à Guerra, o acelerado processo de descolonização dos países afro-asiáticos, a renovada consciência da América Latina quanto a seu atraso estrutural e o deslocamento dos focos de tensão mundial do centro desenvolvido para a periferia pobre, com crises como as da Indochina, Argélia, Cuba e Congo, trouxeram a questão do desenvolvimento para o palco dos debates. Essa evolução culminou na frase

* F. S. Hihsley, Power and the Pursuit of Peace, Cambridge, 1933.

célebre do Papa Paulo VI que, na encíclica "Populorum Progressio", pontificou que "o desenvolvimento é o novo nome da Paz". Já antes e em grande parte devido à posição de vanguarda de economistas como Raul Prebisch, durante anos Secretário-Executivo da Comissão Econômica para América Latina, a ONU resolve colocar em sua agenda o tema do desenvolvimento, vinculando-o ao do comércio e o faz convocando a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, mais conhecida por sua sigla em inglês, a UNCTAD.

Não é este o lugar para se fazer um inventário dos êxitos (poucos) e dos insucessos (bem maiores) da UNCTAD, bastando assinalar que os planos de que pudesse ser o embrião de uma Organização Internacional de Comércio e Desenvolvimento, com capacidade verdadeiramente operativa, não chegaram a alçar vôo. A despeito de algumas concessões ocasionais dos países centrais, como a criação de um Sistema Geral de Preferências, sujeito, assim mesmo, a inúmeras restrições, a verdade é que um balanço das últimas décadas (uma delas explicitamente denominada pela ONU como "década do desenvolvimento") nos mostra um quadro desolador. Tomando a América Latina como referência — o que já é uma distorção "para cima" do panorama geral, que inclui situações muito mais dramáticas, como as de certos países africanos e asiáticos —, verificamos que todos os indicadores, como renda per capita, produto bruto e participação no comércio internacional, apontam no sentido do agravamento de sua posição relativa face aos países industrializados. A epítome dessa situação de desalento se expressa, sobretudo, na trágica questão da dívida externa, que hoje sufoca grande número desses países, atuando como um torniquete a comprimir a já debilitada capacidade que têm de poupar e investir.

Este é o quadro geral com o qual nos deparamos, ao passarmos a vista sobre o mundo contemporâneo, fixando-a na problemática do desenvolvimento. Por traz desses desequilíbrios, cuja persistência e agravamento são motivos de preocupação crescente para todos os homens de sensibilidade, onde quer que tenham nascido, permanece um fator que já Prebisch havia assinalado, em seu pioneiro e iluminado ensaio de 1949*, a saber, a incapacidade da América Latina (e dos países pobres, em geral) de gerar, autoctonomente, as alavancas do progresso técnico e de apropriar-se dos seus resultados. Obviamente, não cabe aqui uma discussão aprofundada das teses de Prebisch, que inspiraram tantos e tão acalorados debates. Importa, entretanto, acentuar que o núcleo do seu raciocínio, i.e., a ênfase no progresso técnico — com o seu corolário, em termos científicos e tecnológicos —, nem sempre foi bem apreendido, tomando-se, muitas vezes, o efeito pela causa — o que levou a um deslocamento das preocupações para a questão mais global da industrialização e a uma atenção insuficiente ao fator dinâmico, que é a geração e incorporação de tecnologia ao processo produtivo.

Face ao panorama aqui esboçado, sobre o sentido e os limites da cooperação internacional e tendo presente a necessidade incontornável de incorporar o progresso tecnológico ao conceito de desenvolvimento, o que se pode legitimamente esperar dessa cooperação no sentido de melhorar os padrões de bem-estar das centenas de milhões (ou mesmo dos bilhões) de habitantes dos países subdesenvolvidos? A resposta a essa indagação, crucial para o nosso tema, requer uma digressão, por rápida que seja, sobre o papel da ciência e da tecnologia — ou mais amplamente até, da informação — nas relações políticas e econômicas entre os Estados no mundo de hoje. Após essa análise, poderemos, com alguns casos concretos, iluminar alguns caminhos onde podem situar-se, com razoável

* Raul Prebisch, O Desenvolvimento da América Latina e seus Principais Problemas, Revista Brasileira de Economia, 1949.

chance de êxito, nossas esperanças. "Não é preciso ser um especialista em meteorologia para saber de que lado sopra o vento". Era esse o lema de uma organização política de protesto nos Estados Unidos, no final dos anos 60 e início dos anos 70, o qual bem se aplica no exame do papel que a tecnologia tem, hoje, nas relações econômicas e políticas, a nível mundial. Não é o caso de discorrer aqui sobre as alternâncias que se têm verificado, nos últimos anos e décadas, no relacionamento entre os países desenvolvidos, em que o fator tecnológico tem sido central. Basta lembrar as tensões existentes entre o Japão e os Estados Unidos e a relutância com que a potência, até há pouco, líder do mundo capitalista, tem visto escapar-lhe das mãos a supremacia em setores de ponta. Não faltam estudos sobre as causas dessas tendências, nem prospecções sobre suas prováveis conseqüências. Cito, apenas, por considerá-la ilustrativa do estado de ânimo que se está gerando no Estados Unidos, uma pesquisa recente da revista "Newsweek", segundo a qual, para uma significativa maioria de norte-americanos, a "ameaça econômica" do Japão era um fator a ter mais em conta do que a rivalidade político-militar com a União Soviética. É preciso ter vivido nos Estados Unidos, ou acompanhado de perto a evolução político-cultural daquele país, para apreciar o que tal mudança significa.

Uma das conseqüências dessa tomada de consciência sobre o declínio do papel hegemônico dos Estados Unidos tem sido a busca, mediante um processo de auto-crítica — ou como diriam os americanos — de "soul searching", dos motivos dessa relativa decadência em ações ou omissões passadas da própria política norte-americana. O resultado deste processo, pelo menos até aqui, tem sido algo paradoxal, para um país que se erige em baluarte do livre-comércio. Com efeito, tem sido comum encontrar comentários e análises de estudiosos e "policy-makers" norte-americanos, que atribuem a perda de competitividade para o Japão (e, agora, também, de forma embrionária, para outros países da chamada Bacia do Pacífico — Coréia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura) a uma excessiva tolerância norte-americana com relação à disseminação da tecnologia gerada nos Estados Unidos, acompanhada de uma despreocupação com seu próprio mercado e da ausência de uma política agressiva com relação a medidas protecionistas em potenciais rivais. Os êxitos econômicos desses países, em especial do Japão, teriam despertado o gigante norte-americano para a necessidade de agir com maior determinação nas três frentes: maior controle de transferência de tecnologias avançadas; maior controle sobre o seu mercado de produtos de alta tecnologia; e maiores e mais determinados esforços para garantir que outros países não criem obstáculos à penetração de bens e serviços norte-americanos, quer diretamente, quer por meio de investimentos de subsidiárias de multinacionais dos Estados Unidos.

No primeiro nível, afora as restrições normais das próprias empresas, que tendem a reservar para a matriz as pesquisas nos setores mais estratégicos, uma série de ações do governo norte-americano, sob a égide do "Export Administration Act", vem impedindo a passagem, para outros países, de conhecimentos considerados sensíveis, quer sob a forma de tecnologia, quer sob a forma material de equiapmentos sofisticados. No Brasil, mesmo, tivemos dificuldades, por exemplo, na importação de um computador 3090/200 VF, da IBM para a PETROBRÁS e antenas de rastreamento de satélites para o INPE. Vale notar que, em geral, para tornar o embargo efetivo, o Governo norte-americano tem procurado, de todas as maneiras, "amarrar" seus concorrentes potenciais, notadamente os países da Europa e o Japão, às mesmas restrições. Cabe citar, também, como exemplo em que o fator econômico e não estratégico-militar é claramente dominante, o veto imposto à transferência do sistema UNIX, pela AT&T, a um grupo de empresas brasileiras, em 1986,

enquanto os dois países se viam engajados numa dura negociação sobre a política brasileira de informática. Apesar dos desmentidos oficiais, ficou, na época, a forte impressão de que o veto partira do USTR, agência norte-americana que conduzia as negociações. Também a nova ênfase na proteção à propriedade intelectual se insere no contexto de ações destinadas a conter o fluxo de tecnologias geradas nos Estados Unidos para fora do país. Há, a propósito, declarações formais de autoridades governamentais norte-americanas, que não deixam margem a dúvidas. Restrições desse tipo têm-se estendido também ao domínio da informação científica e tecnológica — de especial interesse no caso. A esse propósito, a leitura de um artigo de dois técnicos do Office of Technology Assessment do Congresso norte-americano é extremamente esclarecedora*. Depois de abordar a questão das restrições ao fluxo de informação do ângulo da ética científica e mencionar as pressões militares para cercear sua disseminação, o artigo estabelece que "o controle ao acesso à informação, em nome da segurança nacional, por razões econômicas ou outros objetivos sociais, determinará quem poderá participar (da pesquisa científica), tanto nos EUA quanto internacionalmente".

No segundo nível — o do maior controle sobre seu próprio mercado — as ações desenvolvidas em relação ao comércio de semicondutores com o Japão, impondo, pela força de seu poder político, o que suas empresas não conseguem na esfera da competição econômica, e a proibição de compra da fábrica de circuitos integrados Fairchild, pela japonesa Fujitsu, são exemplos suficientes de uma política mercantilista, com vistas a assegurar a permanência de indústrias de alta tecnologia fora das mãos de um concorrente ameaçador, embora os resultados alcançados, sobretudo no caso do comércio de semi-condutores, tenham sido contraditórios. Medidas semelhantes, em total descompasso com preceitos livre-cambistas também foram adotadas em outros casos como, por exemplo, no setor de máquinas-ferramentas, atingindo, entre outras, indústrias da Alemanha Federal e de Taiwan.

A terceira direção das medidas neo-mercantilistas do Estado norte-americano, para favorecer suas indústrias de alta tecnologia, é bem conhecida e está ilustrada pelas duas ações iniciadas contra políticas brasileiras nos setores de informática e de química fina (farmacêuticos) e pelo esforço de ampliar o escopo do GATT. No que diz respeito ao GATT, como é amplamente sabido, a partir de 1982, quando se encerravam as rodadas de Tóquio, os Estados Unidos têm-se empenhado para alargar o escopo das negociações comerciais multilaterais, de modo a nelas incluir os chamados "novos temas": serviços, propriedade intelectual, investimentos e tecnologia. Desses quatro tópicos ou áreas, de resto interligados, o dos serviços tem merecido destaque especial e é objeto, hoje, de um Grupo Negoaciador específico, no contexto geral da Rodada Uruguai.

Se essas ações de um país altamente desenvolvido espelham uma nítida preocupação com a manutenção da autonomia tecnológica e sublinham, assim, sua necessidade, por outro lado, nos põem em guarda quanto à complacência com que este mesmo país verá os esforços de nações que surgem no cenário internacional como potenciais rivais. Em outras palavras, elas nos advertem para os obstáculos de natureza política — e especialmente de política internacional — que serão levantados contra essas tentativas. De forma mais pertinente para o tema que hoje nos ocupa, elas nos fazem considerar as iniciativas de cooperação técnica e tecnológica, "cum granu salis".

* F. Weingarten e L. Garcia, Public Policy Concerning the Exchange of Scientific Information, Annals AAPSS, 1988.

O que quero dizer com isso é que o desenvolvimento de uma capacidade tecnológica endógena, hoje mais do que nunca essencial, face a tudo o que já foi dito e escrito sobre a tendência à substituição de mão-de-obra barata e matérias-primas por processos e produtos decorrentes de pesquisas avançadas (robotização, novos materiais, etc...), tem que repousar, basicamente, sobre o esforço interno, o que não exclui, como se verá, ações cooperativas adequadamente orientadas e com parceiros realmente interessados em compartilhar esforços nesse sentido.

Nem creio que sejam necessárias análises econômicas muito profundas para demonstrar a possibilidade desse desenvolvimento, pois os exemplos da Coréia e do Japão estão aí para ilustrá-la. É importante notar que, em ambos os casos, a presença do Estado na atividade econômica, sobretudo como agente regulador do mercado, foi fundamental para o êxito das respectivas indústrias de ponta. Há inúmeros estudos que detalham os procedimentos governamentais em ambos os países, para garantir uma presença hegemônica de grupos empresariais nacionais nos setores de tecnologia avançada. O campo da informática e, mais genericamente a eletrônica, no Japão, nos fornece o melhor exemplo dessa política. Parece nítido que o êxito desse país, neste como em outros campos, deve-se a uma feliz combinação de intervenção estatal, práticas protecionistas e incentivos ao desenvolvimento tecnológico, com o amplo uso do poder de compra do Estado*. Neste contexto, protegidos e altamente regulamentados, os contratos de licenciamento e outras formas, menos ortodoxas de absorção de tecnologia, tiveram papel de relevo. Sobre o modelo japonês, parece-me pertinente citar um ex-Ministro da Educação, Cultura e Ciência daquele país, Professor Michio Nagai, que recentemente esteve no Brasil. Repetindo palavras que havia pronunciado em uma palestra para representantes de vários países, num Seminário Internacional sobre Informática, realizado em Tóquio, o Professor Nagai resumiu assim, para um jornal brasileiro, a essência da experiência japonesa: "imitar, imitar, imitar... e, depois, criar". Aqui, como em outros casos, o papel da informação, sua captação e disseminação, aparece como central.

No Brasil, a Política Nacional de Informática, mesmo que se admita a necessidade de ajustes e correções, é um exemplo de política de desenvolvimento tecnológico, em bases nacionais, que contrasta com o modelo adotado em outros setores industriais (o automobilístico, por exemplo). Aqui, a intervenção reguladora do Estado incentivou a formação e desenvolvimento de grupos empresariais nacionais, interessados na autonomia tecnológica do País. Não é o caso de recapitular os êxitos e os tropeços da política nacional de informática, mas vale sempre lembrar que uma das principais diferenças entre as empresas nacionais, fruto da política, e as estrangeiras aqui estabelecidas é a alta proporção de pesquisadores entre os empregados daquelas e o percentual elevado dos seus investimentos em P&D. Note-se, entretanto, que a continuidade desses avanços pode encontrar alguns pontos de estrangulamento nos recursos disponíveis para investimento em pesquisa. Aqui, creio, vale um parênteses, para acentuar que é difícil imaginar como o Brasil poderá dispor dos elevados recursos exigidos para certas pesquisas, enquanto a taxa de poupança, em relação ao PIB, permanecer em torno de 16%, o que contrasta, de forma negativa para nós, com o ocorrido nos dois países asiáticos citados.

Não creio que o principal obstáculo ao desenvolvimento tecnológico da informática e de outros setores, como a química fina ou a biotecnologia, seja de natureza econômica.

* F. Rushing e C. Brown, ed. National Policies for Developing High Technology Industries, Westview Press, 1986 (ver, especialmente, o artigo de Michael Borrus e John Zysnan sobre o Japão.

Mesmo sem subestimar o constrangimento que a escassez de recursos representa, creio que a maior dificuldade enfrentada é de natureza política e decorre da firme disposição que outros países — notadamente os Estados Unidos — têm revelado em sustar os nossos avanços em tais campos. Desde 1982, pelo menos, quando Reagan veio ao Brasil, o governo norte-americano não tem perdido nenhuma ocasião para demonstrar sua inconformidade com a política brasileira para a área de computadores, periféricos e serviços ligados à tecnologia de informação. A partir de 1985, a oposição de Washington à política de informática tornou-se mais consistente e agressiva. Primeiro no GATT e depois em reuniões bilaterais, que tinham como pano de fundo a ameaça de sanções econômicas, o governo norte-americano pressionou o Brasil a modificar aspectos de sua política para o setor, embora, formalmente, Washington sempre tenha afirmado que acatava (mesmo sem gostar dela) a legislação brasileira. Ainda recentemente, em entrevista a um jornal brasileiro, o Embaixador norte-americano, Harry Schlaudemann, voltou a afirmar que os Estados Unidos permanecem insatisfeitos com determinados aspectos da política e, por essa razão, o seu governo havia apenas suspendido, *mas não cancelado*, a ameaça de sanções contra o Brasil. Na verdade, ao desencadear contra nós o poderoso mecanismo da Seção 301 da Lei de Comércio, o governo norte-americano percebeu que dispunha de valiosos aliados dentro do Brasil, representados, não tanto pelos setores que, por ideologia ou outras razões, sempre se opuseram à política de informática, mas pelos grupos que, mesmo autenticamente nacionais, sentiram-se ameaçados pelas retaliações. A julgar pela reação desses setores, era como se a informática brasileira — e não o governo norte-americano — os estivesse ameaçando, com represálias comerciais. A falta de coesão no País em torno de uma política aprovada de maneira ampla pelo Congresso Nacional, em 1984, e mais uma vez referendada de modo quase unânime em 1986, quando da discussão do PLANIN, foi, certamente, um dos fatores que estimulou o governo norte-americano a manter sua "linha dura" contra a informática e a adotar o mesmo comportamento no caso das patentes para a indústria farmacêutica, que tem repercussões diretas sobre outro setor de ponta, o da química fina, e, num futuro não muito distante, também sobre a biotecnologia. Vários fatores contribuem para debilitar a capacidade nacional de resistir às pressões norte-americanas: a dívida externa, é certamente um deles, embora, dependendo da estratégia seguida, os papéis possam facilmente inverter-se. A grande dependência dos exportadores brasileiros, notadamente em segmentos específicos, como calçados e aviões, em relação ao mercado norte-americano, é outro.* Seria uma atitude simplista descartar como impatrióticos os grupos — e infundados seus temores — que se viram ameaçados pela adoção de sobretaxas aos produtos vendidos ao mercado norte-americano. A situação é mais complexa e requer soluções imaginosas e laboriosas, difíceis de encontrar a curto prazo. Somente uma estratégia de longo alcance, envolvendo ações em vários níveis, poderá preparar a sociedade brasileira para os embates que certamente continuarão a ocorrer, sobretudo se o País persistir, como se espera, na determinação de desenvolver suas indústrias de alta tecnologia.

Durante o regime autoritário, alianças ocasionais entre grupos de militares e tecnocratas bem situados no aparelho do Estado e setores empresariais específicos, envolvendo aqui e ali o apoio de alguns parlamentares, eram suficientes para dar suporte político a ações voltadas para o desenvolvimento nacional. Num regime democrático, novas

* V. Rubens Ricupero, O Brasil e o Futuro do Comércio Internacional, palestra em Seminário do Instituto Fernand Braudel, São Paulo, 31.08.1988. (publicada no número 120-121 da Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro.)

coalisões terão que ser formadas, preservando os elementos das antigas alianças, mas ampliando a sua base social. A aprovação de alguns itens de grande relevo para o desenvolvimento do País, pela Assembléia Nacional Constituinte, parece indicar que a formação dessas coligações não é uma tarefa impossível. Resta saber se a mesma correlação de forças, que logrou se acertar em matérias de princípio, pode ser transposta para os embates do dia-a-dia, nos quais se decidirá, de maneira efetiva, o rumo que tomará o desenvolvimento nacional.

Neste ponto, vale a pena dizer algo sobre como a cooperação internacional pode tornar-se um elemento importante de uma estratégia de desenvolvimento tecnológico autônomo. Não há nisso nenhuma contradição, já que autonomia significa controle sobre as decisões que dizem respeito a manutenção e desenvolvimento de um sistema e não o seu fechamento completo para o exterior. Autonomia é, portanto, distinta de autarquia. Já em outras oportunidades, tenho procurado mostrar como os vultosos investimentos *requeridos pelo progresso tecnológico levaram, por exemplo, os países europeus a buscar* concertar seus esforços, através de programas como o Eureka, o Espirit, o Race, etc... (sem falar em experiências mais antigas, como o EURATOM e o CERN). Esses investimentos tem que ser medidos não apenas em função do ato físico de instalação de uma nova planta, mas como o somatório dos recursos investidos ao longo do tempo na formação de pessoal altamente qualificado. Somente assim se terá uma idéia real da dimensão do esforço exigido em certos setores e da importância da divisão compartida de custos. Por outro lado no que tange à produção tecnológica, são óbvias as vantagens do poder-se dispor de mercados ampliados para a colocação dos produtos resultantes das pesquisas, em setores como software, eletrônica, biotecnologia, etc... Os acordos Brasil-Argentina, sobretudo nas áreas de biotecnologia e informática, são exemplos de uma cooperação internacional baseada em interesses mútuos e, espera-se, numa sólida vontade política, que servirão de teste para a viabilidade de uma cooperação mais ampla a nível latino-americano, voltada para resultados concretos e não para desgastadas fórmulas retóricas. Exemplo similar de iniciativa conjunta de países em desenvolvimento é o acordo de cooperação espacial com a República Popular da China, com vistas ao lançamento de satélites sino-brasileiros de sensoreamento remoto. Embora esta não seja uma forma científica de aferir sua importância intríseca, seu impacto, em termos políticos e econômicos, pode ser avaliado pelo destaque com que a imprensa internacional tratou a assinatura do referido convênio.* Depois de mais de uma década em que os organismos internacionais se desdobraram em realçar as vantagens da cooperação Sul-Sul, em geral restrita a projetos de reduzido significado tecnológico, o Programa sino-brasileiro veio dar substância real e dimensão considerável a esse tipo de relacionamento. A cooperação entre países em desenvolvimento, quando afetivamente baseada em complementaridade de recursos e objetivos similares, surge assim como um elemento importante da própria política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, já que inexistem aqui os fatores de desconfiança e os riscos políticos em iniciativas marcadas pelo desequilíbrio entre os parceiros.

Tudo o que foi dito até aqui pareceria indicar que não haveria lugar para a cooperação científica e tecnológica entre nações de níveis distintos de desenvolvimento, o que

* Entre outros, o jornal Herald Tribune, do dia seguinte ao da assinatura do acordo, publicou, com relevo, a notícia.

não corresponde, obviamente, à verdade. Em primeiro lugar, no que tange especificamente à cooperação científica, todos sabemos que a comunidade de pesquisadores se caracteriza por uma grande permeabilidade. Congressos e Conferências internacionais, *bem como programas bilaterais de cooperação, são modos pelos quais a informação e o* conhecimento são disseminados, com evidentes benefícios, para os que deles participam. E, aliás, digna de nota — e motivo de apreensão — certa tendência no sentido de limitar a participação em certos eventos anacionais de um número restrito de países ou até um único país (ver, a propósito, o comentário da Revista Economist, *Scientific Secrets*, 28.11.87).

Interessa, pois, examinar em que condições o Brasil pode valer-se da cooperação *com países mais desenvolvidos. A propósito, e com risco de ser redundante, vale fixar* algumas considerações que devem estar subjacentes a toda política de cooperação internacional em C&T:

1. A cooperação internacional não pode ser encarada como alternativa para o esforço interno. Só coopera com outros países quem já dispõe de certa base científica e tecnológica própria. Apelar para a cooperação como fonte exclusiva/ou principal de desenvolvimento é condenar-se à dependência e à submissão;
2. A *cooperação só será verdadeiramente frutífera quando houver complementaridade* real de interesses. Naturalmente, tal complementação se encontrará com maior facilidade, como foi indicado, entre nações de nível de desenvolvimento similar, mas ela pode estar presente também em outros tipos de relacionamento menos "simétricos", desde que se esteja atento para evitar fórmulas que perpetuem uma relação de dependência. Certos programas, como o de informática com a RFA e outros ainda em gestação com nações como a França, aproximam-se bastante desse padrão;
3. A *ampliação das ações cooperativas do terreno científico para o tecnológico, além das* complexidades já mencionadas, envolve adaptações e ajustes no aparato institucional que não estão totalmente resolvidos;
4. Vale insistir que a cooperação em C&T não pode estar isolada do conjunto do relacionamento internacional do país. As relações com o Leste Europeu, por exemplo, que, durante muito tempo, estiveram reprimidas por motivações político-ideológicas, encontram ainda um obstáculo difícil de transpor no desequilíbrio comercial que *freqüentemente dificulta a exportação de novos serviços e produtos brasileiros de* maior densidade tecnológica.

O grande desafio que se apresenta ao Brasil e aos países em desenvolvimento é, justamente, o de combinar esforços em diferentes direções, buscando, por um lado, aumentar sua capacidade própria de absorção e geração de tecnologia — para o que, medidas especiais de proteção à sua indústria continuam a ser indispensáveis —, sem perder de vista as oportunidades efetivas de cooperação com outros países. Mas, para isso, *o primeiro passo é conseguirmos nos desfazer das ilusões que alguns conceitos, à força de* serem repetidos, sub-repticiamente insinuam em nossas mentes. Para termos uma efetiva compreensão da realidade, ensinava Bacon, é mister despirmo-nos dos ídolos que povoam nossa consciência. A cooperação internacional, vista sem um adequado distanciamento crítico, pode muito bem constituir-se num desses "ídolos".

CONSELHOS AO EMBAIXADOR INICIANTE: UMA CARTA DE MAQUIAVEL

Sergio Bath*

Em 23 de outubro de 1522 Nicolau Maquiavel escreveu a seu amigo Raffaello Girolami, que se preparava para deixar Florença como Embaixador na Espanha, acreditado junto a Carlos de Habsburgo.

Aos 53 anos, Maquiavel tinha encerrado o período mais ativo da sua carreira pública, durante o qual fora responsável pela Segunda Chancelaria do Governo Florentino (1498-1512). Sobrevivera também aos "sete anos magros", quando, marginalizado pelo retorno dos Médici e a queda do seu protetor, Piero Soderini, refugiou-se no campo, sonhando retomar a carreira interrompida, de diplomata e conselheiro político.

Começava a ganhar reputação de escritor, mas sentia-se frustrado porque, mesmo depois da queda dos Médici, em 1519, não conseguiu retornar plenamente à atividade diplomática. Estava destinado a deixar sua marca no mundo como pensador, mas não era isso que ambicionava.

Já tinha escrito praticamente toda a sua obra — inclusive *Il Principe* e os *Discorsi*.

Eis o texto da carta, que foi traduzida tendo por objetivo a clareza necessária para o leitor contemporâneo, com um mínimo de violência ao estilo do autor e ao espírito da época. Foi omitido um curto parágrafo, puramente circunstancial.

"Ser Embaixador é uma dessas funções que honram um cidadão. Pode-se dizer que quem não está apto a exercê-la não está apto a governar.

"Partes como Embaixador para a Espanha, um país que desconheces, diferente da Itália em todos os seus hábitos e costumes. Mais ainda: esta é tua primeira missão diplomática, de modo que se passares bem na prova, como todos acreditamos e esperamos, isso será para ti uma grande honra, tanto maior quanto maiores forem os problemas encontrados. E como tenho alguma experiência nesta matéria, venho transmitir-te o que aprendi — não por presunção, mas por amizade.

"É fácil para qualquer bom cidadão desempenhar fielmente uma missão diplomática. Mas executá-la com eficácia apresenta muitas dificuldades. Poderão fazê-lo os que

* Sérgio Bath é Embaixador e foi Diretor do Instituto Rio-Branco. Traduziu vários livros de Maquiavel (edições da UnB).

entenderem bem o caráter do Príncipe junto ao qual forem acreditados e das pessoas que o cercam; e que se utilizem de todos os meios que lhes possam abrir mais facilmente o acesso à sua audiência. Com efeito, quando temos o ouvido do Príncipe, o empreendimento mais difícil se torna fácil.

"O Embaixador deve buscar acima de tudo o bom conceito pessoal, que poderá adquirir comportando-se como homem de bem, reto e liberal, nunca como um avaro, hipócrita que pensa uma coisa e diz outra. Este é um ponto muito importante: conheço pessoas que, a despeito da sua grande astúcia, pela duplicidade perderam a confiança do Príncipe, a ponto de não poderem continuar negociando com ele. Se, como às vezes acontece, é forçoso dissimular alguma coisa, convém usar muita arte para que isso não apareça; e se aparecer, que haja uma desculpa pronta.

"Ora, acredito que neste particular não te custará o êxito, pois tens uma inclinação natural para agir bem.

"São também importantes para um Embaixador os despachos que envia ao seu Governo, os quais dizem respeito a três categorias de assuntos: aqueles em andamento, os já concluídos e os que deverão surgir no futuro, e que é preciso prever corretamente. Duas são bem difíceis, a terceira, muito fácil: conhecer os assuntos já encerrados. A exceção é quando dois Príncipes estabelecem uma aliança contra um terceiro, mantida em segredo até que chegue o momento de torná-la pública. Foi o que aconteceu com o acordo que o Papa, a França, o Imperador e a Espanha firmaram em Cambrai contra os venezianos, desastroso para estes últimos. Negociações desse tipo são também extremamente difíceis e requerem um bom julgamento.

"De outro lado, é sempre difícil conhecer os assuntos em andamento e, baseando-nos apenas no nosso julgamento e na imaginação, sentir o seu rumo. Como nas Cortes abundam os amigos das novidades de todo tipo, sempre dispostos a explorar os rumores que circulam, é bom que faças amizade com todos eles para extrair de cada um o que sabe. Amizade que se conquista com banquetes e o jogo. Sei de pessoas da maior seriedade que mantêm em casa mesas de jogo, de modo a atrair a visita dessas pessoas, e fazê-las falar. Se uma delas nada souber, a outra saberá; quase sempre, porém, todos sabem tudo o que acontece.

"Todavia, quem quer receber confidências alheias precisa confiar aos outros o que sabe; para ouvir novidades é preciso contar novidades. O Estado que deseja seu Embaixador prestigiado deve mantê-lo bem servido de notícias. Se todos souberem que sua conversação brinda informações interessantes, competirão entre si para levar-lhe as notícias de que disponham. Por isso recomendo que solicites a todas as autoridades que te mantenham bem informado sobre os acontecimentos de toda a Itália, mesmo os menos importantes. Que sejam levados ao teu conhecimento os menores incidentes passados em Bolonha, Siena ou Perugia — e com mais razão na Santa Sé, em Roma, na Lombardia ou no Reino de Nápoles. São coisas que seguramente excedem os limites da tua responsabilidade mas, pelas razões que indiquei, para teu trabalho será útil e necessário conhecê-las.

"Desse modo não deixarás de estar perfeitamente informado sobre tudo o que acontecer à tua volta. Do que chegar a teu conhecimento, uma parte te parecerá verdadeira, outra plausível porém falsa. Será conveniente ponderar tudo à luz do teu julgamento, de modo a levar em conta apenas o que melhor se ajuste à verdade; o resto, deixarás de lado.

"Todos esses acontecimentos, bem compreendidos e melhor escolhidos, te permitirão interpretar o desenvolvimento eventual de qualquer assunto em andamento, para fazer teu prognóstico. Mas apresentá-lo assim, saído da tua boca, seria odiosamente pretensioso. Por isso, nesse gênero de comunicação é costume recorrer a um artifício. Expõe-se as negociações em curso, fala-se das pessoas que as conduzem e suas diferentes inclinações, concluindo mais ou menos assim: "Levando em consideração tudo o que precede, membros experimentados desta Corte acreditam que haverá tais e tais conseqüências". No meu tempo, esse artifício, aplicado com destreza, deu prestígio a muitos Embaixadores. Por outro lado, usado canhestramente, desprestigiou outros tantos.

"Pude constatar que, para engordar seus despachos com boas informações, alguns desses Embaixadores registram diariamente tudo o que lhes chega ao conhecimento, e cada oito ou dez dias preparam um despacho no qual aproveitam tudo o que lhes parece razoável.

"Verifiquei também que certas pessoas inteligentes, experimentadas na arte diplomática, cada dois meses enviam a seus Governos um resumo da situação e dos acontecimentos no país onde estão acreditadas. Prática que, quando bem executada, eleva o conceito do Embaixador e tem grande utilidade para o destinatário desses relatórios, que por conhecer em pormenor tais acontecimentos poderá decidir melhor o curso da ação a seguir.

"Para que entendas bem esse procedimento vou ilustrá-lo mais amplamente. Logo que chegues à Espanha, uma vez que tenhas exposto ao Governo local o objeto da tua missão, prepararás imediatamente um despacho com notícias da tua chegada, a exposição feita ao Imperador e sua resposta. Deixarás para uma segunda comunicação o discorrer mais pormenorizadamente sobre os acontecimentos do Reino e as qualidades do seu Príncipe, já que, há pouco tempo no país, não terias dele um conhecimento circunstanciado. Depois disso, cuidarás de observar com a maior atenção tudo o que se refere ao Imperador e ao Reino da Espanha, para teu despacho seguinte.

"Mais precisamente, direi que deverás observar o caráter do homem; se governa ou se deixa governar; se é avaro ou liberal, plácido ou belicoso; se lhe interessa a glória ou qualquer outra paixão; se é amado pelo povo; se o agrada mais viver na Espanha ou em Flandres; quais as pessoas que o cercam, quais as suas inclinações e que conselhos lhe dão, isto é, se o impelem a tentar a sorte em novos empreendimentos ou recomendam que se contente em gozar o que tem; que domínio podem ter sobre ele; se são sempre as mesmas pessoas, ou mudam; se o Príncipe não tem alguns amigos dentre os Conselheiros do Rei da França, e se eles são corruptíveis.

"Será também oportuno considerar os Senhores e os grandes Vassalos que se mantêm um pouco mais distantes; qual o seu poder; se estão satisfeitos com o monarca. Caso estejam discontentes, de que modo podem prejudicá-lo; e se a França poderia corromper algúns deles. E informar-se igualmente sobre o irmão do Príncipe, em que termos se relacionam, se é popular, se não está descontente, se não pode causar algum distúrbio no Reino ou em outros Estados.

"Como também informar-se do caráter desses povos; saber se os que se levantaram em armas contra o Príncipe as depuseram completamente, ou se há o temor de que voltem a rebelar-se; se a França poderia ou não incitá-los a essa revolta.

"Examinarás além disso as possíveis intenções do Imperador; se conhece bem a situação italiana; se ambiciona tomar a Lombardia ou se resigna a deixá-la para os Sforza;

em que medida deseja visitar Roma, e quando; qual a sua opinião sobre a Igreja, se confia no Papa e está contente com ele. E, se vier à Itália, que bem ou mal os florentinos devem esperar dele.

"São estas as coisas que, bem consideradas e bem relatadas, te trarão um alto conceito. E não te limites a reportá-las uma só vez: é necessário repetir a lição cada dois ou três meses, com habilidade, e sempre acrescentando algumas novidades, para que a repetição pareça necessária, adquira ares de sabedoria e não constitua uma exibição afetada.

Niccolo Machiavelli"

RETORNO AO FUTURO: A ORDEM INTERNACIONAL NO HORIZONTE 2000

Paulo Roberto de Almeida*

1. PROFECIA E HISTÓRIA

As análises prospectivas, segundo seus críticos, têm o hábito de pecar duplamente: pelo que contém e também pelo que deixam de conter. Trata-se, aparentemente, de um "pecado original" da futurologia, partilhado em igual medida pelas diversas variantes do gênero. Quer abordando o futuro pela ótica estatística e quantitativista, quer fazendo-o segundo os padrões do ensaio interpretativo, muitas dessas análises tendem a atribuir importância desproporcional a elementos secundários ou, inversamente, a negligenciar fatores potencialmente estratégicos.

Em qualquer hipótese, porém, elas freqüentemente revelam-se incapazes de impedir seu próprio esclerosamento precoce quando confrontadas, alguns anos depois, a realidade que supostamente deveriam descrever. O processo de envelhecimento é ainda mais rápido quando o cenário projetado pretende prevenir a esclosão (ou alertar sobre a intervenção) de riscos e catástrofes considerados "iminentes": colapsos nas bolsas de ações, crise financeira mundial, revolução no mercado dos produtos de base ou — por que não? — eclosão da Terceira Guerra Mundial. Mesmo análises mais bem comportadas de *trends* futuros costumam revelar-se *doucement naives* quando o futuro bate à porta. A razão é ao mesmo tempo uma pergunta: modelos econométricos, projeções de computador ou induções geniais terão algum dia o poder de antecipar, em todos seus detalhes, o caminho que tomará o carro de Cronos?

O "curto ciclo de vida" da maior parte das análises prospectivas não é apenas devido as deficiências metodológicas intrínsecas a toda projeção futura de tendências do presente. É preciso referir-se também a um defeito mais grave, ainda que mais prosáico, os exercícios de futurologia soem constituir uma fixação inconsciente (e muitas vezes arbitrária) dos preconceitos políticos e das preferências pessoais de seus autores. O uso adequado da imaginação permite quase sempre, aos que se dedicam a essa espécie de

** Esse trabalho foi apresentado em seminário realizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Portugal em julho de 1988.*

"leitura das estrelas", acomodar estimativas contraditórias sobre a evolução das sociedades, quando não imaginar cenários políticos fantasiosos com base em forças e tendências conjunturalmente dominantes.

O perigo de ver uma análise caducar prematuramente é por certo maior no caso das projeções de natureza econômica e social estabelecidas a partir do universo atual do mundo desenvolvido, onde a rapidez do progresso tecnológico e a mutação das estruturas sociais invalidam em breve espaço de tempo as tendências apontadas nos melhores estudos macro-sociológicos. O cemitério do "futuro" está repleto de previsões não realizadas, desde o anedotário dos desastres ecológicos ou das quebras nas Bolsas, até as estimativas mais sérias lidando com os preços das matérias-primas, o desemprego tecnológico ou os ciclos de crescimento e de estagnação, de longo ou de curto prazo.

As projeções envolvendo as relações internacionais, por sua vez, tendem ser mais sóbrias, se o que está em causa não é evidentemente o mero desejo de emplacar algum sucesso no mercado dos *best sellers*. Aqui, a fúria futurologista de alguns analistas apressados pode eventualmente construir cenários movimentados, onde o roteiro vai da chantagem nuclear ao *day after*, passando pela subida aos extremos e a guerra total.

Mas, as relações internacionais propriamente ditas, enquanto matéria de reflexão universitária, seriam relativamente menos propensas a esse tipo de exercício futurológico, já que lidando com atores e cenários dotados de maior estabilidade estrutural: o Estado-Nação e o sistema de equilíbrio estratégico derivado da lógica westfaliana. Estas duas categorias constituem o padrão de referência básica da teoria das relações internacionais: assim como o soldado e o diplomata são os elementos conceituais *par excellence* quando se passa da formulação doutrinária para a análise operacional da política internacional.

A experiência histórica dos últimos cinco séculos demonstra que, em se tratando da ordem política inter-estatal, as linhas de continuidade tendem a ocupar um espaço comparativamente maior àquele representado pelos momentos de ruptura. Estes também têm o seu peso próprio, mas costumam apresentar-se inseridos naquela, as sucessões dos Estados na hierarquia do poder internacional servindo mais para reforçar as características do sistema do que para alterar a forma de seu funcionamento.

As projeções relativas ao ordenamento futuro do sistema internacional, para serem crediveis, devem operar um verdadeiro retorno ao passado, isto é, apoiar-se em sólidas fundações históricas, uma vez que os modelos disponíveis de organização da sociedade internacional não são em número infinito. O horizonte histórico do Estado-nação, por exemplo, em que pese a lenta emergência de uma soberania coletiva no cenário europeu, afigura-se temporariamente estável, ou seja estruturalmente insuperável pelas próximas décadas. Da mesma forma, a despeito da transnacionalização crescente dos circuitos produtivos e da internacionalização dos instrumentos monetários, o sistema internacional permanecerá econômica e politicamente heterogêneo num futuro previsível, ainda que possa vir a reduzir, de maneira lenta, seu coeficiente de anarquia. Em outros termos, a política de poder não está próxima de ser substituída por uma ordem jurídica supranacional construída segundo os princípios da eqüidade e da justiça.

A estrutura das relações internacionais em vigor nos últimos séculos — digamos desde o século XVI — constituiu-se de maneira extremamente lenta e não se modifica senão em ritmo igualmente lento. A incorporação de novas áreas geográficas ao mundo então civilizado — o que fez com que a política internacional se tornasse verdadeiramente

mundial — se fez sob a *emprise* dos novos Estados europeus, cuja política nacional passou a refletir a crescente relevância dos assuntos externos, em seu sentido mais amplo. A política mundial torna-se européia, ou melhor dito ocidental, e como tal permaneceu desde então, pelo menos no sentido cultural da palavra. Foi a racionalidade ocidental mais que a superioridade militar, a exploração colonial ou o intercâmbio desigual, que assegurou a continuidade, por tão longo tempo, da dominação ocidental sobre os negócios do mundo: uma combinação específica de espírito inventivo — a inovação e a descoberta científica aplicada à economia — e de organização social esteve na origem dessa *performance* historicamente inédita.

Mas, dada essa invenção propriamente européia que é o Estado-nação, a hegemonia cultural ocidental nunca logrou transformar-se em hegemonia *tout court*. As grandes potências, e os variados sistemas de alianças militares forjadas por elas, anularam reciprocamente seus *drives* hegemônicos, conformando sucessivas "balanças de poder ao longo desses últimos cinco séculos. Estas, de forma precária ou efetiva, continuarão cumprindo sua missão histórica por um período de tempo ainda indefinido.

O padrão referido acima permanece válido em suas grandes linhas. Ou seja, a despeito da "ascenção" e "queda" dos mais variados atores nacionais ao longo desse período, as tentações hegemônicas e a vontade de poder imperial de candidatos sucessivos ao "domínio global" nunca chegaram a debilitar fundamentalmente o sistema inter-estatal de relações internacionais que se constituiu no início da era moderna e se desenvolveu de maneira extraordinária desde então. O sistema mostrou-se por exemplo resiliente a tentativas de constituição de algum império verdadeiramente universal, fundado sobre o modelo da *pax romana*.

Nesse sentido, o analista que pretenda oferecer reflexões sobre a evolução provável do sistema internacional contemporâneo tem de ser necessariamente modesto quanto ao escopo transformista de suas projeções. Estas devem, em todo caso, sustentar-se nas tendências já reveladas pela história passada, desdobrando-se cuidadosamente em direção ao futuro. O mais recente e mais brilhante exemplo desse tipo de exercício ainda que limitado às performances futuras de atores individuais é representado pelo último capítulo do livro de Paul Kennedy sobre a ascenção e queda das grandes potências.[1]

Um dos limites impostos pela "longa duração" à ação da "conjuntura histórica de transformação" parece ser constituído pela extraordinária vitalidade demonstrada pelo Estado-nação enquanto fundamento e princípio organizador das relações internacionais na era moderna e contemporânea. O sistema internacional — organizado sobre a base da independência política formal dos Estados e de sua interação concorrente na administração de recursos que garantam o exercício de um poder soberano — continuará previsivelmente sua trajetória histórica bem além das primeiras décadas do século XXI.

Ainda assim, o observador atento poderia formular algumas suposições sobre as possibilidades de transformação desse sistema com base em tendências que começam a desenhar-se lentamente no horizonte 2000. Sem aspirar a futurologia, o ensaio que se segue pretende oferecer algumas idéias e reflexões sobre a possível evolução do cenário internacional nas próximas décadas. A ênfase analítica será colocada nos elementos econômicos e políticos já em processo de mutação (e portanto mais suscetíveis de influenciar o curso da ação futura dos Estados), bem como nos fatores que poderão desempenhar papel relevante no destino ulterior das relações Leste-Oeste, clássico terreno dos estudos geopolíticos e no crucial das relações internacionais contemporâneas.

Na tentativa de identificar as características futuras do sistema mundial emergente,

o observador deve necessariamente operar uma seleção dentre os cenários potencialmente "realizáveis". Algumas das linhas evolutivas já se encontram presentes na atualidade, outras representam apenas uma promessa de possível implementação, ainda que alimentadas por "inferências lógicas" a partir das "tendências prováveis" do sistema contemporâneo. Mesmo que não se pretenda traçar aqui uma lista exaustiva, as seguintes tendências poderiam fornecer a base de um exercício moderado de futurologia internacional, sem que a ordem de apresentação signifique o estabelecimento de uma interação cronológica necessária no desenvolvimento de cada uma delas: o declínio do *condominium* bipolar, a preeminência estratégica e econômica do saber tecnológico, o abandono das últimas ilusões econômicas do socialismo realmente existente, o esmaecimento do conflito ideológico global e a conseqüente superação histórica da oposição Leste-Oeste.

Os elementos selecionados não representam aliás a introdução de nenhum processo fundamentalmente novo de transformação histórica, já que todos eles se encontram presentes, em maior ou menor grau, na agenda contemporânea das relações internacionais.

Qualquer que seja a validade relativa das conjeturas aqui realizadas, seu autor não pretende eximir-se da responsabilidade apontada acima, qual seja, a tendência a fixar nas projeções preferências pessoais quanto ao curso futuro da História. Max Weber afirmava, a esse propósito que é quase impossível fazer ciência social liberado de todo a priori analítico. Que seu exemplo sirva de consolo, no sentido em que se a imparcialidade política é dificilmente alcançável a busca honesta da objetividade permanece, em princípio, possível.

2. O DECLÍNIO IMPERIAL

Desengajamento estratégico, revisão unilateral dos compromissos assumidos com os aliados e realismo econômico: estes parecem ser os elementos característicos da nova política imperial num *fin-de-siecle decididamente neo-mercantilista.*

"De acordo", responderia o observador "imparcial", apenas para perguntar em seguida: "Mas, de qual império se está falando? " A questão, talvez dispensável de um ponto de vista essencialmente formal, assume acuidade prática quando se trata de determinar os contornos do sistema internacional emergente e o papel que nele deverão jogar as atuais superpotências. O politólogo pode se permitir brincar com formulações "ideal-típicas" a propósito do jogo imperial, mas não o estadista ou o diplomata, que necessitam apoiar suas propostas de ação governamental numa análise sóbria das relações de poder realmente existentes e seu impacto nas diretrizes nacionais relativas à segurança estratégica e à política econômica.

Em princípio, os termos do problema poderiam ser aplicados indiferentemente a uma ou outra das duas superpotências, Estados Unidos ou União Soviética, adaptando-se a ênfase atribuída a cada elemento em função do aspecto que se pretende ressaltar num ou noutro caso: reconhecimento do fracasso do intervencionismo ou introdução da dou*trina da dissuasão discriminada, incapacidade em assumir os custos militares do império* ou revisão conceitual da política aliancista, necessidade de reforma econômica ou tentativa de corrigir dificuldades de natureza comercial e problemas de ordem orçamentária.

Em cada um dos lados da equação estratégica, os problemas podem se colocar de maneira diferente, mas seu efeito converge para as realidades tangíveis de uma problemática comum, racionalização das despesas militares, repartição dos gastos em defesa com as respectivas alianças militares e reestruturação econômica interna. Ainda que o discurso

sobre o desarmamento de cada uma das superpotências possa conservar a velha retórica de sempre, a mutação de prioridades é uma necessidade que deverá se impor de forma natural: inevitavelmente ocorrerá algum tipo de "burden-sharing" soviético, como se poderá assistir a alguma forma de *perestroika* norte-americana.

Sem embargo, porém, da suposta bidirecionalidade do foco analítico, deve-se reconhecer que a reconversão imperial não significa a mesma coisa para os atores em presença, nem ocupa a mesma prioridade nas agendas de seus respectivos líderes políticos; de um lado, impõe-se o que se poderia chamar de necessidade sistêmica de reformas estruturais, de outro, sugere-se introduzir uma correção de rumos em função de dificuldades conjunturais.

Apesar de que em ambos os casos se convencionou falar de "declínio imperial" e de "ocaso do poder", o processo de transformação num dos lados é relativamente administrado, enquanto que no outro ele afigura-se como verdadeiro "imperativo categórico", determinado por uma realidade econômica praticamente insustentável. Em termos explícitos, o conceito de revisão da política imperial aplica-se mais adequadamente à União Soviética, cuja retórica oficial passou a refletir as necessidades de uma diplomacia mais conforme com as reais possibilidades de seu sistema econômico e cuja política internacional teve de dobrar-se aos limites efetivos dos recursos disponíveis.

O livro já citado de Paul Kennedy permitiu identificar no chamado "imperial over-reach" — a super-extensão imperial — a razão principal da enfermidade senil que parece atingir, a partir de um certo momento, todo poder imperial. A assunção ampliada de obrigações propriamente "policiais" tende a introduzir uma desproporção crescente entre os recursos alocados a terefas de defesa e de controle externo e os recursos destinados ao investimento produtivo, necessários para manter a estrutura econômica inovativa e próspera.

Esta tese é, contudo, especialmente relevante no caso soviético, onde parece realmente ter-se congelado uma relação de mútua exclusão entre os setores civil e militar da economia, como sublinhava há alguns anos Cornelius Castoriadis. O investimento nas indústrias ligadas à defesa representou, do ponto de vista da economia norte-americana, uma verdadeira bonança, tanto no sentido de reduzir a defasagem entre a produção e o "consumo" de vários produtos feitos para não serem "consumidos", como no de estimular a inventividade técnica e o desenvolvimento *a outrance* de setores ligados a comunicações e ao tratamento de informações. O programa SDI, finalmente, poderia ser considerado, do ponto de vista econômico, como uma grande demonstração de "keynesianismo militar".

Assim, se as duas superpotências enfrentam este final de século firmemente comprometidas com uma política de desengajamento estratégico, de redistribuição de papéis no sistema aliancista e de austeridade econômica interna a administração equilibrada desses processos paralelos assume extrema acuidade no caso soviético onde a margem de manobra é extremamente reduzida pela maior rigidez estrutural do sistema produtivo e pela inadequação do aparelho político. Em qualquer hipótese, a URSS de Gorbachev está condenada a auto-reformar-se: não parece haver alternativas a um programa de *revision dechirante* das prioridades ou escolhas do passado.

Não se pode porém pretender que o declínio mais acelerado de um dos dois parceiros do condomínio bipolar do pós-guerra abrirá espaço para o estabelecimento de uma *pax* imperial no velho estilo. A natureza da dominação imperial americana, de natureza mais econômica que militar, abriu espaço à uma verdadeira multilateralização dos cir-

cuitos de extração de recursos, paralelamente à emergência das "legiões modernas" que são as empresas transnacionais. Mais do que qualquer profissão de fé democrática, o sistema produtivo baseado na corporação multinacional foi o verdadeiro agente da difusão acelerada dos centros de poder, no sentido de uma maior atomização dos núcleos decisionais.

A desconcentração do poder mundial constitui, assim, uma das características mais salientes de nossa época, com a emergência de novos centros regionais de dominação que não parecem dispostos a repetir, ou não são capazes de assumir, os compromissos e obrigações das duas potências rivais. Em lugar de um único centro com periferias sucessivas, passam a coexistir diversos centros com interpenetração de periferias. Os mecanismos de dominação e de exploração são provavelmente os mesmos, embora com conseqüências diferentes para a nova ordem internacional.

Por outro lado, a nova repartição de cartas ligada a esse processo de desconcentração hegemônica não significa tampouco a reatualização do antigo esquema ligado à balança de poder, já que os novos parceiros não parecem pretender assentar sobre instrumentos propriamente militares os fundamentos de uma preeminência *non avouée*. Não está evidentemente excluída a utilização dos meios clássicos de dissuasão e de pressão, embora pareça mais provável que a imposição da vontade, no novo padrão, terá mais a ver com o *economic statecraft* do que com a *gun-boat diplomacy*.

O nucleo do processo decisório nesses novos centros já não colocará tanto ênfase no planejamento estratégico quanto na administração de performances econômico-comerciais. O padrão de referência das relações internacionais poderia, assim estar deslocando seu eixo conceitual: passaríamos de uma visão baseada na concepção político-militar para uma concepção baseada no comércio, ou o que Rosecrance chamou de "expansão do Estado comercial".[2]

3. DO PODER SOBERANO À SOBERANIA ECONÔMICA

O maciço livro de Paul Kennedy trata da interação entre economia e estratégia no sistema inter-estatal moderno e contemporâneo. Suas teses centrais são relativamente simples: existe uma relação causal entre as mudanças ocorridas com o correr do tempo nos equilíbrios econômicos e produtivos e a posição ocupada pelas Potências individuais no sistema internacional... as mudanças econômicas anunciando a ascenção de novas Grandes Potências que um dia teriam um impacto decisivo na ordem militar/territorial (...) Da mesma forma, o registro histórico sugere a existência de uma clara conexão *no longo prazo* entre a ascenção e a queda econômica de uma Grande Potência determinada e seu crescimento e declínio como poder militar importante (xxii).

A riqueza e o poder, ou a força econômica e o poderio militar, são sempre relativos e, como todas as sociedades estão sujeitas a uma inexorável tendência à mudança, os equilíbrios internacionais não podem ser permanentes. Para referir-se ao exemplo que tem motivado discussões acaloradas: a dominação norte-americana sobre os negócios do mundo é decrescente não porque o país tenha se tornado mais pobre ou mais fraco, mas porque outras nações tornaram-se mais fortes e ricas. O veredito de Kennedy é o de que os EUA poderiam se tornar mais ricos ainda, no longo prazo se suas elites dominantes aceitassem gentilmente uma diminuição relativa de seu atual status estratégico e militar.

Mas essas elites ainda não se resignaram a passar de uma visão do mundo baseada na teoria da estabilidade hegemônica para uma outra baseada na teoria do equilíbrio de

poderes, segundo os termos de Richard Rosecrance. O diagnóstico, na verdade se aplica tanto às elites políticas e militares dos Estados Unidos quanto às suas homólogas na União Soviética. *Em ambos os casos, elas ainda não abandonaram a pretensão de pretender* moldar o futuro com base numa estratégia político-militar para aceitar esse mesmo futuro de acordo com uma estratégia comercial.

Mas, ambas as teorias são essencialmente falhas, no sentido em que permitem preservar a lógica westfaliana da territorialidade, que por sua vez serviu de fundamento à conhecida equação geopolítica "espaço é poder". Na opinião de Rosecrance, tanto os Estados Unidos como a União Soviética continuam hipnotizados pelo território, pelo espaço e pelo poder, esquecendo-se da quarta dimensão, a perseguição de uma estratégia comercial conseqüente, como forma de revitalizar e potencializar suas economias.

As lideranças políticas e militares das duas superpotências partilham da mesma visão westfaliana do mundo, com seus conceitos chaves organizados em torno da soberania política absoluta, da independência militar, de garantias territoriais e fronteiriças e do poderio militar de seus respectivos Estados. Kissinger, por exemplo, concebia sua estratégia nos mesmos termos em que Metternich dispunha, em sua época, da ordem política e territorial européia. Os dirigentes e estrategistas soviéticos, por sua vez, mostram-se tão *obsecados com a defesa de seu território quanto seus antecessores russos da época imperial.*

Tanto Kennedy quanto Rosecrance demonstram, com riqueza de detalhes, a inadequação de uma estratégia baseada na super-extensão imperial; os poderes hegemônicos revelam-se, a partir de um certo momento, incapazes de sustentar uma relação viável entre suas pretensões geopolíticas e seus recursos econômicos. Apesar de que os investimentos militares possam servir, em última instância, à causa do desenvolvimento tecnológico e científico, a experiência indica que os gastos militares não aumentam a produtividade nacional. Alguns estudos consultados por Rosecrance demonstraram a existência de uma correlação negativa entre os dois elementos: maiores despesas militares significam menor investimento produtivo.

A concepção comercial das relações internacionais, propugnada por Rosecrance, não deve ser confundida com uma visão otimista da realidade. Isto é, ela não pode ser vista, apenas, como uma oportunidade de reforçar os elementos de paz no sistema inter-estatal contemporâneo, opondo-se portanto a lógica dos enfrentamentos que por muito tempo caracterizou o cenário mundial. Ela é também decorrente das novas características estruturais que passou a assumir o crescimento econômico, hoje fortemente dependente de investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento nos setores de alta densidade tecnológica.

Aliás, qualquer que seja o futuro das relações políticas entre as superpotências, a concorrência entre ambas, pacífica ou militar, será cada vez mais dependente das performances respectivas alcançadas nos terrenos econômico e tecnológico, inclusive e principalmente no que se refere à modernização de seus arsenais ofensivos e sistemas de defesa. O verdadeiro princípio estratégico no mundo atual se chama superioridade tecnológica.

Curiosamente, embora ambas as superpotências sejam igualmente reticentes em abandonar a concepção territorial-militar das relações internacionais, é a União Soviética, o Estado mais empenhado em reformular as bases materiais de seu poder soberano. Paradoxalmente, ela só conseguirá fazê-lo se aceitar precisamente uma diminuição do grau de independência econômica nacional (que no seu caso é o equivalente de autarcia) em

prol de uma decidida opção pela interdependência em escala regional e internacional. As concepções econômicas do socialismo realmente existente representam, porém, um sério obstáculo à consecução dessa tarefa, no mesmo sentido, talvez, em que as relações feudais de produção representavam na Europa pre-moderna, uma grande barreira ao desenvolvimento das forças produtivas. O avanço em direção ao futuro do socialismo parece, assim, situar-se num certo retorno ao passado em termos de história econômica.

4. A TRANSIÇÃO DO SOCIALISMO AO CAPITALISMO

Durante muito tempo os estudiosos do socialismo real se perguntaram se os sistemas de tipo soviético, em que pese toda a rigidez weberiana das burocracias totalitárias, poderiam realmente passar por algum outro tipo de mudança que não fosse de natureza traumática, reconhecendo, implicitamente, que eles tinham pouca ou nenhuma possibilidade de evoluir ou de se auto-reformar. Atualmente, o que se questiona é se os regimes do socialismo realmente existente podem mudar lentamente ou se eles terão de se reformar em ritmo mais rápido.

Em escala histórica, a evolução social tende a ser vista em termos de ruptura ou de continuidade. A Revolução bolchevista de 1917 inscreve-se seguramente à sombra do primeiro conceito, enquanto que os três lustros da era brejnevista teriam certamente de ser vistos sob o ângulo da continuação, quando não da estagnação. O período gorbachevista já pode ser considerado usando-se a terminologia da *ecole des Annales*, como tendo *inaugurado uma conjuntura histórica de transformação (como diria o historiador Ernest* Labrousse), ainda que, falhando ou afastando a tentativa de operar uma brusca mudança política com o passado, ele se contente em administrar um lento processo de mutação social e econômica, mais de acordo com a longa duração, cara a Fernand Braudel.

Os processos de transformação social, econômica ou política numa determinada sociedade e numa época determinada não podem ser facilmente catalogados em função de modelos dicotômicos de racionalização histórica senão a posteriori, quando todas suas possíveis conseqüências e implicações já se fizeram sentir, deixando aos historiadores o cuidado de medir a amplitude da transformação societal. O caso das revoluções violentas é evidentemente particular, uma vez que, antes do historiador, o cronista mundano já teve oportunidade de sentir seus efeitos devastadores, para o cenário social em que atua. Mas as transformações verdadeiramente revolucionárias são extremamente raras nos laboratórios da História, a maior parte das sociedades conhecendo apenas pacíficos processos de modernização social.

Poderia a *perestroika* gorbacheviana ser interpretada como um modelo de transformação revolucionária, isto é, um movimento suscetível de alterar fundamentalmente a estrutura social e econômica da sociedade soviética e de operar a passagem a um novo regime de poder e um novo sistema político? Alguns observadores diriam que faltam-lhe os elementos estruturais mais essenciais de uma típica transformação radical da ordem social ou política, não cabendo pois a identificação com o modelo teórico proposto pela maioria dos historiadores para o conceito de ruptura fundamental na continuidade histórica.

Sem embargo, a conjuntura histórica de transformação em curso na URSS tem sido vista, em perspectiva comparada, como assumindo um significado similar ao dos grandes processos reformistas do início da era moderna. Com efeito, os observadores não deixaram de notar a similitude de intenções entre o atual revisionismo socialista e as grandes

aventuras reformistas dos séculos XV a XVII, chegando mesmo a traçar paralelos entre a tentativa transformista de Gorbachev *e os processos deslanchados por figuras históricas* como Henrique VIII ou Lutero.

As analogias históricas são, em grande parte, mistificadoras, mas não se pode realmente negligenciar a poderosa capacidade sintetizadora dos exemplos do passado para auxiliar no esforço explicativo do presente. O problema da maior parte dessas análises centradas sobre o que se poderia chamar — retomando mais uma vez conceitos trabalhados pela escola dos *Annales* — da *histoire evenementielle* (inclusive no que se refere o apelo a figuras exponenciais) é a tendência à personalização do jogo político e social, com a conseqüente atribuição do sucesso ou fracasso de um determinado movimento às qualidades pessoais de seu líder.

Que Mikhail Gorbachev seja comparado a Henrique VIII ou a Lutero — Calvino, aliás, conviria melhor, já que se trata igualmente de uma tentativa de reestruturação autoritária de uma visão do mundo formulada, anteriormente — não modifica em nada o *conteúdo historicamente original dos desafios enfrentados pelo líder soviético. A esse* título, se poderia, por exemplo, dizer do movimento de reformas políticas na URSS que este significa, para a autocracia socialista, o que o despotismo esclarecido representou para as monarquias absolutas do Ocidente entre os séculos XV e XVIII. A busca de "despostas esclarecidos" é no entanto um expediente eventualmente utilizado pela imaginação histórica quando o curso dos acontecimentos se confunde com o destino particular de um líder providencial, sem que o "historiador" consiga separar o contingente do necessário. Nesse caso específico, por acaso, a comparação não é de todo absurda; o "comunismo esclarecido" que eventualmente emergirá do entrechoque de posições entre o partido da reforma e o da conservação na URSS permitirá ao dirigente soviético em exercício reunir condições políticas para acelerar o processo de modernização do país, de forma a aproximá-lo das nações mais avançadas.

Sem pretender descurar o peso decisivo muitas vezes exercido por certas personalidades individuais sobre o curso de determinados acontecimentos históricos, o recurso à analogia histórica, no caso do atual movimento reformista na União Soviética, talvez ganhasse em consistência se se fizesse referência a certos processos do passado que igualmente serviram para alterar as bases de funcionamento da sociedade em causa, sem modificar no entanto a composição social das elites envolvidas na transformação societal.

Nesse sentido, se poderia comparar a revolução da *perestroika* com a Inovação Meiji no Japão do século passado, quando a elite dominante se abriu para uma maior ocidentalização do país no sentido da abolição de certos privilégios feudais, na constituição de *um parlamentarismo de fachada e na incorporação acelerada das conquistas estrangeiras* em ciência e tecnologia. Como no caso, igualmente, da transformação bismarckiana operada nas instituições políticas, sociais e econômicas da Alemanha imperial, assiste-se, na União Soviética, a uma *Revolution von oben* cujo objetivo é o de modernizar o país sem trazer prejuízo àqueles que ocupam as alavancas do poder político e social.

É dessa perspectiva que talvez possam ser vistos os eventos de maior impacto político sobre a história recente da URSS. Tanto o 27º Congresso do PCUS, em fevereiro-março de 1986, como a 19ª Conferência do PCUS, em junho-julho de 1988, visavam permitir a aceleração do processo de reestruturação da economia soviética. Em que pese o conjunto de afirmações em contrário nos círculos dirigentes, a reforma do sistema tem de ser dirigida precisamente contra a estrutura ossificada do Partido Comunista, que se converteu no principal óbstáculo a mutação econômica e política da sociedade. A tarefa é

tanto mais árdua na medida em que o partido renovador na URSS não pode implementar o conjunto de reformas sem passar pelo intermédio do aparelho organizacional do velho Partido burocratizado. Para contornar o obstáculo, surge a proposta de constituição de um novo tipo de poder executivo — a Presidência de um Soviet Supremo ampliado, através do recurso ao voto secreto — como forma de dar legitimidade à direção política renovadora contra eventuais manobras obstrucionistas do Comitê Central e dos comitês provinciais. A intenção é claramente de transformar a administração econômica da sociedade sem ter de confrontar-se ao veto político da máquina partidária.

Aqui parece residir a contradição fundamental do novo revisionismo socialista: a solução para a maior parte dos problemas estruturais das sociedades socialistas passa por uma reforma radical do sistema de organização econômica, mas essa transformação teria de ser operada em detrimento do monopólio político partidário. Mesmo os sistemas que avançaram mais longe no caminho das reformas econômicas, nomeadamente Hungria e China, não ousaram ainda demolir a exclusividade da representação política atribuída ao Partido Comunista.

O movimento de reformas econômicas é no entanto irrefreável, no sentido em que ele representa a condição mesma da sobrevivência da maior parte dos regimes do socialismo realmente existente. Já o processo de mudanças políticas será em parte determinado pelo sucesso das reformas empreendidas na esfera econômica, mas dependerá igualmente da estrutura social própria a cada país da área. Em outros termos, nos países caracterizados pela existência de uma sociedade civil historicamente independente do Estado (Hungria, Polônia e, em parte, Iugoslávia) a marcha para a democracia política será provavelmente mais rápida. A tendência deverá ser marcada pelo lento desenvolvimento do pluralismo partidário e sindical e pela introdução das regras mais elementares da competitividade eleitoral na esfera das instituições políticas de representação popular. O monopólio do Partido Comunista será assim erodido gradualmente, num processo de transição tutelada e administrada.

Nos países dotados de maior rigidez estrutural nas instituições de representação ou cuja estrutura social é marcadamente fragmentária e heterogênea, o processo de transição política deverá assumir contornos conflitivos. É o caso, por exemplo, da maior parte dos países balcânicos, da China e da própria União Soviética. As crises de legitimidade política reforçarão em conseqüência a natureza autoritária do processo de reforma política de acordo aliás com o modelo de *Revolution von oben.*

No campo econômico, onde os desafios serão maiores, a revolução pelo alto passa pela diminuição da participação do Estado na esfera produtiva, alocando espaços à iniciativa privada. Abel Aganbegyan, o conselheiro econômico *plus en vue* do partido reformista soviético, prevê que nos anos 90 a economia soviética conhecerá uma redução do papel do Estado para 30% ou menos. O próprio Gorbachev já se declarou disposto a reformar o sistema de alocação de matérias-primas para as empresas soviéticas, sem passar pelo planejamento central, mas ele ainda não enfrentou seriamente a questão do sistema de formação de preços, pedra angular de todo sistema econômico "racional".

A opção pelo mercado, que aparece como inevitável na transição do socialismo ao capitalismo empreendida subrepticiamente pelas economias socialistas, implica igualmente aceitar todas as suas distorções e efeitos desestabilizadores sobre as unidades produtivas e sobre a distribuição de renda ao nível dos consumidores. Quando o sistema de preços de mercado guiar toda a economia e tiver sido abolido o pecado original, ligado a apropriação de lucros privados, o socialismo realmente existente se terá desfeito de seus

últimos mitos econômicos e poderá enfim penetrar no purgatório do sistema capitalista.

No que se refere ao último aspecto, a opção já parece ter sido tomada: Nikolay Shmelyov, um dos conselheiros econômicos do partido da reforma, declarou expressamente que a atitude de desconfiança em relação ao lucro é uma espécie de desentendimento histórico, o custo da ignorância econômica de pessoas que pensaram que o socialismo poderia eliminar lucros e perdas. A legislação para introduzir um sistema de taxação individual e para legalizar o papel do lucro consagrarão esse reencontro com a história. No que se refere ao sistema de preços, sua implementação exigirá, provavelmente, um penoso sacrifício de adaptação às exigências da competitividade, eliminando do mercado socialista diversos dinossauros introduzidos pelos planos quinqüenais.

Qualquer que seja o sucesso relativo do processo reformista na União Soviética e nos demais países do socialismo realmente existente, a nova postura revisionista de seus dirigentes mais lúcidos constitui o elemento estratégico suscetível de alterar o padrão de relacionamento global no eixo Leste-Oeste. Os últimos anos do século parecem assistir a uma rara combinação de *detente* estratégico-militar e de *detente* político-ideológica

5. O FIM DA GUERRA FRIA

Deve-se observar, antes de mais nada, que o equilíbrio estratégico entre as duas superpotências não será necessariamente rompido pelo movimento de reacomodação interna num dos lados da balança, já que o "fardo imperial" impõe responsabilidades das quais não se pode escapar facilmente, mesmo se elas não são de natureza exclusivamente militar.

O quadro de rivalidades geopolíticas, no entanto, tende a esmaecer-se num cenário em transformação, como o que se assiste atualmente na zona do socialismo real. A bipolaridade permanece real, mas a força agregadora de cada um dos lados da balança será cada vez menos determinada pelo conflito ideológico global.

Numa época em que alguns representantes modernos dos ideólogos — que são os sociólogos — identificam sinais de "fim das ideologias", perde-se por vezes a visão de como o elemento ideológico influenciou a construção do mundo contemporâneo. A Europa, nos últimos setenta anos, e o Ocidente em geral, nos últimos quarenta anos, viveram sob o signo das relações Leste-Oeste. Sua face mais ameaçadora produziu o que acertadamente ficou identificado como "guerra fria". Depois de pelo menos quatro décadas de livre circulação, essa *hantise* ideológica parece agora encaminhar-se lentamente para o muesu das antigüidades.

A guerra fria não foi certamente apenas um produto de ideologias conflitantes, mas foram as racionalizações construídas a partir das "intenções malévolas" do concorrente estratégico que lhe deram uma dimensão jamais vista nas antigas disputas hegemônicas. Ainda aqui um retorno ao passado pode contribuir para esclarecer os contornos dessa projeção utópica do futuro que é o final da guerra fria.

Um exame imparcial da história do período anterior mostraria que não foi a oposição entre ideologias capitalistas — ou, digamos, liberais — e socialistas — conceda-se-lhes, *cum grano salis*, o epíteto de marxistas — que provocou o quadro de instabilidade política e militar e precipitou conflitos que retiraram definitivamente da Europa as alavancas do poder mundial. Ao contrário, foram os conflitos de natureza quase "feudal" — como diria o historiador Arno Mayer — latentes no continente europeu que permitiram o surgimento do poder socialista e, com ele, do conflito ideológico global.

Não se deve, com efeito, esquecer que o surgimento da dimensão Leste-Oeste no contexto político europeu é virtualmente o resultado prático de um pequeno, mas fecundo, "acidente" histórico, desencadeado involuntariamente por um dos beligerantes durante a Primeira Guerra Mundial: o retorno à Rússia de um punhado de bolcheviques exilados, quase desanimados pela ausência de perspectivas revolucionárias. O voluntarismo oportunista da diplomacia do Kaiser, que buscava apenas provocar um pequeno "tremor" político na frente oriental, podendo servir a interesses militares imediatos, transformou-se porém em "cataclisma" histórico de proporções inimagináveis, dando nascimento aliás ao próprio conceito de relações Leste-Oeste.

Uma vez instalado o poder bolchevique, as diversas invasões do território russo contribuiram mais para alimentar a oposição ideológica irredutível com os países capitalistas do que uma suposta "luta de classes" em escala internacional. Para Stalin, por exemplo, a razão de Estado sempre teve preeminência sobre o "internacionalismo proletário", este último invariavelmente servindo de travestimento ideológico aos interesses do Estado soviético.

Se se pode afirmar, portanto, que foi a vocação imperial, mais do que a militância ideológica, que esteve na origem da chamada guerra fria, foi contudo o elemento ideológico que exacerbou extraordinariamente o fator da segurança estratégica na ordem mundial contemporânea, fenômeno ainda ressaltado pelo caráter militarmente inédito da arma nuclear. Esta última seguramente impediu uma guerra "suicida" entre o capitalismo e o socialismo, mas, no mesmo momento em que a capacidade de retaliação ficou assegurada também do lado soviético, ela deixou de ser uma "arma", no sentido militar do termo, para se tornar um fator de dissuasão.

Evidentemente, os chefes militares e muitos líderes políticos vão continuar acreditando na guerra nuclear e na possibilidade do emprego da arma nuclear, daí a modernização continuada do equipamento nuclear e as dificuldades de estabelecimento de um *comprehensive nuclear test ban*. Mas, a concepção de que uma guerra nuclear é "racional" ou factível tem cada vez menos adeptos. A dissuasão nuclear vai continuar existindo, pois ninguém vai se desfazer de suas armas sem a garantia de que o adversário potencial está seguindo o mesmo caminho. As alianças passaram no entanto a trabalhar com cenários não-nucleares e estratégias não-ofensivas de defesa.

Ainda que o mundo pos-nuclear possa ser uma utopia, a superação da oposição Leste-Oeste não o é, desde que não se dê a esse conceito uma elasticidade duvidosa para fazê-lo abrigar igualmente os fenômenos de competição econômica ou de concorrência política no âmbito de conflitos regionais. O esmaecimento da Guerra Fria deriva não apenas do clima de *detente* militar propiciado pelo processo de desarmamento estratégico e regional, mas também e principalmente da nova postura internacional assumida pela União Soviética.

Os motivos dessa mudança significativa no comportamento externo da superpotência socialista não têm tanto a ver com o novo pensamento ou com os conceitos de segurança mútua e de "interdependência", como com a dura realidade do desequilíbrio tecnológico. Enquanto que o declínio do "império americano" é largamente imaginário o do rival socialista não pode mais ser disfarçado: as bases econômicas do poder soviético, em sua forma socialista de organização passaram do estado de erosão ao de desagregação irremediável.

A dimensão Leste-Oeste continuará, é verdade, a desempenhar um papel relevante no jogo político-diplomático do continente europeu no futuro imediato. Mas, a delimitação dos interesses em causa obedecerá cada vez menos a critérios de natureza ideológico-militar, para se concentrar nos imperativos da cooperação econômica e do intercâmbio comercial. A Europa oriental, liberando-se da ideologia que prometia enterrar o capitalismo, abre campo a que a Europa ocidental por sua vez possa libertar-se do fantasma de uma defesa super-dimensionada.

Os contornos da nova realidade são relativamente previsíveis: um grande espaço mittel-europeu no qual em lugar de manobras de divisões adversárias se observara a circulação de mercadorias e serviços. O cenário pode parecer róseo, mas o otimismo em direção ao futuro parece ser uma mania daqueles que costumam lidar com os desastres do passado.

[1] Paul KENNEDY. *The Rise and Fall of the Great Powers Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000* (New York Random House, 1987). "8 To the Twenty-First Century". pp. 438-535.

[2] Richard ROSECRANCE.*The Rise of the Trading State: Commerce and Conquest in the Modern World* (New York Basic Books, 1986).

DOCUMENTOS

A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL — Conferência do Ministro Abreu Sodré na Escola Superior de Guerra (julho 88)

Excelentíssimo Senhor
Comandante da Escola Superior de Guerra,
General-de-Exército Osvaldo Muniz Oliva,

Excelentíssimos Senhores
Membros do Comando da Escola,

Senhores Membros do Corpo Permanente,

Senhores Estagiários,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Escola Superior de Guerra ostenta uma tradição exemplar de devotamento ao estudo dos problemas brasileiros. Não poderia, assim, deixar de ser honroso e gratificante, para um homem público como eu, participar, pela terceira vez, em minha condição de Ministro das Relações Exteriores, deste grande momento de reflexão que significa para a vida nacional o ciclo de conferências aqui promovido anualmente.

O Itamaraty valoriza, em todo seu alcance, os vínculos de colaboração e diálogo que mantém com esta Casa, sobretudo por acreditar que a condução da política externa requer o entrosamento permanente do órgão encarregado de xecutá-la com os diferentes setores representativos da sociedade.

Desejo expor aos Senhores estagiários as linhas gerais da atuação internacional do Brasil, inspiradas nas diretrizes do Presidente da República. Procurarei mostrar como os passos de nossa diplomacia se combinam em uma conduta global coerente e realista, fiel à sua orientação histórica, ajustada às necessidades e preocupações atuais do país e, ao mesmo tempo, sensível às transformações do mundo.

Nação com identidade própria, de formação complexa e interesses diversificados no plano internacional, o Brasil busca hoje assegurar sua estabilidade democrática e as con-

dições de seu crescimento econômico e bem-estar social. A política externa brasileira reflete, então, tudo aquilo que a nação representa e projeta em seu futuro.

Relações leste-oeste e arranjos hegemônicos

Interessado, como todo país em desenvolvimento, na consolidação de uma atmosfera de paz e estabilidade no cenário internacional, o Brasil acompanha com interesse os desdobramentos das recentes iniciativas de diálogo político e dos acordos sobre desarmamento entre as superpotências. É nossa esperança que o novo quadro de distensão nas relações leste-oeste, substituindo a confrontação retórica dos anos anteriores, evolua para um convívio equânime e maduro que propicie a satisfação dos anseios globais da comunidade das nações.

Infelizmente, a perspectiva de um processo de democratização da ordem política mundial afigura-se remota diante do quadro de bipolaridade estratégico-militar que ainda perdura. Será altamente frustrante para a sociedade internacional como um todo se os atuais esforços de entendimento entre Washington e Moscou reeditarem uma conciliação de tipo hegemônico estimulando antigas teorias de repartição de zonas de influência.

O que dá, naturalmente, uma conotação inédita e promissora ao relacionamento entre os EUA e a URSS é o fato de que, pela primeira vez, concluíram-se acordos efetivos de desarmamento nuclear, embora de alcance restrito. As conseqüências que, no bojo desse processo, poderão acarretar as atuais transformações de ordem política e econômica na União Soviética ("perestroika" e "glasnost") representam um componente novo que diferencia o atual processo de desanuviamento entre as superpotências da "détente" dos anos setenta.

Desarmamento: aspiração legítima da comunidade internacional

Questão chave da realidade contemporânea, a problemática do desarmamento sempre ocupou um lugar central nas preocupações da diplomacia brasileira, que desde a década de sessenta vem defendendo, no âmbito das Nações Unidas e outros foros, a prioridade de que se reveste sua discussão. Tal postura decorre não só da vocação pacífica do país, mas também da consciência da interdependência de destinos dos povos na era nuclear e na responsabilidade de cada um em construir um ambiente internacional que proporcione paz e segurança para a humanidade.

A mais recente expressão concreta dessa posição tradicional de nossa diplomacia foi a participação do Senhor Presidente da República na Terceira Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas sobre o Desarmamento, quando reiterou solenemente o compromisso brasileiro de trabalhar para a manutenção da paz, a redução de tensões no mundo e a promoção da cooperação para o desenvolvimento dos povos.

Ao discursar no dia 7 de junho perante o Plenário da Sessão Especial, o Presidente José Sarney afirmou que "o Brasil não tem hipotecas a resgatar no campo da paz e da segurança internacionais" e enunciou as posições equânimes e realistas que balizam a atuação do país nos foros de desarmamento.

Nesse sentido, foi motivo de decepção para o Brasil a ausência de progressos palpáveis naquela Sessão Especial. Certas delegações não se dispuseram a transpor para o âmbito multilateral da conferência a atmosfera de flexibilização e distensão instauradas em instâncias bilaterais específicas. Entende o Brasil que, por promissor que se afigure o

grau de entendimento entre as superpotências, o desarmamento, mormente o nuclear, é tema de legítimo interesse para toda a comunidade internacional e, como tal, não deve ser subtraído à discussão ampla e aberta em foros multilaterais.

Multilateralismo e democratização da ordem internacional

O Brasil vê com preocupação o surgimento, nos últimos anos, de um gradual processo de desgaste dos organismos internacionais, particularmente das Nações Unidas, que tem levado a uma relativa perda de prestígio e eficácia da instituição.

A "crise do multilateralismo" parece refletir um desencanto, por parte de certos países-membros, pela prática do exercício multilateral, dando-se preferência a ações unilaterais ou a canais bilaterais. Se no passado reconheciam-se plenamente as virtudes inerentes ao processo decisório das instituições multilaterais, pela via democrática da composição de interesses entre a maioria e a minoria, hoje pretende-se questionar a validade das reivindicações apresentadas por grupos majoritários, notadamente do Terceiro Mundo, que almejam uma ordem internacional mais adequada a novas realidades.

O continuado impasse nas negociações internacionais de maior relevância tem gerado um clima de impaciência e ressentimento entre as partes em confronto e levado a constantes situações de polarização, por vezes menos no sentido leste-oeste do que no sentido norte-sul. A reação de certos países a este estado de coisas tem sido, infelizmente, no sentido de adotar posições isolacionistas ou unilateralistas, visando a cercear o funcionamento dos organismos internacionais, seja através de pressões financeiras, seja pela retirada de sua participação nos mesmos.

A deterioração dos mecanismos multilaterais é fator de preocupação para o Brasil, não só pela tradicional adesão da política externa brasileira aos ideais de uma ordem internacional baseada na igualdade soberana e na equidade, mas também porque nossos interesses concretos se veriam prejudicados por uma situação em que o puro poder — econômico, militar ou político — tivesse livre curso.

Interessa ao Brasil a revalorização das Nações Unidas e do sistema multilateral, bem como o fortalecimento do direito internacional, como formas de condicionamento da política de poder. No entendimento brasileiro, a chamada "crise do multilateralismo" não é decorrência de uma insuficiência de instrumentos ou de marco jurídico para a solução de conflitos, mas, antes de tudo, da inexistência de efetiva vontade política para se pôr em prática o instrumental disponível. Sem ela, corre-se o risco de perder de forma irremediável o cabedal de experiência comum e cooperação que o exercício do multilateralismo proporcionou à comunidade internacional ao longo das últimas décadas.

O Brasil no Conselho de Segurança: responsabilidades pela paz

Com essa convicção, o Brasil voltou este ano a ocupar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. Seu retorno àquele órgão decorreu de decisão do Presidente Sarney no sentido de que o Brasil seja ouvido com clareza a respeito das questões relacionadas à manutenção da paz e da segurança internacionais e, em contrapartida, assuma plenamente suas responsabilidades no concerto das nações.

Com base no tradicional compromisso de sua diplomacia com os princípios e propósitos contidos na Carta das Nações Unidas, e em coerência com sua atuação construtiva e equilibrada em organismos internacionais, o Brasil vem procurando, desde o início de seu mandato em 1º de janeiro último, participar ativamente dos trabalhos do Conselho de

Segurança e contribuir de forma positiva para a busca de soluções aos problemas ali examinados, entre os quais sobressaem o conflito Irã-Iraque, a situação na África Austral, o problema do Afeganistão e a crise do Oriente Médio. A responsabilidade brasileira passa a ter uma dimensão acrescida com o fato de que, pelo sistema de rotação alfabética, cabe ao Brasil a presidência do Conselho durante o mês de julho.

A importância da contribuição brasileira para os trabalhos do Conselho de Segurança ficou realçada na iniciativa de nosso representante naquele órgão, Embaixador Paulo Nogueira Batista, que, agindo em sua qualidade de Presidente de turno, coordenou os entendimentos que resultaram na aprovação, por consenso, da resolução sobre o incidente relativo à derrubada de um avião civil iraniano na região do Golfo, o qual custou centenas de vidas humanas.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

De especial significado para a política externa brasileira é a iniciativa referente à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, aprovada por expressiva maioria pela Assembléia-Geral das Nações Unidas. O Brasil procura dar um tratamento equilibrado às duas dimensões da iniciativa, a da paz e a da cooperação. No tocante ao primeiro aspecto, é expresso o interesse de nosso país em favorecer a eliminação dos fatores de tensão e conflito na área, potencialmente prejudiciais aos interesses brasileiros, como os problemas do apartheid, da Namíbia, os atos de agressão praticados pela África do Sul contra seus vizinhos, a indefinição prolongada do litígio sobre as Malvinas, bem como os riscos envolvidos com a presença na área de Estados militarmente expressivos ou potências nucleares.

Quanto à cooperação regional, é evidenciada a disposição brasileira de estudar as possibilidades de desenvolvê-la de forma criativa, inclusive com a participação dos organismos internacionais competentes, de modo a acentuar a densidade do intercâmbio econômico-comercial e, em conseqüência, a importância do relacionamento político entre os países da área.

Realiza-se no curso destes dias, aqui no Rio de Janeiro, por iniciativa do Governo brasileiro, uma reunião sobre a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, cujos trabalhos tive a honra de inaugurar. O objetivo desse encontro, no qual estão representados os Governos dos países sul-atlânticos, é o de examinar formas de cooperação para a implementação das resoluções aprovadas sobre o assunto nas Nações Unidas.

OEA: preservar a segurança e a cooperação para o desenvolvimento

No plano regional, o Brasil busca perseverar no objetivo de dar nova vitalidade à OEA, de modo a que ela contribua eficazmente para a promoção da segurança do hemisfério através do desenvolvimento de seus integrantes. O contínuo respaldo brasileiro à Organização reflete-se na ativa participação do país em todos os eventos realizados em seu âmbito, como a Conferência Especializada Interamericana sobre Tráfico de Drogas, realizada em 1986 no Rio de Janeiro. Tal iniciativa constitui exemplo claro das possibilidades existentes para o fortalecimento da OEA, em campos onde a convergência de interesse dos países membros se sobrepõem a eventuais diferenças de peso político ou econômico.

O Brasil empresta a maior prioridade à reeleição do Embaixador Baena Soares como Secretário-Geral da OEA na próxima Assembléia Geral, a ter lugar em El Salvador. A atuação do diplomata brasileiro à frente do Secretariado daquela Organização recebeu reconhecimento e admiração da ampla maioria dos países membros, em vista de sua

seriedade, competência e imparcialidade no exercício de suas funções. Essas qualidades contribuem decisivamente para que a OEA venha assumindo papel crescentemente relevante para a vida do hemisfério, como atestam, entre outros fatos, a adoção de importantes reformas em sua Carta e a participação atuante em prol da paz na América Central.

América Latina: diplomacia da unidade e cooperação

Como sinal da abrangência crescente que marca sua presença internacional, o Brasil tem intensificado e aprimorado cada vez mais suas relações com as diferentes áreas do globo. Mantemos invariavelmente a diretriz de não uniformizarmos os parceiros e os interesses que a eles nos ligam, ainda que pertencentes a um agrupamento homogêneo do ponto de vista político ou econômico. Cada relacionamento tem seu valor próprio, suas características, cabendo-nos desenvolvê-lo na medida das possibilidades e sempre com idêntico espírito construtivo.

Na América Latina, a fluidez e a maturidade de nossos vínculos com a região e a confiança do diálogo político que mantemos com nossos vizinhos são conquistas de inegável significado nos últimos anos. O revigoramento de nossa diplomacia latino-americana se traduz, entre outras expressivas iniciativas, nas visitas que o Presidente José Sarney já realizou a várias nações do continente (Argentina, Uruguai, Peru, México, Venezuela, Colômbia, Costa Rica) e que continuará a fazer, como, por exemplo, daqui a poucos dias, à Bolívia. Dentro dessa mesma orientação, tenho ampliado significativamente meus contatos pessoais com os Chanceleres latino-americanos.

O apoio decidido do Brasil aos esforços pacificadores na América Central e sua participação no Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política são contribuições que realçam a alta prioridade de nossos laços com o continente. A presença do Presidente Sarney na reunião de Acapulco, em novembro do ano passado, traduz a nova ênfase dessa política, voltada para um entrosamento mais amplo com as nações da América Latina e do Caribe.

Esse processo, além do respaldo político à mediação na América Central, inclui a dinamização dos acordos de integração com a Argentina e o Uruguai, a revitalização da ALADI, dos Tratados da Bacia do Prata e de Cooperação Amazônica, a ação conjunta no âmbito do Consenso de Cartagena, bem como o aprimoramento dos vínculos bilaterais com os países vizinhos. Todos esses passos se inspiram na vocação latino-americana do Brasil, nos ideais democráticos que se fortalecem na região e, sobretudo, na consciência de que as dificuldades do panorama internacional motivam a busca de soluções comuns para os problemas do continente.

África: parceira na luta pela paz e desenvolvimento

A intensificação das relações com a África é também um dos objetivos prioritários da ação externa brasileira. Uma conjugação de fatores de ordem histórica, geográfica, cultural, étnica, política e econômica determina forte identidade com os países daquele continente e estimula iniciativas voltadas para um maior entendimento e cooperação.

O Brasil está presente hoje na África subsaárica com 17 Missões diplomáticas residentes. Com um relacionamento institucionalizado através de inúmeros acordos e comissões mistas bilaterais, temos procurado desenvolver os contatos políticos com a região e ações concretas nos campos do comércio, da difusão cultural e da cooperação técnica. Os países de expressão portuguesa têm merecido atenções especiais no contexto dessa política, destacando-se a recente troca de visitas presidenciais com Cabo Verde e a viagem

que o Presidente de Moçambique realizou há pouco ao Brasil. Por sua vez, o Presidente José Sarney deverá proximamente visitar Angola, onde, aliás, estive há quase dois anos em missão que me lveou também à Zâmbia, ao Zimbábue, à Nigéria e aos Camarões. Têm sido ativados, igualmente, os canais de diálogo e os instrumentos de colaboração com diversos outros países africanos como Guiné-Bissau, Côte d'Ivoire, Gana, Zaire.

Além da crise econômica africana, preocupa especialmente o Brasil a manutenção de focos de tensão na região meridional do continente. A instabilidade política e a eventual deflagração de um conflito armado em terras africanas farão seguramente do Atlântico Sul um teatro de guerra, o que poderá comprometer importantes interesses nacionais.

Pela própria composição étnica de seu povo e por suas convicções democráticas, o Brasil repudia a segregação racial praticada pelo Governo da África do Sul. Esse problema de grande sensibilidade para a sociedade brasileira tem sido objeto de constantes protestos nos foros multilaterais e através de declarações emitidas em conjunto com nossos parceiros africanos. Também condenamos enfaticamente a ocupação ilegal da Namíbia e reclamamos sua independência imediata, nos termos das decisões das Nações Unidas sobre a matéria. No contexto de nossas ações em favor da solução da crise na África Austral, recebemos no Brasil, em 1987, o Presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), Sam Nujoma, e o Bispo sul-africano Desmont Tutu, Prêmio Nobel da Paz.

Com satisfação, recebemos a notícia da retomada de conversações entre Angola, Cuba e África do Sul, com a mediação norte-americana, para a condução da paz na região, e saudamos o acordo de princípios recentemente concluído entre as partes.

Oriente Próximo: cooperação e incentivo para a solução dos conflitos

Em relação ao Oriente Próximo, a política externa brasileira mantém-se atenta ao desenrolar dos conflitos lá existentes, fonte de graves riscos para a paz mundial. A questão palestina, que permanece como foco maior da problemática regional, e as dificuldades no relacionamento entre Israel e seus vizinhos árabes são motivo de preocupação para o Brasil. A necessidade de uma ação coerente e responsável nessa área deve-se, sobretudo, ao fato de abrigarmos em nosso território uma das principais colônias árabes do Ocidente e, ao mesmo tempo, a segunda maior comunidade judia na América Latina. No espírito de moderação que preside a diplomacia brasileira, nosso país tem reafirmado, em todos os foros e contatos de nível bilateral, seu apoio irrestrito a uma solução negociada e pacífica da crise do Oriente Médio.

Durante minha visita ao Egito, em 1987, ficou consignada a posição do Brasil favorável à realização de uma Conferência Internacional sobre a questão do Oriente Médio, com a participação de todos os países interessados, no sentido de estabelecer a paz na região baseada no respeito aos direitos do povo palestino e de todos os Estados da região de viverem dentro de suas legítimas fronteiras, de acordo com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil não discrimina entre os países da região e tanto com os árabes quanto com Israel procuramos preservar os canais de diálogo. Por motivos econômicos, nossa cooperação com os países árabes é naturalmente mais intensa e diversificada, realçando, em especial, a importância da região como mercado para as exportações brasileiras de manufaturados e serviços. As recentes visitas ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Shimon Peres, e do Diretor do Departamento Político da OLP, Faruk Kaddumi, mostram a capacidade do Brasil de manter uma política confiável e equilibrada para o

Oriente Médio, mormente quando aumentam suas responsabilidades diplomáticas com a presença no Conselho de Segurança.

Quanto ao conflito Irã-Iraque, o Brasil, desde que assumiu seu assento no Conselho de Segurança, tem procurado incentivar o Secretário-Geral das Nações Unidas e perseverar em seus esforços com vistas a uma cessação das hostilidades, bem como instado as partes biligerantes a evitar o prolongamento do inútil derramamento de sangue. Tanto nas consultas no âmbito das Nações Unidas quanto nos contatos bilaterais com Badgá e Teerã, a posição brasileira tem sido de equidistância e de apelo à moderação às partes.

Estados Unidos: divergências que não separam

Extremamente rico e multifacetado, o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América beneficia-se do fato de ambos os países partilharem os valores democráticos e pluralistas do mundo ocidental.

O alto nível e a intensidade de nosso diálogo político decorrem de uma conscientização *recíproca dos interesses comuns que nos vinculam em inúmeras áreas. Como nosso* principal parceiro comercial, os EUA absorvem parte substancial das exportações brasileiras e constituem um dos principais fornecedores de nosso mercado. As dimensões da presença norte-americana no Brasil, em termos econômicos e culturais, não chegam a suscitar em nossa sociedade atitudes gratuitas de ressentimento e desconfiança em relação àquele país. Não há no Brasil preconceitos anti-americanos, o que não impede reações naturais a um tipo de comportamento que possa ferir o espírito de entendimento e boa-fé que já conseguimos consolidar no relacionamento bilateral.

Infelizmente, como é de conhecimento público, os Estados Unidos acabam de estabelecer, por decisão do Presidente Reagan, sanções comerciais contra o Brasil em represália à nossa política de propriedade industrial em matéria de produtos farmacêuticos e química fina, acusando-nos de pirataria no desenvolvimento desse setor. Como respondido na nota do Senhor Presidente da República, todas as ações que temos adotado sobre o assunto enquadram-se nas normas do direito internacional e, portanto, aquela medida e aquela qualificação são absolutamente injustas e discriminatórias. Sempre atendemos às determinações da legislação internacional a respeito do assunto e, por isso, repelimos atos unilaterais que nada mais são do que uma forma de terrorismo comercial, uma coação psicológica que atinge interesses brasileiros não só nesta área, mas também em quase toda a pauta de nossas exportações para os Estados Unidos. Considerando que os prejuízos causados pela decisão norte-americana são irrecuperáveis, o Governo brasileiro recorrerá ao foro internacional competente — o GATT — a fim de obter a devida reparação e se reserva tomar outras medidas tendentes a resguardar os legítimos interesses dos exportadores brasileiros e minimizar os eventuais danos à nossa balança comercial.

O Brasil é um país em desenvolvimento que tem ocupado espaços crescentes no cenário econômico internacional. Não deixa, portanto, de ser natural que os interesses comerciais de cada país possam colidir em determinadas questões e gerar pontos de controvérsia. A falta de divergências é que seria de estranhar: significaria ou uma improvável coincidência total de interesses, ou, então, a franca vinculação (ou mesmo submissão) dos interesses de um país aos do outro.

O Brasil tem procurado administrar suas diferenças com os Estados Unidos, não permitindo que elas contaminem todo o universo do relacionamento bilateral. Desejamos que prevaleçam, em nossas relações, o respeito mútuo, a vontade permanente da cooperação e da solução de diferenças pela via do diálogo franco e cordial, a admissão recíproca

de identidades individuais de parte a parte, a aceitação realista de um espaço para a dissensão. É sempre nesse espírito que buscamos desenvolver negociações e consultas relativas aos chamados contenciosos econômicos, como nas áreas de informática e química fina.

Europa Ocidental: comunhão de valores e densidade de relações

As conhecidas afinidades culturais, políticas, e os laços históricos que nos unem à Europa Ocidental propiciam sólido embasamento para as relações com os países do velho continente. De um modo geral, esses vínculos desenvolvem-se em clima de harmonia e confiança recíproca, ampliando-se a cooperação em todos os setores. Os contatos diplomáticos são tradicionalmente intensos. Ultimamente, temos recebido no Brasil visitas de Chefes de Estado, Chefes de Governo e Ministro do Exterior de diversos países como Portugal, Espanha, França, República Federal da Alemanha, Itália.

A Europa Ocidental, considerada como um bloco, constitui nosso primeiro parceiro comercial (individualmente, como país, os EUA são o primeiro) e maior investidor estrangeiro em nosso país. Tem absorvido, nos últimos anos, cerca de 30% de nossas exportações, sendo responsável por mais de 40% de nossos saldos comerciais. A viagem que realizei há dois meses aos países nórdicos (Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia) teve por finalidade intensificar a cooperação com um grupo de países que se distingue por sua expressiva presença econômica no Brasil e que oferece oportunidades significativas em termos de investimentos e ampliação do comércio.

Os pontos de divergência com a Europa residem, principalmente, na aplicação de práticas comerciais protecionistas e da política de subsídios à produção agrícola por parte da CEE. À medida que o Brasil diversifica sua exportação de manufaturados, com grandes possibilidades de penetração no mercado europeu, a Comunidade vem impondo crescentes barreiras à entrada de nossos produtos, sobretudo nas áreas de têxteis e siderurgia. A Política Agrícola Comum, por outro lado, além de restringir a importação comunitária de produtos tradicionalmente vendidos pelo Brasil, gerou fortes competidores para nós em outros mercados.

Leste europeu: respeito mútuo e ânimo de convergência

Com relação à Europa Oriental, nossa política externa encontrou em uma conjunção quase que fortuita de fatores convergentes o enbasamento para seus atuais vetores. A redemocratização brasileira e as novas posturas internas e externas adotadas pela União Soviética, com a ascensão de Mikhail Gorbachev e de sua equipe ao poder, compuseram o marco deflagrador de um processo de maior aproximação.

À vista de um quadro como este, onde são recorrentes os pontos de convergência em temas como desarmamento e a obtenção de uma segurança internacional consolidada, não sujeita a desequilíbrios, foi uma evolução natural, assimilada no contexto de nossos objetivos nacionais em matéria diplomática, que passasse a registrar-se um enfoque mais pragmático de nossas relações com o mundo socialista.

Os vínculos entre o Brasil e os países do leste europeu, que encaramos no plano das relações de Estado a Estado, devem continuar a pautar-se pelos princípios de igualdade soberana, respeito mútuo e não-ingerência nos respectivos assuntos internos. Guiamo-nos pelo reconhecimento de que temos responsabilidades e posições internacionais diferenciadas, mas nossas relações devem orientar-se pelo princípio de que todos os Estados,

independentemente dos respectivos regimes sócio-econômicos, devem contribuir para a causa do fortalecimento da paz e da segurança internacional.

Nesse contexto, intensifica-se a troca de visitas de alto nível não só com a União Soviética, mas também com outros países do leste europeu. O Ministro do Exterior soviético, Eduard Shevardnadze, esteve no Brasil ano passado e, em outubro próximo, o Presidente José Sarney visitará oficialmente a URSS, tornando-se o primeiro Chefe de Estado brasileiro a ser acolhido naquele país. Cabe ressaltar, igualmente, que recebemos há pouco as visitas do Presidente da Hungria e do Primeiro-Ministro da Tchecoslováquia.

O processo de normalização das relações com a URSS ocorre em uma conjuntura não isenta de algumas dificuldades em nosso diálogo com o mundo desenvolvido ocidental, dentre as quais incluiria o problema da dívida externa e os contenciosos no plano comercial. É justamente porque nos situamos em tal quadro de pressões externas que faz sentido político testar a viabilidade do relacionamento bilateral com a URSS. Claro está, no entanto, que não se trata, em absoluto, de querer "substituir" o Ocidente na pauta diplomática brasileira. O objetivo é apenas o de efetuar um esforço no sentido de tornar mais operativo o relacionamento com a URSS, com o fito de auferir vantagens para nosso país.

Ásia: a última fronteira

Em função da importância crescente da Ásia na economia internacional, a região como um todo passou a ser objeto de interesse sistemático por parte da diplomacia brasileira e pode ser considerada como a "última fronteira" de nossa política externa.

O Japão destaca-se como importante protagonista: segunda potência econômica entre as economias de mercado, um PIB superior a dois trilhões de dólares, renda per capita de quase vinte mil dólares, superávit comercial de mais de oitenta bilhões de dólares (todas essas cifras relativas a 1987) e desenvolvimento crescente da tecnologia de ponta. Diante desse cenário, nossas relações bilaterais são intensas e diversificadas. As exportações brasileiras para o mercado nipônico já se aproximam dos US$ 2 bilhões anuais. Por outro lado, a circunstância de ser o Brasil o país em que se encontra o maior número de imigrantes japoneses e seus descendentes propicia o florescimento de inúmeras formas de cooperação entre os dois países. As recentes comemorações dos 80 anos da imigração japonesa para o Brasil deram ensejo a visitas de importantes personalidades daquela nação.

As relações com a República Popular da China atravessam fase extremamente fecunda. No início de maio, durante minha visita oficial àquele país, quando inclusive chefiei a delegação brasileira à Segunda Reunião de Consultas Políticas Bilaterais e, novamente, quando acompanhei o Presidente José Sarney em sua visita de Estado a Pequim, pude constatar a importância crescente do país asiático no contexto regional e mundial. Em ambas as visitas, foram significativas as manifestações de interesse no sentido de ampliar o intercâmbio comercial e as relações econômicas. Abriram-se também perspectivas de expansão da cooperação bilateral no campo da ciência e tecnologia com a assinatura do acordo na área espacial. O lançamento, previsto para 1992 e 1994, de dois satélites sino-brasileiros de sensoreamento remoto bem ilustra a vontade comum de aproximação.

Apesar da coincidência de posições do Brasil e da Índia em organismos internacionais, nossas relações sofrem com a baixa complementariedade entre as duas economias. São significativas, no entanto, para um futuro próximo, as possibilidades que se apre-

sentam na área da cooperação científica e tecnológica, incluindo desde tecnologias básicas, agrícolas e industriais até possível colaboração em setores de ponta. Lembro que em ciência e tecnologia os progressos alcançados pelos indianos, essencialmente nos campos militar e espacial, são similares ou mesmo superiores, em certos casos, aos da média dos países industrializados.

A emergência de uma nova ordem: desafios crescentes

Senhores Estagiários,

O ritmo acelerado das transformações que se percebem no cenário mundial coloca para o Brasil responsabilidades de grandes proporções. Somos chamados a tomar consciência dos novos processos de conteúdo político e econômico que vão surgindo nas relações internacionais deste fim de século. Permito-me enumerar seis desses fenômenos contemporâneos, que considero os vetores principais nos quais devemos concentrar nossa reflexão, pois, sem dúvida, são insumos capitais na formulação de nossa política externa de médio prazo:

Primeiro: Está prstes a nascer a Terceira Revolução Industrial à medida que o desenvolvimento científico e tecnológico atinge patamares cada vez mais altos, com conseqüências sensíveis do ponto de vista econômico, social, cultural e político. Esse processo, em que os grandes saltos tecnológicos já não são medidos em séculos, mas, no máximo, em décadas, deve provocar alterações profundas na hierarquia das relações internacionais. Um país sem política eficaz de pesquisa e desenvolvimento tecnológico corre o risco de ficar condenado à dependência crescente das nações detentoras da informação científica e, conseqüentemente, de maior potencial técnico.

Segundo: Na esteira do advento dessa nova Revolução Industrial, o centro da economia mundial estaria se deslocando do Atlântico para a região da Bacia do Pacífico Norte. Muitos proclamam que o século vinte e um será o Século do Pacífico. O Japão se configura hoje como verdadeira sociedade pós-industrial, cuja economia já não comporta a produção de certos bens industriais de consumo e intermediários, transferindo-a para outros países onde se beneficie de condições mais competitivas e especializando-se na produção de bens de setores de tecnologia de ponta.

Terceiro: Esse processo é responsável, entre outros fatores, pelo significativo desempenho econômico de alguns países asiáticos — Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong-Kong — que se distinguem por alta eficiência na produção de uma série de manufaturas.

Quarto: A própria China não está alheia a esse impulso dinâmico da economia asiática e se encontra engajada em uma política de modernização e abertura para o exterior, inclusive com o estabelecimento de práticas liberais de mercado em várias regiões de suas faixa litorânea.

Quinto: À parceria Estados Unidos-Japão parece estar reservado o papel de elemento propulsor da integração econômica do Pacífico, à qual não desejará estar ausente a União Soviética, interessada sobretudo em incentivar o desenvolvimento da Sibéria, beneficiando-se do surto de progresso do continente asiático.

Sexto: Há hoje no mundo uma clara tendência de formação de grandes espaços econômicos. No Pacífico Norte, além do papel de relevo que o Japão vem assumindo na integração asiática, os Estados Unidos e o Canadá buscam estabelecer as bases de um forte esquema associativo através da supressão de barreiras comerciais. A Europa Ocidental, por sua vez, caminha decidida para a consolidação de uma poderosa unidade econômica

integrada. O velho continente estará, assim, sepultando um longo passado de guerras e conflitos, transformando-se a partir de 1992 em um bloco sem fronteiras, de livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

A busca da modernidade e da independência tecnológica

Todo esse cenário que se desenha a nossa volta não poderia deixar de despertar as atenções do Brasil e motivá-lo para ações que ajudem a fortalecer sua presença internacional, com uma economia pujante e competitiva. Este é o desafio que devemos assumir para tornar possível o ingresso do país na era da modernidade.

O que se observa no mundo é a tentativa de superação dos entraves ao progresso através de novas políticas que privilegiem a liberdade de iniciativa, a integração das economias, as conquistas tecnológicas e a participação nas grandes correntes internacionais de comércio e investimentos.

As recentes medidas do Governo brasileiro no sentido da adoção de uma nova política industrial levaram em conta precisamente essa realidade. Como manifestado reiteradas vezes pelo Presidente Sarney, a liberdade política está indissociavelmente ligada à liberdade econômica. Será, portanto, através do livre desenvolvimento da iniciativa privada, da redução gradativa do papel do Estado na economia, do incentivo à capacitação tecnológica que o Brasil poderá dar um salto qualitativo que lhe permita ocupar um lugar adequado na nova divisão internacional do trabalho.

Os países em desenvolvimento, em particular aqueles de maior pujança relativa como o Brasil, devem buscar ocupar um espaço no mercado mundial de tecnologia de ponta como forma de controlar, mesmo que parcialmente, o padrão tecnológico dominante. Esforços nessa direção podem ser bem sucedidos, considerando-se que a crescente internacionalização das indústrias tecnologicamente avançadas está levando à especialização da produção (por exemplo, computadores de grande porte nos EUA, máquinas-ferramenta de comando numérico na RFA e "chips" no Japão). Assim, os países em desenvolvimento poderiam dominar nichos específicos no mercado, nos quais teriam níveis mais elevados de especialidade, produtividade e competividade.

Dívida externa: acordo sem comprometer o desenvolvimento brasileiro

Os países em desenvolvimento continuam, no entanto, a enfrentar as adversidades da ordem econômica internacional, marcada pelos grandes desequilíbrios de caráter orçamentário, comercial e financeiro. O elevado déficit fiscal norte-americano — estimado em cerca de US$ 150 bilhões em 1987 —, os gigantescos superávits e déficits registrados entre EUA, CEE e Japão e a concentração do crédito internacional nos países desenvolvidos representam focos permanentes de instabilidade.

Por sua vez, as elevadas taxas de juros reais, o agravamento de dificuldades decorrentes da dívida externa, o fraco dinamismo das economias desenvolvidas e a deterioração dos termos de troca têm levado à insuficiência de investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento, já afetados por inflação, queda da renda, desemprego e déficit do setor público. Em síntese, essas nações convivem hoje com a ameaça de crescente marginalização.

Por conta da dívida externa, quando mais necessitavam de recursos para apoiar seu desenvolvimento, o Brasil e os países latino-americanos se transformaram em exportadores líquidos de capitais. Consciente das graves repercussões do problema, o Brasil considera que permanece válida a tese da co-responsabilidade de devedores e credores,

sendo necessária uma estreita cooperação entre ambas as partes — Governos, entidades multilaterais de crédito e financiamento e o sistema bancário privado internacional.

O Brasil deseja *normalizar* seu *relacionamento* com a comunidade internacional, como demonstra a retomada do pagamento dos juros. No entanto, é preciso que lhe sejam concedidos créditos e, ademais, que os fluxos de comércio sejam mantidos, de maneira a gerar os saldos que viabilizem o pagamento do serviço da dívida. Os entendimentos em curso como FMI, que atestam essa disposição, têm a finalidade de possibilitar a retomada do desenvolvimento, diferenciando-se sensivelmente do acordo firmado em 1983.

Comércio: a importância da nova rodada do GATT

No campo comercial, as práticas protecionistas dos países desenvolvidos, de natureza ineficaz e dispendiosa, provocam distorções nas realidades de mercado, ao proteger setores obsoletos e pouco competitivos, e acentuam os níveis de concentração de riqueza em nível mundial. Essas medidas protecionistas não visam a proteger setores industriais nascentes, caso em que seriam justificáveis, mas têm o propósito de produtividade. Voltam-se, dessa forma, contra as economias do Terceiro Mundo, cujo atual modelo de inserção no comércio mundial baseia-se, fundamentalmente, no fato de terem alcançado *altos níveis de competitividade em setores industriais tradicionais.*

Além do acirramento do protecionismo, fato perturbador do equilíbrio mundial pode ser encontrado na disposição dos países desenvolvidos de recorrerem a ameaças ou mesmo práticas efetivas de retaliação contra parceiros em desenvolvimento, o que lhes acarreta evidente prejuízo. Cabe sublinhar que cerca de dois terços das exportações dos países em desenvolvimento dirigem-se para os países industrializados.

As negociações comerciais multilaterais em curso no âmbito do GATT (Rodada Uruguai) assumem, pois, particular relevância, em virtude do que poderão representar para o estabelecimento de relações econômicoas justas a nível mundial. A posição brasileira tem sido em síntese a de buscar um equilíbrio de direitos e obrigações entre as partes contratantes, que leve em consideração as características peculiares dos países em desenvolvimento. Tal objetivo só será alcançado se forem eliminadas as medidas e práticas incompatíveis com os princípios e regras do sistema do GATT, que tem entre seus principais propósitos a redução substancial das tarifas e de outros entraves ao comércio.

Ao lado de outros países em desenvolvimento, o Brasil opôs-se firmemente à proposta de reforma do GATT, que visa a torná-lo mais abrangente com a inclusão dos chamados novos temas (serviços, alta tecnologia, investimentos e propriedade intelectual). O consenso alcançado na reunião de Punta del Este, em 1986, à qual compareci à frente da Delegação brasileira, foi no sentido da promoção de negociações paralelas sobre os setores de bens e de serviços, em que apenas as primeiras serão realizadas no âmbito do GATT. Preservou-se, desse modo, como preconizava o Brasil, a independência jurídica entre os dois processos, bem como a estrutura do Acordo Geral.

Cooperação sul-sul: opção viável e necessária

Diante do quadro pouco alentador que caracteriza as relações norte-sul, a cooperação entre países em desenvolvimento apresenta-se como uma das alternativas mais viáveis para reverter, em seu favor, as tendências negativas da economia internacional. Cabe às nações do hemisfério sul concentrar esforços para participar ativamente na elaboração de uma nova ordem econômica, procurando fortalecer o grupo dos 77 e a UNCTAD, para, assim, desobstruir os canais do diálogo norte-sul.

Iniciativa à qual o Brasil atribui grande importância é o Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), instrumento de cooperação sul-sul que se caracteriza pela troca de concessões tarifárias com vistas a um aumento significativo dos fluxos de intercâmbio entre os países em desenvolvimento.

Sob a égide da cooperação sul-sul, o Brasil tem dedicado especial atenção à América Latina. Em razão de fatores históricos e geográficos, o relacionamento econômico com nossos vizinhos deve ser constantemente aprofundado com vistas à efetiva integração do continente. Esse processo, contudo, deve ser conduzido de forma gradual e inequívoca, sem queimar etapas, para não colocar em risco, no futuro, a estabilidade estrutural do espaço comum latino-americano que se deseja construir.

A integração da América Latina passa, antes, pelo Brasil e seus vizinhos da parte meridional: Argentina e Uruguai. O Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina vem dando margem à conclusão de acordos de grande relevância. Desde julho de 1986 até abril deste ano, foram assinados 22 protocolos com um campo de abrangência bastante significativo. Em conseqüência do processo de integração, espera-se que o comércio entre o Brasil e a Argentina atinja dois milhões de dólares este ano, representando um crescimento de 40% em relação ao intercâmbio realizado em 1987.

O papel da ABC como instrumento de cooperação internacional

A consciência das rápidas mudanças por que tem passado o mundo tem levado o Governo brasileiro a estabelecer programas de cooperação científica e tecnológica seja com países industrializados, seja com países em desenvolvimento. Essa cooperação tem como um de seus pressupostos básicos a convicção de que não se constrói uma nação moderna do ponto de vista econômico e social sem o domínio de certos setores estratégicos, em que o alto nível de conhecimentos necessários interage dinâmica e positivamente com toda a economia e com aspectos culturais e políticos da sociedade.

Decidiu, nesse contexto, o Governo brasileiro reestruturar seus mecanismos institucionais de planejamento e coordenação das atividades nessa área. Foi criada, assim, a Agência Brasileira de Cooperação, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. Novas metas, diretrizes e prioridades específicas para a cooperação técnica internacional foram estabelecidas de acordo com os planos governamentais, as necessidades setoriais e a política externa brasileira.

Conferindo a mais alta prioridade a essa cooperação, o Itamaraty é hoje uma das poucas Chancelarias do mundo a contar, em sua estrutura administrativa, com um departamento específico para cuidar do intercâmbio científico-tecnológico com o exterior.

Exemplos notórios dos benefícios da cooperação científica e tecnológica com países em desenvolvimento são os projetos ora em curso com a Argentina em informática e biotecnologia, bem como a cooperação espacial e na área médica acertada com a República Popular da China.

Os resultados expressivos já atingidos pela cooperação científica e tecnológica nos mais diversos campos demonstram o quanto é possível realizar, através de um esforço político e diplomático persistente, com vistas a dotar o Brasil de uma estrutura produtiva capaz de responder aos desafios mais complexos de sua realidade sócio-econômica.

Política nuclear: o uso do átomo para a paz e o desenvolvimento

Nessa mesma premissa repousam os fundamentos da política nuclear nacional. O Brasil não abre mão dos esforços necessários para efetivar uma real autonomia nesse ramo particular da ciência, tendo optado pela via pacífica de utilização do átomo, como reiterado inúmeras vezes.

A tal propósito, ressalto a importância da cooperação que o Brasil tem procurado desenvolver com a Argentina, o que, além de aprofundar a confiança recíproca, trará a possibilidade de otimizar a complementaridade tecnológica. Como parte dessa efetiva política de intercâmbio e prova de nossa transparência na matéria, abrimos as portas de nossas instalações nucleares ao Presidente Raúl Alfonsín, bem como pôde o Presidente José Sarney ser recebido na usina de enriquecimento de urânio de Pilcaniyeu.

Senhores Membros do Corpo Permanente,

Senhores Estagiários,

Procurei, nesta exposição, apresentar-lhes um panorama geral da política externa brasileira, focalizando suas linhas mestras e seus principais objetivos e condicionantes. Naturalmente, a variedade dos temas que compõem a agenda diplomática do Governo faz com que todo esforço de síntese resulte em omissão, pelo que deixei, inclusive pelos limites desta palestra, de referir-me a certos aspectos de relevo que mereceriam ser considerados.

Minha preocupação essencial, no entanto, foi a de assinalar os grandes desafios de que está imbuída a diplomacia brasileira neste momento crucial de nossa História, marcado por um forte signo de mudanças tanto a nível interno quanto a nível mundial. E quis, sobretudo, ressaltar a visão consciente e pragmática com que temos procurado, sempre em observância aos princípios cardeais de nossa política externa, assegurar o atendimento dos legítimos interesses nacionais.

Minha experiência de quase três anos à frente do Itamaraty me faz confiar não só na validade da ação empreendida, mas também em sua eficácia. Diplomacia, como sabem os Senhores, é uma atividade cujos resultados vão sendo colhidos ao longo do tempo, fruto de uma estratégia coerente com os anseios da sociedade e expressa em ações construtivas nos campos político, econômico, comercial, cultural. Ações que, no caso do Brasil, devem continuar a pautar-se por um mesmo espírito de diálogo e cooperação, inerente à nossa índole de nação pacífica e empenhada na promoção de seu desenvolvimento.

Mas diplomacia, evidentemente, é também adiministrar conflitos de interesses, encaminhar soluções para crises que se prolongam, absorver pressões, empreender, enfim, uma série de passos que ajudem a consolidar no sistema internacional uma prática de convivência frutífera, igualitária, baseada no consenso e livre de turbulências que nos seriam prejudiciais. Para tanto, é fundamental manter aguçada nossa capacidade de percepção, reconhecer limites e dificuldades para nossas ações, buscar soluções criadoras para os problemas, decidir sempre de maneira conseqüente ante as alternativas.

Acredito que os avanços registrados estejam contribuindo para uma projeção mais ampla e favorável de nosso país no âmbito internacional. A título de conclusão, repito as tendências e orientações primordiais de nossa atual política externa:

1) Manifesta-se, com resultados efetivos, a prioridade tradicionalmente concedida à América Latina e à África. Paralelamente, preserva-se o elevado grau de densidade de nossos laços com os países industrializados e intensificam-se de forma crescente os con-

tatos com outras áreas geográficas como a Ásia, o Oriente Médio, o leste europeu. Nossa diplomacia mostra-se, pois, à altura de sua vocação universalista.

2) *No âmbito multilateral*, nossa atuação continua também a caracterizar-se por notável dinamismo. Horizontes inovadores foram abertos a partir da aprovação da proposta da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, do retorno do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU, de sua presença ativa nos foros de desarmamento, além de sua contribuição para os esforços pacificadores na América Central, parra a revitalização da ONU e da OEA e para o êxito do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política.

3) Estamos conduzindo com paciência e maturidade as grandes questões que condicionam nossas perspectivas de desenvolvimento. As ações conduzidas no plano das negociações econômicas evidenciam o empenho do Governo em contornar as *dificuldades* impostas pelo cenário internacional. Esse processo vai atingindo uma dimensão promissora, como provam o encaminhamento adequado que temos procurado dar à nova rodada do GATT, os entendimentos sobre a dívida externa e a normalização das relações com a comunidade financeira internacional.

4) Em vários planos de nossa atuação diplomática, inspira-nos a preocupação de colocar o Brasil nos trilhos da revolução tecnológica. O objetivo de construir uma economia desenvolvida determina nossas posições contra tentativas de discriminação de nossos interesses. Tratamos, também, de dirigir nossas atenções para as possibilidades crescentes de cooperação em áreas dinâmicas da economia internacional, como é, hoje, o continente asiático;

5) A integração latino-americana é, por sua vez, um projeto que, embora incipiente, se incorpora de maneira definitiva aos objetivos brasileiros de desenvolvimento, seja no sentido de ampliação de mercados, seja como instrumento de participação coesa e ativa da região no cenário externo, seja ainda como expressão de unidade política capaz de fortalecer nosso poder negociador nos foros internacionais.

São estes, caros Estagiários, alguns exemplos de como se articulam nossas atitudes e iniciativas diplomáticas em favor do desenvolvimento brasileiro. A política externa, longe de ser uma abstração, é uma ferramenta concreta e imprescindível na edificação de nosso futuro. Orgulhoso de comandar a instituição que tem a incumbência de auxiliar o Presidente da República na execução dessa tarefa, tenho fé em que o Brasil seguirá seu rumo de afirmação autêntica e soberana na comunidade das nações.

Muito obrigado.

COOPERAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE DOS DOZE E O BRASIL NA PERSPECTIVA DE 1992

Conferência do Emb. Geraldo Holanda Cavalcanti

Há cerca de um ano, falando neste Instituto, no contexto do seminário, que ora se continua, sobre "A Europa e o Brasil no limiar do ano 2000", tive a oportunidade de bosquejar um quadro das relações atuais entre a Europa e a América Latina em geral, e o Brasil em particular, e de ensaiar alguns prognósticos sobre o futuro dessas relações.

O quadro por mim pintado não estimulava esperanças lisongeiras para o futuro imediato das relações da Comunidade com a região latino-americana e nem mesmo para as relações com o Brasil. Não deve parecer fora de propósito minha insistência em mencionar a região latino-americana sempre que me pedem para falar sobre as relações entre a Comunidade e o Brasil. Na verdade, embora com nítidas características de especificidade, as relações da CEE com o Brasil não deixam de se enquadrar na moldura geral das relações CEE — América Latina. Deixarei de lado, porém, desta vez, as considerações regionais, sobre as quais me detive no ano passado, e procurarei aprofundar as então esboçadas sobre as relações particulares com o Brasil. Antes, porém, terei que evocar alguns aspectos da moldura geral das relações para poder dar perspectiva ao que se segue.

Como vimos naquela ocasião, a Comunidade tende a preferir encarar suas relações com o resto do mundo englobando os países em conjuntos de uma certa coerência econômica e mesmo política. Além disso, tende a estabelecer uma certa hierarquia de interesse para suas relações com os distintos conjuntos por ela definidos. Nessa hierarquia, a Améria Latina se insere num círculo de baixa prioridade econômica e política. Do ponto de vista econômico, a região latino-americana se apresenta como de reduzido dinamismo, potencial de comércio declinante e problemática para os investimentos europeus, porque incapaz de fazer as reformas estruturais internas necessárias para sair da recessão em que está mergulhada e de resolver adequadamente, num prazo razoável, o problema de seu endividamento externo. Para o presente diagnóstico, não interessa debater aqui as causas desse estado de coisas nem as responsabilidades, que são também externas, pelo mesmo. Do ponto de vista político, a Comunidade tende a ver a região como frágil em suas estruturas democráticas e pertencente a um sistema de relações externas que a coloca sob a esfera de influência dos Estados Unidos da América.

Tampouco para o presente diagnóstico interessa examinar a fundo a razão dessa interpretação dos fatos e a extensão de seu equívoco.

Nesse quadro regional, destaca-se o Brasil, do lado positivo, por suas dimensões, por suas riquezas naturais, pela qualidade e pelo volume de sua produção industrial, pela composição e pela quantidade de suas exportações, pelas potencialidades de suas importações, pelo dinamismo de sua presença externa em determinados setores (serviços, por exemplo) e por suas *iniciativas sub-regionais de integração econômica, aspecto particularmente* de interesse para a Comunidade; do lado negativo, distingue-se pelas dimensões do seu problema de endividamento externo e por sua resistência em adotar, no ritmo e na extensão que a Comunidade consideraria desejável, medidas de reforma interna nos setores econômico e financeiro.

Como repercutem essas concepções no dia-a-dia das relações bilaterais?

Em primeiro lugar, como a Comunidade, de uma maneira geral, procura não distinguir países individuais em suas relações externas, senão inseri-los em contextos mais *amplos de caráter regional, subregional ou mesmo transregional, dificilmente poderia ela* privilegiar, de qualquer forma que fosse, as relações bilaterais com o Brasil. Isso dificulta iniciativas tendentes a valorizar as relações, mesmo no caso de estar convencida a Comissão de que tal política é do interesse comunitário. A Comunidade tenderá a "equilibrar" possíveis iniciativas de favorecimento às relações com um país determinado com iniciativas paralelas ou assemelhadas junto a países que, dentro de sua visão globalizante, apresentem características semelhantes, do ponto-de-vista dos interesses comunitários. No caso do Brasil isso significaria "ponderar" as relações bilaterais com as relações com *outros países em desenvolvimento de avançado estágio industrial, na região e fora dela.* Ora, como toda política de cooperação econômica se traduz em despesa, isso significaria, também, que os recursos disponíveis para qualquer programa de intensificação das relações bilaterais se diluiriam em diversos programas assemelhados.

Em segundo lugar — e talvez este aspecto devesse ser mencionado com anterioridade *ao acima citado — possivelmente porque a política externa releva do âmbito das relações* bilaterais dos Estados membros, não tema a Comunidade, como tal, "objetivos" próprios de política exterior. Assim, não se pode falar de uma política comunitária com respeito aos países em desenvolvimento em geral (ressalvado o caso especial das relações com os países ACP, herança do relacionamento colonial de certos países europeus, membros da CEE, com o resto do mundo), nem de uma política asiática, ou latino-americana etc. E isso inibe a Comissão, em tanto que instrumento executivo da Comunidade, de apresentar propostas ao Conselho que digam respeito à fixação de objetivos de longo prazo nas *relações com países ou grupos de países extracomunitários.*

O exemplo da aprovação, em julho do ano passado, das "Conclusões sobre as Relações entre a Comunidade Européia e a América Latina" é bem ilustrativo do que acabo de dizer. O Conselho aprovou, relutantemente e após vários adiamentos, as referidas Conclusões que, em parte, só foram afinal adotadas em conjunção com outra proposta da Comissão sobre a "Cooperação Industrial com certos países em desenvolvimento da América Latina, Ásia, Golfo e Mediterrâneo", seguindo o princípio do equilíbrio. Na implementação deste último programa, a preocupação dominante da Comissão tem sido a *de distribuir os limitadíssimos recursos de que dispõe para esse fim específico pelo mais* diversificado número de países possível.

À luz do exposto, o cenário inercial das relações bilaterais entre a Comunidade e o Brasil é previsível. Como existe, de parte a parte — e isso procurei demonstrar em minha

palestra do ano passado —, um interesse evidente em aprofundar e diversificar as relações, tirá-las da ênfase em aspectos contenciosos e colocá-las mais firmemente no universo da cooperação econômica, científica, técnica e tecnológica, deverão estreitar-se os contactos, será mais densa a rede de interesses mútuos, aumentará o conhecimento recíproco, seguramente se ampliará o número de programas e projetos em que estarão envolvidos técnicos brasileiros e comunitários, e, é de se esperar, será beneficiado o comércio recíproco. Resta saber se isso é o suficiente; se, levando em conta o potencial de cooperação entre as duas partes, não se estaria desperdiçando grandes oportunidades de benefícios mútuos ao não se buscar privilegiar a relação bilateral e entendê-la ao limite dessas potencialidades. Pessoalmente, estou convencido de que sim.

E neste ponto retomo e amplio algumas das reflexões que fiz em outubro de 1987.

A primeira delas é a de que a Comunidade, embora um projeto econômico, tem uma inegável vocação política, a qual vem se afirmando paulatinamente, à medida que o projeto de integração avança. Faz parte dessa vocação política a defesa de certos valores que se identificam com o essencial das conquistas do que se chama a civilização ocidental: a preeminência do Estado de direito sobre o Estado da força, o respeito aos direitos humanos, a precedência dos valores espirituais sobre os materiais, a superioridade dos regimes representativos, a noção de responsabilidade com relação à preservação do habitat natural humano, os princípios de solidariedade e de eqüidade, o respeito à liberdade individual na escolha de fé, profissão, atividade econômica ou comportamento político, entre outros.

Ora, quer-me parecer que tais princípios não se preservam nem se defendem numa fortaleza sitiada, mas através da incorporação da humanidade inteira à prática desses valores. Por formas equivocadas, às vezes, ambíguas, outras, involuntárias, na maior parte das vezes, e indiretas, quase sempre, foram os europeus, através da incorporação que fizeram dos povos de quase todo o globo terrestre às concepções de civilização da Europa, os povos que mais contribuiram para a universalização desse sistema de valores a que se chama de mundo ocidental.

Nenhuma parte do mundo fora do continente americano incorporou mais completamente esse sistema de valores. De uma certa maneira, quase que se poderia dizer que a América é uma extensão da Europa. E isso é válido não somente para a parte anglo-saxônica do continente mas também, e não menos intensamente, para a enorme parte latina. Fechar as fronteiras da Europa na orla dos limites de doze, amanhã, quem sabe, treze, quatorze, vinte países que sejam, é amputar o tronco de ramos que só podem engrandecer a árvore, torná-la mais pujante e mais duradora. Ora, com relação à América latina o que está ocorrendo é, praticamente, um divórcio. Obviamente, quanto mais relegadas fiquem essas relações a um plano de baixa prioridade, menos aparentes se tornam as razões para reverter essa situação, porque menos interessantes as relações se tornam, a curto prazo. É preciso uma deliberada opção para sair desse círculo vicioso e essa opção só pode ter por fundamento um projeto político.

A esse projeto político não faltariam, a meu ver, fundamentos igualmente econômicos. Em minha intervenção do ano passado, observava que, não obstante seus inegáveis progressos, a economia comunitária apresentava alguns pontos vulneráveis em comparação com a economia dos dois outros grandes centros mundiais, os Estados Unidos da América e o Japão. Além de estar, em grande parte, fundada sobre um protecionismo cada vez mais contestável e contestado, revelava-se incapaz de resolver o problema do desemprego, das baixas taxas de crescimento, dos índices inferiores de produtividade, da incorporação

acelerada de novas tecnologias e da competição internacional. Acrescentei que, mesmo com o impulso inegável que se derivará da realização do mercado único, a partir de 1992, não seria absurdo prever que um mercado estagnado, senão declinante, em termos de população (a Europa dos 12, no ano 2000, terá menos habitantes do que a de hoje) poderia representar um fator negativo para o desenvolvimento econômico comparativo. Ora, uma associação seletiva e equilibrada com a América Latina, ou, pelo menos, com *certos países da América Latina, poderia, em câmbio, proporcionar à economia comuni*tária o mercado em expansão que beneficiaria a revolução tecnológica européia e a dinamização de sua indústria, de modo a reabsorver grande parte da mão-de-obra desempregada. Mas alertei também para o fato de que uma tal associação só seria possível, e só interessaria aos países latino-americanos, na medida em que se procedesse dentro da ótica de complementação de interesses e de distribuição equitativa dos benefícios recíprocos e não como mero seguimento de práticas semi-colonialistas ou, quando muito, de paternalismo disfarçado.

Isto me leva à última parte de minhas considerações para hoje: que representa a presença de Portugal na Comunidade para as relações entre o Brasil e a Europa dos Doze?

Para mim, a presença de Portugal na Comunidade oferece uma oportunidade ímpar de motivação comunitária para um pensamento estratégico nas suas relações extracontinentais.

Não quero cair na fácil retórica que, no passado, tantas vezes tingiu os pronunciamentos sobre as relações luso-brasileiras e, mais recentemente, inflama as manifestações por vezes feitas sobre o significado para o Brasil da presença portuguesa na Comunidade Econômica Européia. Procurarei ser justo e dar as dimensões exatas do problema.

No que diz respeito às relações luso-brasileiras, os decantados laços de união entre nossos povos têm feito mais parte de uma retórica oficial que se esparramou, por assim dizer, nos lugares-comuns que habitam o linguajar popular, do que correspondido a uma realidade econômica forte ou mesmo a uma realidade cultural ampla e significativa. No plano econômico, têm sido débeis e pouco prioritárias as relações tanto comerciais quanto de cooperação científica, técnica ou tecnológica, bem como a cooperação financeira e no plano dos investimentos. No campo cultural, seja no mais geral das relações políticas, seja *no mais específico do intercâmbio literário, musical ou artístico, temos, cada povo, mais* estreitos vínculos com países de língua estranha à nossa língua comum do que entre os dois. Tampouco vou examinar aqui as razões desse estranhamento. Limito-me a constatá-lo.

Ora, é precisamente a partir da entrada de Portugal na Comunidade Econômica Européia que vemos esboçar-se um movimento de reversão dessa tendência para o imobilismo e a retórica nas relações luso-brasileiras e aparecer uma preocupação consciente e determinada de reexaminá-las de modo a intensificá-las, diversificá-las e promovê-las em todos os domínios. Isso não é necessariamente o resultado nem de uma projeção ou revalorização dos laços de união entre os dois países, nem muito menos, da súbita percepção das potencialidades especiais da cooperação luso-brasileira. Se não estou equivocado em minha análise, acho que o fenômeno resulta, do lado português, de um processo geral de abertura da economia nacional para influências externas, em parte decorrente do próprio movimento interno da sociedade portuguesa no sentido de modernizar-se, de substituir ou transformar as estruturas conservadoras que mantiveram o país por tanto tempo ligado a formas tradicionais de atividade econômica e comportamento social e político, mas também, em parte decorrente das pressões externas decorrentes do processo

de adesão à Comunidade, decisão esta, ela mesma, buscada voluntaria e soberanmente por Portugal. Do lado brasileiro, a progressiva internacionalização da sua economia levaria, inevitavelmente, a que os brasileiros buscassem em Portugal um de seus primeiros pontos de apoio para atividades no exterior, em regiões até agora basicamente sujeitas a influências portuguesas ou européias, em virtude daqueles mesmos fatores culturais que, se não determinantes para as relações econômicas, são notadamente relevantes para as mesmas. Tal é o caso das relações econômicas com a África. E tal é o caso, mais recentemente, de um novo tipo de relações com a própria Europa.

Devo reconhecer que nem tudo o que se tem feito, de parte a parte, tem sido pesado e medido em todas as suas implicações e correspondido aos objetivos colimados. Do lado de Portugal poderia estar faltando uma estratégia definida sobre a incorporação da cooperação internacional para o processo de modernização de sua economia. Refiro-me a um programa com metas qualitativas, quantitativas e temporais para essa assimilação do esforço estrangeiro. Do lado brasileiro, existem debilidades na abordagem dos esquemas de cooperação que resultam em parte de motivações equivocadas, em parte de desconhecimento do sentido real e das possibilidades que pode oferecer a associação com Portugal. No que diz respeito às motivações erradas, não seria a menor delas a de procurar alternativas de aplicação de capitais em Portugal pela simples razão de fugir a uma conjuntura desfavorável aos investimentos de longo fôlego no Brasil. Mais grave, porém, é o desconhecimento não apenas das estratégias portuguesas mas também das reais possibilidades da economia de Portugal e, sobretudo, do significado da adesão à Comunidade para a evolução de sua economia. Não são essas dificuldades razão para desfazer dos objetivos de aproximação das duas economias, que estão corretos, senão para aprender com os possíveis insucessos e reorientar a ação no sentido desejado. Estou convencido de que a estreita associação de capitais brasileiros e portugueses, no Brasil e em Portugal, e mesmo em terceiros países, para acelerar o processo de modernização de ambas economias, aproveitando-se dos incentivos que a participação de Portugal na CEE oferece, é um objetivo correto, que ela beneficiará os dois povos e servirá à causa da aproximação política e cultural entre eles. Estou igualmente convencido de que a posse de um idioma comum é instrumento de inestimável valor, ao qual deveríamos dar toda a utilização que faculta.

No que diz respeito ao que Portugal pode representar para o pensamento estratégido da CEE, limito-me, como é natural, a algumas reflexões sobre o seu significado para as relações do Brasil em particular com a CEE.

Sobre isso, igualmente, devemos fugir à tentação de sermos retóricos. Portugal não aderiu à uma "idéia" comunitária, a uma concepção em busca de uma feição, de um formato, de um programa ou de uma estratégia, mas a uma "realidade" comunitária. A CEE existe como projeto e como fato e foi por concluir ser vantajoso para Portugal associar-se a esse projeto e fazer parte desse fato que Portugal tomou a decisão pejada de responsabilidades de sua adesão. Portanto, a adesão de Portugal não foi para "mudar" a Comunidade, senão para servir a ela e dela servir-se, em vista de um objetivo comum. Ao mesmo tempo, porém, por fazer parte agora da Comunidade, Portugal se torna partícipe da formulação das decisões comuns e passará a poder influenciar na formulação do pensamento comunitário, seja de ordem tática, seja de ordem estratégica. Colocado histórica e geograficamente como uma cabeça de Janus entre a Europa e o Atlântico, Portugal pode ver-se atraído pela sua vocação européia e deixar-se absorver no processo de ensimesmamento que preside atualmente o estabelecimento da fortaleza Europa. Pode, por outro

lado, contribuir, com sua vocação atlântica, para emprestar os olhos de sua face voltada para o mar a uma Europa demasiado centrada nela mesma. Esperamos que seja essa a ênfase da contribuição portuguesa ao pensamento comunitário no domínio de sua política externa. Portugal terá tanto melhores condições para desempenhar este papel quanto, de todos os povos europeus que historicamente tiveram uma presença colonial significativa no ultramar, é aquele que melhor soube desprender-se dos ranços paternalistas que uma prolongada tutoria política ou econômica inevitavelmente deixa nos povos colonizadores.

É essa presença de Portugal no seio da Comunidade o elemento novo que justifica o exercício de refletir sobre a "cooperação entre a Comunidade a Doze e o Brasil na perspectiva de 1992", título desta Conferência. Nenhum outro câmbio fundamental existe no momento, ou na perspectiva de 1992, para permitir esperar que se produza uma radical mudança nas tendências das relações brasileiro-comunitárias. Existe, sim, e já me referi a isso, um desejo recíproco do Governo brasileiro e do executivo comunitário de aprofundar e diversificar as relações e de enfatizar os aspectos construtivos de cooperação em detrimento dos aspectos conflitivos e contenciosos. Mas não parecem existir instrumentos capazes de dar a essas intenções a possibilidade de concreção na escala de suas potencialidades. Não é um pouco mais de cooperação o que será capaz de mudar o panorama das relações globais na década que nos sobra até o novo milênio. O que se pergunta é se não faria sentido uma reavaliação do tipo de relações de modo a materializar as enormes potencialidades de uma cooperação benéfica para ambas as partes. E é de Portugal que pode partir essa reavaliação e essa tentativa de reorientação.

Não é vã essa pergunta. Já vimos partir de uma alta personalidade comunitária o comentário sobre a "necessidade" em que estará Portugal de rever seu relacionamento especial com o Brasil na perspectiva do mercado único em 1992. Longe de entrever nesse relacionamento a possibilidade de um aporte positivo de Portugal ao dinamismo econômico da Comunidade e uma porta para a incorporação de maior território para a expansão econômica dos Doze, esse tipo de reflexão parece dirigido a confirmar os receios de que o *que a Comunidade espera é que a contribuição portuguesa se faça na construção do muro* europeu e não fornecimento de aberturas para o mundo.

É uma alternativa sobre a qual não cabe senão ao Governo português decidir. Minha *esperança é a de que nessa decisão prevaleça a facela do espírito português que permitiu a* grande aventura do universalismo sobre o que no espírito europeu persiste do provincianismo do velho do Restelo.

MODERNIZAÇÃO E OBSTÁCULOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA – Conferência do Embaixador *Paulo Tarso Flecha de Lima*

A sociedade brasileira tem um compromisso histórico com o desenvolvimento. A partir da segunda metade deste século, a noção de desenvolvimento associou-se de forma crescente à idéia de modernização e industrialização. A reflexão que pretendo desenvolver aqui é a de que a continuidade do dinamismo do nosso processo de desenvolvimento exige uma política coerente e gradual de liberalização de importações.

A teoria nos ensina que políticas protecionistas, para serem férteis e dinamizadoras, não podem transformar-se em instrumentos estáticos e permanentes. A teoria do protecionismo econômico está historicamente enraizada no fenômeno da indústria nascente. Na medida em que o setor industrial planta raízes mais profundas e sólidas, o protecionismo muda de função. Em lugar de criar condições para o florescimento e a competitividade, passa a alimentar a ineficiência e a baixa produtividade. A proteção da indústria nacional, que no início era instrumento essencial para a sua sobrevivência, em estágios mais avançados passa a ser a camisa de força que lhe compromete o futuro.

Numa visão retrospectiva, pode-se afirmar que as duas décadas do pós-guerra foram pautadas pela reconstrução européia e pela criação de uma infra-estrutura industrial nas economias em desenvolvimento. Os anos 60 e 70 testemunharam, respectivamente, um acelreado processo de expansão e crise na economia internacional. A presente década, que herdou os efeitos desestabilizadores da crise, consubstanciados na eclosão do endividamento do Terceiro Mundo, está marcada por vigorosas tendências no sentido da reestruturação econômica em escala mundial.

São numerosos e diversificados os fenômenos subjacentes a esse possível redirecionamento da economia internacional. O impacto virtualmente revolucionário das tecnologias de ponta altera as condições de competitividade e parece forjar novos parâmetros para as vantagens comparativas em escala mundial.

A modificação na importância relativa dos fatores de produção – menor participação da mão-de-obra e das matérias-primas no custo final dos produtos – e as conseqüências político-econômicas das novas tecnologias terão, sem dúvida, reflexos significativos no sistema internacional e poderão trazer sérios prejuízos para os países em desenvolvimento.

No plano do intercâmbio internacional, as perspectivas de uma Europa praticamente

sem barreiras comerciais internas a partir do início da próxima década, a crescente expansão das economias dos países asiáticos, os elevados níveis do comércio intra-regional na Ásia e o vigoroso esforço político recente de aceleração do processo de integração latino-americano, apontam na direção de um mundo mais competitivo, em que os impulsos de produtividade poderão vir a prevalecer sobre os mecanismos de controle. O próprio mundo socialista era, até recentemente, mais imune a influências econômicas exógenas. Hoje ele exibe sinais de maior permeabilidade e de novas aspirações modernizadoras, explícitas na busca de maior transparência e de uma sólida reestruturação econômica, como atestam as experiências soviética e chinesa.

No caso específico da economia brasileira, dois tipos de fenômenos interdependentes demonstram a necessidade de uma política coerente e gradual de liberalização de importações.

Se olharmos para trás e retrocedermos ao início dos anos 30, verificaremos que os caminhos que então se abriam eram radicalmente distintos daqueles de hoje. Diante de uma severa escassez de divisas — então gerada pela crise de 29 — o país internalizava o processo de crescimento, através de uma industrialização substitutiva de importações. O modelo agro-exportador em crise abria algum espaço para a "introversão econômica".

No início dos anos 60 emergiu uma fase de estagnação da economia e despontaram alguns sinais de esgotamento do processo de substituição de importações, em conseqüência da escassez de divisas e das dimensões reduzidas do mercado interno. A ameaça de estagnação foi contornada por intermédio de uma política que, valendo-se de uma conjuntura externa favorável de crescimento das economias centrais e ampla liquidez de recursos externos, foi capaz de ampliar significativamente as exportações e, assim, superar o impasse ao crescimento.

O primeiro choque do petróleo foi respondido por uma política que, ao invés de promover um ajustamento recessivo, inaugurou um dinâmico processo de substituição dee importações de bens de capital que viria a assegurar mais ampla autonomia ao setor industrial brasileiro. A fase de crescimento com endividamento, entretanto, esgotou-se a partir de 1982, com os efeitos desestabilizadores da moratória mexicana, que agravou substancialmente a crise da dívida do Terceiro Mundo.

As linhas mais essenciais dessa trajetória econômica brasileira apontam para algumas conclusões. O Brasil precisa acompanhar o dinamismo do mundo e integrar-se, de forma crescente, à economia internacional, sob pena de perder o ritmo da história. Isto não significa, absolutamente, "abandonar o mercado interno".

O Brasil é um país de dimensões continentais. À semelhança de países nessas condições, ele sempre terá um amplo segmento produtivo voltado para o mercado interno. Podemos ampliar significativamente a abertura de nossa economia e, ainda assim, preservarmos grande volume de produção destinado ao abastecimento interno. O coeficiente de abertura de nossa economia, da ordem de 6,3%, é ainda consideravelmente inferior ao de outros países de dimensões continentais, como o Canadá e a Austrália, que exibem coeficientes de 23% e de 14%, respectivamente. Assim, a primeira conclusão é a de que o Brasils tem ainda amplo caminho a percorrer no sentido de uma crescente abertura e integração com a economia internacional.

O segundo ponto para o qual desejo chamar atenção diz respeito ao papel do Estado como agente promotor do desenvolvimento. Esse papel vem-se alterando e deverá transformar-se mais profundamente nos próximos anos. Voltando ao paralelo histórico, verificamos que, nos anos 30, o Estado, redistribuindo rendas do setor agro-exportador,

canalizava recursos para um incipiente segmento industrial e, compreensivelmente, o protegia sob diversas formas. Também neste aspecto o panorama de hoje é outro. Confrontado com o gigantesco déficit público, o Governo não dispõe atualmente de recursos para contribuir significativamente na formação da poupança interna. Tais recursos terão que ser obtidos através de crescente produtividade do próprio setor industrial. E, como nos ensina a Teoria Econômica, em estágios posteriores de desenvolvimento, a competição *externa é instrumento sadio e eficaz na geração de maior eficiência e produtividade para* as economias nacionais. Vale registrar, nesse contexto, que o texto da nova Constituição brasileira soube captar o sentido mais profundo das mudanças que se exigiam e estabeleceu limites claros e adequados à ação do Estado, restringindo sua interferência na esfera econômica.

Assim, uma avaliação das atuais condições da economia brasileira recomenda a adoção de políticas voltadas à maior prevalência das forças de mercado, a estímulos à eficiência e à produtividade, e a mais ampla descentralização econômica. Nesse contexto, ressalto a aprovação da Nova Política Industrial e da Nova Política Tarifária, cujos objetivos mais amplos guardam estreita coerência com os dois argumentos centrais aqui apresentados em favor de uma política mais arejada de importações:

1.º) as mudanças qualitativas de um modelo substitutivo de importações para um modelo de crescente inserção na economia internacional;

2.º) as transformações do papel do Estado na sociedade brasileira, derivadas das conquistas democráticas e de uma visão moderna de sua participação na economia. Além disso, demandas crescentes da sociedade dificultam uma transferência automática de recursos ou incentivos fiscais para o setor industrial.

Do ponto de vista da economia internacional, quais são os fatores que deverão condicionar mais diretamente o setor externo da economia brasileira?

A meu ver, os próximos anos nos reservam um desafio de grande envergadura. A correção dos substanciais desequilíbrios da economia norte-americana poderá produzir repercussões recessivas em escala internacional. A redução do déficit comercial dos EUA vem exigindo algum tipo de coordenação de políticas macroeconômicas entre os principais *países desenvolvidos* no *sentido de alterar taxas de juros* internas e *reajustar* a paridade da moeda americana, que se encontrava excessivamente valorizada até meados de 1985. Os Acordos do Plaza, de setembro de 1985, e do Louvre, de fevereiro de 1987, produziram algum efeito no sentido de promover a depreciação do dólar e reduzir o déficit comercial dos EUA. A situação atual é de equilíbrio instável. As projeções disponíveis continuam a apontar para a depreciação do dólar e o aumento de desemprego na Europa. A perda de dinamismo dos mercados importadores da Europa e dos EUA deverá tornar mais aguda a concorrência entre seus supridores. Todos esses fatores tendem a exigir maior criatividade e competitividade para o setor exportador brasileiro.

É preciso ressaltar entretanto que as tendências globais que potencialmente contribuiriam para uma ordem mais liberal do mundo ainda esbarram na persistência de práticas protecionistas nos países desenvolvidos. Na área agrícola, por exemplo, onde são substanciais nossos interesses, soma-se à dificuldade de acesso aos mercados a intolerável subsidiação de exportações praticada pelos grandes parceiros comerciais, numa concorrência predatória e injusta que nos alija de terceiros mercados. Continuam a registrar-se, por *outro lado, repetidos atos de descumprimento, por parte dos países desenvolvidos,* aos compromissos de "standstill" e de "rollback" assumidos no GATT, ao lançar-se a Rodada Uruguai. Na esfera tecnológica, o protecionismo nos países centrais assume a feição

perversa dos entraves à transferência de tecnologia. As tendências do progresso, condu*centes a maior liberalização do comércio e a mais ampla irradiação de novas tecnologias,* são obstaculizadas por medidas que busquem preservar setores obsoletos no seio do mundo desenvolvido.

O fator de fundamental importância para a política brasileira de comércio exterior são as negociações comerciais multilaterais no GATT, a "Rodada Uruguai", a que me referi e aqui já analisada por diversos debatedores. É precisamente no âmbito dessas negociações que o Brasil encontra uma oportunidade singular de combater essas práticas restritivas ao comércio, como o vem fazendo. O Brasil participa ativamente de todos os 14 Grupos Negociadores, com interesses sensíveis em todos eles, numa posição sem paralelo entre os países em desenvolvimento e numa demonstração da nossa relevância no comércio mundial.

Mas o que acho necessário sublinhar diante dos Senhores, que representam alguns dos *segmentos mais expressivos da liderança empresarial, é que as posições brasileira na* "Rodada Uruguai" deverão superar as atitudes marcadamente defensivas que visavam sobretudo a obter tratamento unilateral em favor dos países do Terceiro Mundo. Procurávamos, no passado, assegurar de forma passiva a aplicação aos países em desenvolvimento das tarifas negociadas no âmbito dos desenvolvidos. Tínhamos, então, uma reduzida capacidade de influir, pois pouco podíamos oferecer em troca.

No exercício em curso pretendemos adotar atitude mais ativa e uma postura negociadora, com olhos no futuro. Isto significa, em termos claros, intercambiar medidas de liberalização em nosso país por medidas análogas em outros, com o objetivo de extrair benefícios palpáveis. Na Rodada Uruguai não haverá espaço para países que desejem entrincheirar-se por detrás de barreiras tarifárias e outras, colocando-se confortavelmente ao abrigo da competição externa.

Visualizo essas mudanças em nossa postura como um aprimoramento coerente com as transformações em curso na estrutura da economia brasileira e com uma política de importações mais aberta, que atenda de forma mais racional às exigências da evolução econômica do país.

As dimensões continentais do Brasil e a crescente complexidade de sua economia não permitem mais caracterizá-lo, sem as devidas qualificações, como um país em desenvolvimento, embora, ao mesmo tempo, não o habilitem a integrar o universo das nações desenvolvidas. Tais circunstâncias estimulam o Brasil a não circunscrever sua atuação a posições meramente retóricas. Devemos procurar negociar para alcançar metas que signifiquem resultados específicos concretos.

Dentro dessa linha de raciocínio, pretendemos considerar como resolvida a questão de princípio ligada à legitimidade da negociação. Ao mesmo tempo, procuraremos marcar um perfil mais atuante nas negociações relativas a subsídios, dumping e outros temas *relevantes.*

É preciso reconhecer que o sistema tarifário brasileiro vinha exibindo marcadas distorções, que inviabilizavam as duas funções básicas da tarifa aduaneira: assegurar a medida correta de controle e promover a medida necessária de competição.

Uma política de correção dessas distorções não deve incidir na falácia do irrealismo. É preciso que se definam, com coerência, e racionalidade, os objetivos específicos que se deseja alcançar em cada caso. O nível de desgravação previsto deve contemplar um horizonte de tempo e deve estar compatível com a capacidade de resposta de nossa economia.

É importante também que uma postura negociadora e liberalizante do Brasil no âmbito do GATT leve em conta nossos compromissos com os países da ALADI e, muito particularmente, o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Brasil e Argentina, bem como o Protocolo de Expansão Comercial com o Uruguai. A esse respeito, os processos de ajuste necessários poderão fazer-se através da concessão de margens de preferências para esses países, em relação às fixadas globalmente para terceiros mercados.

A modernização de nossa economia é certamente o caminho para uma inserção mais construtiva e moderna do Brasil na economia internacional. É também o corolário natural da sociedade democrática que desejamos consolidar e na qual não seria possível conciliar a hipertrofia do Estado com a desejável liberdade de ação e de iniciativa. Uma política mais liberal de importações é, sem dúvida, instrumento importante para a materialização daquele objetivo e deverá produzir sensíveis benefícios globais para nossa sociedade. Trata-se, em suma, de assumirmos perante a comunidade internacional um perfil que nos coloque no patamar adequado de interação com as forças vivas da economia mundial, sob pena de ficarmos sujeitos a crescentes acusações de verdadeira fobia à concorrência estrangeira. Nos faltarão, de outro modo, argumentos para contrarrestar as barreiras que contra nossos produtos se ergam no exterior e correremos o risco de um gradual estrangulamento de nosso comércio.

Deixo aos Senhores, portanto, meu convite a que reflitam sobre as perspectivas que se abrem e as encarem não como uma ameaça mas como o desafio modernizador de nosso tempo. Estou seguro de que, a exemplo dos outros que soubemos aceitar, responderemos também a este, de forma criativa e corajosa.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA DOS PAÍSES DO ATLÂNTICO-SUL
(Rio de Janeiro, julho de 1988)

Teve lugar no Rio de Janeiro, no Hotel Copacabana Palace, de 25 a 29 de julho de 1988, a Primeira Reunião dos Países da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, sob a presidência da Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré.

Depois da abertura da reunião pelo próprio Ministro, no dia 25, as reuniões de trabalho passaram a ser dirigidas pelo Embaixador Bernardo Pericás e na sessão de encerramento os trabalhos foram conduzidos pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores.

Publicamos a seguir os documentos mais importantes, em português, espanhol, inglês e francês, iniciando-se com o Relatório, o Documento final e o Discurso de abertura do Chanceler Abreu Sodré.

RELATÓRIO DA PRIMEIRA REUNIÃO DE ESTADOS DA ZONA DE PAZ E DE COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL

A convite do Governo do Brasil, representantes de Estados da região sul-atlântica que promoveram a adoção pela Assembléia Geral das Nações Unidas das resoluções relativas à Declaração que instituiu a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul — Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Congo, Côte d'Ivoire, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo, Uruguai e Zaire — reuniram-se no Rio de Janeiro de 25 a 29 de julho de 1988 para examinar todos os aspectos relativos à implementação das referidas resoluções.

* A *"Revista Brasileira de Política Internacional"* em seu número correspondente ao 2º semestre de 1986 publicou o texto da Resolução aprovada pela ONU sobre a Zona de Paz no Atlântico Sul e vários documentos relativos ao assunto.

A Reunião foi inaugurada com discurso de Sua Excelência o Doutor Roberto de Abreu Sodré, Ministro das Relações Exteriores do Brasil (o texto completo se encontra em anexo).

Eleição da Mesa

A reunião elegeu por aclamação os seguintes membros da Mesa:

Presidente — Brasil
Vice-Presidente — Congo
Vice-Presidente — Uruguai
Relator — Nigéria

Adoção da Agenda

Uma vez considerada a Agenda Provisória, foi adotada a seguinte Agenda:

1. Abertura
2. Eleição da Mesa
3. Adoção da Agenda
4. Organização dos trabalhos
5. Debate geral
6. Exame de possíveis áreas de cooperação para o desenvolvimento
7. Exame de questões relativas à cooperação para a paz e a segurança na região do Atlântico Sul
8. Exame de alternativas institucionais para o fortalecimento da cooperação para a paz e o desenvolvimento na região do Atlântico Sul
9. Encerramento.

A Reunião adotou o seguinte Documento Final:

DOCUMENTO FINAL DA PRIMEIRA REUNIÃO DE ESTADOS DA ZONA DE PAZ E DE COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL.

Os Representantes de Estados da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

1. RECORDAM que a Assembléia Geral das Nações Unidas, em sua resolução 41/11, de 27 de outubro de 1986, declarou o Atlântico Sul uma Zona de Paz e de Cooperação, e, em sua resolução 42/16, de 10 de novembro de 1987, instou os Estados da região a que continuassem adotando medidas para alcançar os objetivos da Declaração, especialmente pela adoção e a implementação de programas concretos para esse fim;
2. ASSINALAM a importância histórica dessa primeira reunião de representantes de Estados da região do Atlântico Sul, unidos em torno do objetivo comum da cooperação para a paz e o desenvolvimento;
3. AFIRMAM que as questões de paz e segurança e as questões de desenvolvimento são interrelacionadas e inseparáveis, e consideram que a cooperação entre os Estados da região para a paz e o desenvolvimento é essencial para a promoção dos objetivos da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul;
4. REITERAM a determinação de desenvolver suas relações em condições de paz e liberdade, em um ambiente livre de tensões, e em conformidade com os princípios e regras do direito internacional e com a Carta das Nações Unidas;

5. MANIFESTAM o propósito de reforçar, cada vez mais, relações construtivas, baseadas no diálogo, entendimento, interesse mútuo e respeito pela igualdade soberana de todos os Estados, em benefício dos povos da região e da comunidade internacional como um todo;
6. AFIRMAM a responsabilidade especial dos Estados da região pela preservação da paz e da segurança na Zona de Paz e de Cooperação e expressam sua disposição de unir esforços para esse fim;

7. REAFIRMAM que a consecução dos objetivos da Declaração de 27 de outubro de 1986 requer que os Estados de outras regiões, em especial os Estados militarmente importantes, respeitem escrupulosamente a região do Atlântico Sul como Zona de Paz e de Cooperação e demonstrem sua disposição de adotar medidas concretas para assegurar a redução e eventual eliminação de sua presença militar na região, a não-introdução de armas nucleares ou de outras armas de destruição em massa e a não-extensão à região de rivalidades e conflitos que lhe sejam alheios;
8. SALIENTAM a importância, nesse contexto, do cumprimento dos propósitos da Declaração da Organização da Unidade Africana sobre a Desnuclearização da África, de 1964, e do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e seus Protocolos Adicionais I e II, de 1967;

9. FRISAM que a adoção de medidas na área do desarmamento nuclear e de limitação de armas nucleares não deve levar ou ser seguida da realocação de armas nucleares para outras áreas geográficas;
10. CONDENAM a odiosa política do regime racista do apartheid na África do Sul, a continuada ocupação ilegal e dominação colonial da Namíbia, os atos de agressão sul-africanos contra a República Popular de Angola e outros Estados da Linha de Frente e vizinhos, e todas as demais situações que afetam ou implicam grave ameaça à independência, soberania ou integridade territorial dos Estados dos dois lados do Atlântico Sul;

11. APÓIAM plenamente, como forma de atingir os objetivos da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, a imposição de sanções amplas e mandatórias contra o regime racista da África do Sul e a necessidade de pleno cumprimento do embargo de armas, de acordo com as resoluções e decisões relevantes das Nações Unidas, assim como a consideração de medidas adicionais, inclusive a denegação de autorização para treinamento em seus respectivos países de pessoal militar sul-africano e da concessão de corredores aéreos e marítimos para o transporte de armas à África do Sul;

12. MANIFESTAM a esperança de que as conversações quadripartites em curso conduzam à retirada imediata das tropas sul-africanas do território angolano e garantam a segurança e integridade territorial da República Popular de Angola;
13. CONGRATULAM o governo da República Popular de Angola pela atitude construtiva que sempre tem mantido, sublinhando o direito do governo e do povo angolano de defender e assegurar a soberania e a integridade territorial do Estado;
14. AFIRMAM seu apoio à luta justa do povo da Namíbia pela auto-determinação e independência sob a liderança da SWAPO, sua única e legítima representante, e exigem a imediata implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
15. EXPRESSAM a esperança de receber, em futuro próximo, na comunidade dos Estados do Atlântico Sul, representantes de uma Namíbia independente e de uma África do Sul livre do apartheid.;

16. EXPRESSAM *preocupação com o fato de que as negociações entre os Governos da* Argentina e do Reino Unido ainda não se tenham iniciado, apesar de repetidos apelos de resoluções da *Assembléia Geral das Nações Unidas, com vista a encontrar meios de resolver* pacífica e definitivamente os problemas pendentes entre os dois países, inclusive todos os aspectos relativos ao futuro das Ilhas Malvinas, de acordo com a Carta das Nações Unidas, e instam à plena implementação das mencionadas resoluções;

17. EXAMINARAM a situação da cooperação regional para o desenvolvimento econômico e social em seus diferentes aspectos e observam que o nível atual de cooperação entre os Estados do Atlântico Sul não corresponde às potencialidades da região, situação decorrente, em grande medida, de padrões anacrônicos e injustos de relacionamento comercial e financeiro em nível global e da gravidade das condições econômicas que afetam os Estados da Zona;

18. ENFATIZAM *sua determinação de estudar meios e modos de reforçar e ampliar os* laços de cooperação entre seus países, em benefício de todos e no contexto da cooperação *econômica e técnica entre países em desenvolvimento;*

19. ASSINALAM *que cabe procurar identificar formas de cooperação inovadoras e con*cretas em diferentes campos pelo esforço conjunto e com o apoio, quando apropriado, *das organizações internacionais pertinentes;*

20. EXPRESSAM sua determinação de estimular maior comércio intra-zonal e o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos entre os Estados da Zona;

21. CONCORDAM em trocar informações sobre necessidades e capacidades específicas para cooperação técnica e econômica em áreas como agro-indústria, energia, meteorologia, oceanografia, saúde e treinamento de recursos humanos; concordam também em considerar formas de promover, quando apropriado, reuniões de especialistas com vistas ao desenvolvimento de programas conjuntos específicos;

22. EXPRESSAM *seu desejo de desenvolver ainda mais o transporte e as comunicações* dentro da Zona, de modo a facilitar os contatos, promover o comércio e estimular o turismo entre os Estados da Zona;

23. OBSERVAM *que o aprofundamento e a difusão do conhecimento de dados sobre o* meio ambiente e os recursos do Atlântico Sul servirá como fator de intensificação do desenvolvimento econômico e social dos Estados da Zona; nesse contexto, expressam sua determinação de trocar informações científicas nessas áreas;

24. CONCORDAM em que a capacidade de realização de pesquisa oceanográfica pelos Estados da Zona deve ser incrementada e sublinham a conveniência de coordenação de esforços com vistas à identificação de objetivos comuns e próprios à região, de modo a que a pesquisa oceanográfica no Atlântico Sul atenda sobretudo a seus interesses e prioridades;

25. SALIENTAM a importância da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar como instrumento que regula os usos dos oceanos e de seus recursos de maneira compatível com os interesses de todos os países; enfatizam sua importância como um pilar *essencial para o processo de fortalecimento da cooperação e da paz na região do Atlântico* Sul, e expressam sua disposição de efetuar consultas e trocar informações sobre temas relacionados ao desenvolvimento à implementação da Convenção, inclusive conhecimento recíproco das legislações nacionais e a promoção de estudos a esse respeito;

26. CONDENAM energicamente todas as transferências para a região de resíduos perigosos oriundos de outras partes do mundo, com conseqüências graves e danosas para o meio ambiente na região sul-atlântica;
27. RECONHECEM, a esse respeito, a importância da iniciativa pioneira da Organização da Unidade Africana, ao adotar a resolução 1153/XLVIII, pela qual condenou e rejeitou firmemente a possibilidade de transferência de resíduos tóxicos ou radioativos para o território de seus Estados membros;

28. DECLARAM que o ambiente marinho do Atlântico Sul deve permanecer livre de poluição e expressam sua disposição de estudar e adotar medidas para a prevenção e controle do "dumping" de resíduos perigosos, tóxicos e nucleares nas áreas marítimas da região, incluindo o alto mar;
29. ACORDAM em considerar a conveniência de estabelecerem-se mecanismos destinados ao intercâmbio de informações sobre movimento de navios na Zona, no âmbito de um sistema integrado de controle marítimo; nesse contexto, concordam em estabelecer um sistema de vigilância ("dump watch"), com o objetivo de monitorar, coletar e disseminar informações e dados sobre o movimento de navios na região;

30. CONCORDAM em manter estreita coordenação nos foros em que o tema possa ser discutido, particularmente na XLIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas; nesse sentido, apóiam a iniciativa da Organização da Unidade Africana de solicitar a inclusão desse tema na agenda da referida Sessão;
31. RECORDAM que, nos termos da resolução 42/16 da Assembléia Geral das Nações Unidas, solicitou-se aos órgãos, organismos e organizações do sistema das Nações Unidas *prestar toda a assistência que os Estados da Zona possam requerer no marco de sua ação* conjunta para implementar a Declaração sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, e convêm em efetuar consultas sobre propostas específicas que possam demandar tal assistência;

32. DECIDEM reunir-se periodicamente para dar prosseguimento à tarefa de implementar os objetivos comuns de cooperação definidos na Declaração sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul;

33. DECIDEM criar a função de coordenador para, em consulta com todos os Estados da Zona, dinamizar as ações e medidas que facilitem a consecução dos objetivos da Declaração da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, bem como receber, colher e veicular qualquer informação e comunicação relevantes entre todos os Estados da Zona, através de canais de contato a serem indicados pelos Estados.

Os representantes de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul decidiram voltar a reunir-se em 1989, em data e local a serem acordados por meio de consultas. Decidiram, ainda, incumbir o governo do Brasil, como anfitrião da presente reunião, da função de coordenador até a próxima reunião.

Os representantes solicitaram ao coordenador transmitir formalmente o texto do Documento Final ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para que seja circulado como documento oficial da XLIII Sessão da Assembléia Geral.

A representante de Angola apresentou, em nome de todos os participantes, a seguinte moção, adotada por aclamação:

TRIBUTO AO GOVERNO DO BRASIL

Os representantes de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, reunidos no Rio de Janeiro de 25 a 29 de julho de 1988,

RECORDANDO a resolução 41/11 da Assembléia Geral das Nações Unidas, que declarou a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, e a resolução 42/16, sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul;

SAUDANDO a iniciativa do Brasil de convocar a Primeira Reunião de Estados da Zona, com vistas à implementação das resoluções pertinentes da Assembléia Geral das Nações Unidas;

RECONHECENDO, com satisfação, a generosa hospitalidade estendida pelo Brasil, enquanto país anfitrião, às delegações, bem como os esforços do País para assegurar o êxito da presente Reunião;

CONGRATULAM-SE com o Governo e o Povo da República Federativa do Brasil por sua iniciativa e generosa hospitalidade;

COMPROMETEM-SE a dar ao Brasil, em seu papel de coordenador, todo o apoio necessário ao cumprimento de suas tarefas até a próxima reunião dos Estados da Zona.

A reunião foi encerrada com discurso de Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1988.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Senhores Representantes de Países da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul,

É com grande prazer que lhes dou minhas boas-vindas a esta cidade do Rio de Janeiro, banhada pelas águas de um oceano que desejamos preservar como elo de aproximação e concórdia entre nossos países. O povo e o Governo brasileiros sentem-se honrados com a presença de todos os Senhores nesta primeira e histórica reunião que congrega representantes de nações amigas das duas margens do Atlântico Sul.

O Brasil tem profunda consciência de ser um país atlântico. Eu diria mesmo que não poderíamos sequer nos definir como nação sem levar em conta o mar, esse mar que foi instrumento para mesclar indissoluvelmente povos e culturas e nos fazer brasileiros. Esse mesmo mar aproxima também nossos ideais e aspirações aos de nossos vizinhos atlânticos na América Latina e na África, amadurecidos na luta comum pela dignidade, pela paz, pela justiça e pelo desenvolvimento.

A mesma convergência de atitudes e perspectivas que levou à proclamação do Atlântico Sul com Zona de Paz e de Cooperação inspira agora esta nossa reunião. Movem-nos propósitos construtivos e de bom entendimento, coerentes com o espírito de nossas nações e a orientação que temos todos procurado imprimir à nossa atuação internacional.

Os interesses dos países do Atlântico Sul são, mais que compatíveis, amplamente coincidentes. As afinidades históricas, os laços de amizade e solidariedade e os elementos comuns de nossa inserção no cenário internacional fundamentam a disposição de construir um novo tipo de relacionamento, em benefício de todos.

No momento em que a região assume sua identidade própria, essas afinidades e essa convergência de interesses devem orientar o exame e a formulação de iniciativas conjuntas.

A Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul deve ser percebida como ela é e pretende ser, e não como um reflexo de imagens que em outras partes do mundo se possam formar dela. Deve ser vista como um esforço de entendimento intra-regional, de natureza igualitária, orientado para o objetivo da cooperação para a paz e a segurança em nossa região e o desenvolvimento de nossos povos. Objetivo consagrado pela unanimidade de nossos países e pela mais expressiva maioria da comunidade internacional.

Esta reunião se inscreve em processo histórico cujas origens remontam a muitos anos atrás. Ao mesmo tempo em que se reveste de caráter inovador, constitui etapa conseqüente e lógica dos esforços desenvolvidos, nos dois lados do oceano, para alcançar um ambiente de paz que permita aos países da região concentrar recursos em atividades voltadas para a promoção do bem-estar de suas populações.

Já na década de sessenta, os países africanos e latino-americanos tomaram iniciativas pioneiras destinadas a proscrever a introdução de armas nucleares em suas respectivas regiões. A Declaração da Organização da Unidade Africana sobre a Desnuclearização da África, de 1964, e o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares da América Latina, de 1967, são exemplos marcantes da vocação pacífica de nossos povos.

Recordo aquelas medidas — e as numerosas instâncias de aproximação e solidariedade política e de cooperação econômica e técnica entre os países do Atlântico Sul — para ressaltar o fato de que já vínhamos traçando há muito tempo o caminho que conduziu à consagração, em 1986, na Assembléia Geral das Nações Unidas, de nossa iniciativa conjunta no sentido de declarar o Atlântico Sul uma Zona de Paz e de Cooperação.

A iniciativa marca um capítulo importante na história das relações internacionais. Simboliza a disposição de nossos países de assumir com maturidade o papel de crescente relevância que lhes corresponde no mundo. Ao lado de outros esforços significativos em diferentes áreas do hemisfério sul, revela com clareza a vontade dos países em desenvolvimento de assumir a responsabilidade que lhes cabe pela preservação da paz e o relaxamento de tensões em suas regiões e de encontrar formas de estimular a cooperação em benefício de todos.

Nossos esforços no sentido de preservar a região do Atlântico Sul — o mais desarmado de todos os oceanos — dos conflitos e tensões que lhe são alheios, inclusive os decorrentes das oscilações do relacionamento Norte-Norte, têm atualidade permanente e visível. Esses esforços se vinculam à busca de um padrão mais democrático e mais equitativo de relacionamento internacional, baseado não na confrontação e no recurso ao poder político, militar e econômico, mas no diálogo e no bom entendimento, no cumprimento escrupuloso das normas básicas de convivência internacional consagradas na Carta das Nações Unidas e no respeito pela diversidade natural de pontos de vista e pelas dinâmicas próprias de evolução nacional e regional.

Senhores Representantes,

Os objetivos de paz e de cooperação na região do Atlântico Sul não poderão ser plenamente atingidos enquanto não for alcançada a independência da Namíbia, território sul-atlântico que se situa diante de nós, do outro lado do oceano, enquanto não for

desmantelado o sistema de apartheid que continua a oprimir a maioria da população da África do Sul, enquanto países de nossa região sofrerem agressões e tiverem atingida a sua integridade territorial, enquanto o colonialismo persistir em suas manifestações anacrônicas.

Os países do Atlântico Sul aqui representados empenham-se todos por soluções justas, negociadas, coerentes com os princípios essenciais do direito internacional e as decisões pertinentes das Nações Unidas, para as questões e conflitos que ainda perduram na região, tanto em sua vertente africana quanto em sua vertente sul-americana. Sentimo-nos no direito de esperar que a comunidade internacional — e, em especial, as partes diretamente envolvidas — leve na devida conta essa reivindicação unificada de nossos países e contribua de forma eficaz para a pronta solução desses problemas.

Os focos de tensão ainda existentes não nos impedirão, no entanto, de prosseguir no caminho da aproximação progressiva entre nossos países. Já avançamos muito nesse sentido, o suficiente para demonstrar com exemplos concretos e positivos a fertilidade da nossa cooperação e a clara conveniência de expandi-la cada vez mais.

A atuação dos organismos regionais de cooperação africanos e latino-americanos, os programas subregionais em processo de implementação pela Argentina, o Uruguai e o Brasil, bem como pela Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Meridional (SADCC) e pela Comissão Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), entre outros, e os múltiplos laços bilaterais de cooperação e de entendimento político são claras indicações dos rumos que podemos e devemos seguir. A malha de relações que hoje nos une há de adensar-se e estender-se a novas formas de trabalho associado, na tarefa de dinamizar potencialidades e conjugar a nossa criatividade em busca do bem comum.

Este encontro constitui oportunidade adequada para que examinemos as melhores formas de aperfeiçoar nosso intercâmbio material e intelectual. Entre outras áreas de cooperação que poderiam ser identificadas, caberia pensar especialmente em meios de enriquecer o acervo de conhecimentos sobre o nosso oceano, de transformá-lo cada vez mais em fator de aproximação e de desenvolvimento, de assegurar a conservação dos recursos do mar e a proteção do meio ambiente marinho, em benefício de nossos povos.

Certamente caberia examinar, nesse contexto, a melhor maneira de integrar nossos esforços às atividades dos diferentes organismos internacionais que se ocupam dessas matérias, cuja colaboração e apoio podemos esperar nos termos da resolução adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas no final do ano passado.

Senhores Representantes dos Países do Atlântico Sul,

Penso interpretar o sentimento de todos ao dizer que esta reunião, ao tornar patente a consciência de que pertencemos à região sul-atlântica, constitui, na verdade, uma reafirmação dos vínculos, compromissos e esquemas de cooperação que cada um de nossos países, sul-americanos ou africanos, já mantém com as nações de nossos dois continentes, e dá uma dimensão maior e mais madura às relações entre a África e a América Latina.

Esta iniciativa não é de modo algum excludente. Não é por acaso que a Declaração da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul contou e conta com o apoio praticamente unânime da comunidade internacional.

Se há algo de excludente em nossa iniciativa conjunta, é fácil identificá-lo: queremos, sim, excluir o odioso regime de apartheid; reclamamos o fim da ocupação ilegal da

Namíbia; buscamos eliminar as fontes de tensão na região do Atlântico Sul, banir as armas nucleares e de destruição em massa, conter a presença militar estrangeira e a extensão à região de rivalidade exógenas.

Ao reafirmar a responsabilidade especial que têm nossos países sobre o Atlântico Sul, fazemos um chamamento a todos os países de outras regiões do mundo para que contribuam de forma positiva para que prospere sempre em nosso meio um clima livre de ameaças e de tensões, que nos permita destinar nossos recursos limitados à tarefa do desenvolvimento econômico e social.

Senhores Representantes,

Por ter o Brasil a honra de sediar este encontro de países amigos, cabe a mim a satisfação de oferecer-lhes a acolhida e a hospitalidade que são traço comum da cultura de nossas nações.

Ao agradecer sinceramente a presença de todos, espero que se abra com esta reunião nova e decisiva etapa da cooperação sul-atlântica.

Em nome do Presidente José Sarney, que tem colocado sua clarividência política e sua visão de estadista a serviço desta grande causa partilhada por nossos países, formulo os melhores votos por um trabalho intenso e profícuo em benefício da paz e da cooperação no Atlântico Sul.

STATEMENT BY AMBASSADOR P.D. COLE (NIGÉRIA)

Mr. Chairman,

Let me express the appreciation of the Nigerian Delegation to the Government and Friendly People of Brazil who have taken it upon themselves to host the meeting of high officials of states primarily interested in preserving the South Atlantic as a zone of peace and cooperation.

The inscription of the declaration of the zone of peace and cooperation in the South Atlantic on the agenda of the general assembly sitting in 1986 at its 41st session went a long way in concentrating the minds of the countries bordering the South Atlantic on issues of peace and regional development.

As far back as 1976 the Nigerian Institute of Internacional affairs convened a two-day seminar to examine the need to strengthen cooperation in South Atlantic zone. The seminar envisioned meaningful cooperation in all fields, seeking a wider entity which would guarantee the South Atlantic as a zone free os superpower conflicts, devoid of nuclear menance, and an economic force to reckon with.

Mr. Chairman, we in Nigeria consider that if properly instituted the South Atlantic zone would go a long way in meeting the thought provoking statement made in 1986 by president José Sarney during the 41st session of the united nations general assembly. We agree with the implications of his analysis that the current situation in South Africa and Namibia are totally abhorent to civilized international behaviour and constitute a great threat to global and regional security. The ever increasing naval and military build-up, qualitatively and quantitatively have enhanced inherent danger to security. More and more, the emergence and exploitation of nuclear power for the manufacture of weapons of mass destruction pose grave dangers to peace and security while many countries largely ignore the non-proliferation regime.

Nigeria believes that the wide expanse of South Atlantic should be a positive vehicle for economic development. The Nigerian Delegation views our deliberations at this conference as an essential input to mutual understanding, peace, and cooperation. In order to achieve our aims it is absolutely essential that all impediments to such cooperation are removed. To this end, the nigerian delegation wishes to propose as follows: –

(A) that all participating countries at this conference undertake to implement respective regional denuclearisation arrangements to which they have already acceded. These would include the treaty of Tlatelolco and the declaration of the denuclearisation of Africa;

(B) to cooperate in the dismantling of apartheid in South Africa, assisting Namíbia to gain its independence and to ensure that the racists regime desist from further destabilization of the frontline states;

(C) that meaningful commercial, trade and cultural links are established among countries of the South Atlantic with a view to encouraging mutual understanding and mutual economic development in the region;

(D) that the arms race especially weapons of mass destruction are kept away from the South Atlantic, thus allowing scarce resources to be fully devoted to the economic well-being of the area; and

(E) that member states of the South Atlantic establish a "dump watch" to coordinate their efforts in forestalling the efforts of More developed countries to dump toxic and industrial wastes in their territories. This could be achieved by mutual information exchange mechanism on the movements of ships carrying toxic wastes.

Mr. Chiarman, when the United Nations General Assembly adopted a resolution 41/11, eight countries cast abstaining votes while one country voted against it. It should be the aim and focus of this conference to seek and persuade these nine countries that the U.N. efforts to preserve the South Atlantic as a zone of peace is also eminently in their own interests. It is not our intention to define international waters or to exclude any country that geographically belongs to the zone from participating in our future deliberations. We demand, however, that all participating countries must have peaceful intentions and respect relevant international agreements. This understandably excludes the racist minority regime in South Africa, which consistently ignores U. N. resolutions and is a persistent aggressor-regime.

The Nigerian Delegation believes that several factors would promote the search for lasting peace in the South Atlantic. But the weakest link in this endeavour is South Africa. The fact, simply stated, is that South Africa is a litoral state in the South Atlantic. The whole essence of its existence is predicated in internal violence and external aggression. It arrogantly parades sophisticated weapons which it can produce through local expertise or those it had developed with the active connivance of external powers. By institutionalising Racism, it has constituted itself into the least peace-loving country in the south Atlantic. For this conference to achieve its aims and objectives, urgent steps need to be taken to remove this weak link in our effort to achieve regional cooperation. Member states os this zone must consciously discourage all cooperation, be they in the fields of trade, technology transfer, banking services, tourism, investments and all other forms of cooperation with the apartheid regime. South Africa has invested a large part of its gross deomestic product into turning itself and Namibia into an over-armed and over-policed fortress. The South Atlantic cannot become a zone of peace uitil the Apartheid regime has demobilised the 106,400 regulars and 317,000 reservists in its

armed forces. The zone cannot claim to have peace if member countries of the South Atlantic assist in any way or form, in equipping the apartheid arms industries or granting it licence to produce foreign arms locally. A bewildering array of weapons now belie every protestation of peaceful intentions of the racist minority regime. No states harbouring peaceful intentions would accummulate so many tanks, frigates, submarines, patrol crafts, long range bombers, interceptors, attack helicopters, air to air and air to surface missiles, such as South Africa currently possesses. These are attributes of an aggressor state. Member-states of this zone must accept that all sales of arms to the apartheid regime cannot be construed by African States as symbolising peaceful intention — they are a threat to peace and security of the area.

There are three further areas of concerns to my delegation as far as South Africa is concerned. First is its insatiable appetite for territorial aggrandizement. Contrary to international opinion and ruling of the international court of justice, it continues to occupy by massive force, the territory of Namibia. It has made aggressive incursions into neighbouring states to ,destabilise them and has shown no remorse for its repeated violation of the territorial integrity of Angola. These do not indicate peaceful intentions.

The recently so-called understanding reached in Washington between South Africa, Angola and Cuba may be a step in the right direction but in no way reduces the force of these observations. Even if South Africa were to withdraw from their illegal incursions into Angola, and from their illegal occupation of Namibia, the continued practice of apartheid as a system of government would make that country a threat to peace and cooperation in the South Atlantic. Nothing in the understanding gave any indication that South Africa will stop destabilising its neighbours. The nkomati — agreement and South Africa's disregard of it is a potent reminder of her attitude to these understandings. Moreover South Africa in the first place had no right to have been in Namibia and Angola in view of the judgement of the international court of justice and resolution 435 of the security council. So my delegation cannot rely on any understanding, agreement or treaty signed by South Africa.

Secondly, most efforts have been made by apologists for the racist regime that nuclear technology which it now has acquired is devoted solely to peaceful purposes. However, it is now clear that South Africa has abused the waters of the southern ocean which is immediately contiguous to the South Atlantic by repeatedly undertaking nuclear tests there. It has refused to accede to the non-proliferation treaty and continues to pay lip service to peaceful uses of nuclear energy. Nigeria is a party to the non-proliferation treaty and has played vital role within the organisation of African unity in adopting the declaration of the de-nuclearisation of Africa. South Africa has refused to adopt the aims and objectives of that declaration.

Thirdly, the South Atlantic is directly influenced by the land mass of the Antarctica. Any changes involving massive dislodgement of the ice formation on that continent poses immediate danger to littoral states of the South Atlantic. We would have wished that a less belligerent regime is in Place in South Africa. However, given its pretentions and pronouncements, we believe that continued nuclear tests in that area by South Africa constitutes grave dangers to countries of the South Atlantic. Member states of the zone and participants in this conference must not be dazzled by short-term economic gains that may be offered by South Africa. These must be weighed against even bigger potentials within the rest of Africa.

Another matter of great concern to my delegation concerns the frightening practice of industrial and toxic wastes dumping in developing countries by some industrialized nations.

The nigerian delegation has inscribed on the agenda of the 43rd session of the united nations general assembly an item dealing with the need to exchange information and data on the movements and dumping of industrial wastes. We are calling on countries of this zone which share common sea mass to appreciate the present and constant danger *to lives and eviroment which illegal dumping represents. We call on all states of the zone* to join in a cooperative effort to seek, identify and black-list states which wilfully dump industrial wastes in less developed countries. We urge that there should be a free flow of information regarding known companies that deal in industrial wastes and which in the past have illegally dumped toxic wastes in any of our territories. We would rather prefer that all our efforts are geared towards positive development rather than in removing the scourge of radiation sickness and enviromental pollution.

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR KOFFI ADJOYI (TOGO)

Monsieur le Président,

Pour tous ceux qui (comme moi) ont déjà eu le privilège de visiter et de connaître ce beau pays et cette grande nation qu'est le Brésil c'est un plaisir indicible de se retrouver ici.

Et pour tous ceux qui concrétisent aujourd'hui un vieux rêve en découvrant ce charmant coin de notre planète, c'est sans doute une agréable aubaine.

De prime abord, il me plaît de remercier vivement le Peuple et le Gouvernement Brésiliens pour l'accueil très amical et la généreuse hospitalité qu'ils on bien voulu réserver à la délégation togolaise dans cette ravissante ville de RIO-DE-JANEIRO qui réfète autant que faire se peut la noblesse des traditions brésiliennes. Traditions qui sont moulées avec soin dans l'esprit d'ouverture, la chaleur communicative et le pragmatisme.

Il me plaît également de saluer l'initiative très opportune que le Gouvernement Brésilien a prise en organisant la présente réunion qui marquera certainement une étape importante dans l'application de la Déclaration de la zone de paix et de coopération de l'Atlantique Sud.

Outre que cette initiative illustre une fois encore l'attachement du Brésil à la consolidation de la paix et de la sécurité internationales, elle démontre la volonté manifeste de contribuer à l'instauration effective d'une zone de paix et de coopération dans l'Atlantique Sud.

Ma délégation est particulièrement sensible aux efforts déployés par le Gouvernement Brésilien pour faciliter la pa ticipation de tous les Etats concernés et pour offrir à leurs représentants d'excellentes conditions de travail.

Forte de l'engagement indéfectible du Togo vis-à-vis de la paix et de la sécurité internationales, ma délégation entend oeuvrer pleinement pour le succès de nos présentes assises et donc pour assurer la concrétisation de notre objectif commun, en l'occurrence la transformation de notre région en une zone de paix et de coopération.

Monsieur le Président,

Comme vous le savez, par son ampleur, sa diversité et sa célérité, le progrès scientifico-technique a investi tous les domaines de la vie politique, économique, sociale et culturelle des nations, reculant ainsi les frontières des capacités créatrices du génie humain et causant des bouleversements spectaculaires à la fois positifs et négatifs qui ont créé de nouvelles exigences d'organisation des sociétés modernes et de nouveaux défis.

Entre autres bouleversements spectaculaires, la révolution apparue dans les transports et les communications a davantage rapproché les nations en même temps qu'elle a permis l'extension aux mers et aux océans des zones de tensions, de convoitise, de confrontation et de savants calculs géopolitiques et stratégiques.

Tout en réflétant l'équilibre entre les puissances éstatiques dans le monde, cette situation pose inévitablement et objectivement le problème de la capacité des pays en développement à assumer entièrement leur souveraineté sur leurs espaces nationaux tant terrestre que meritime et aérien.

L'importance stratégique de l'Atlantique Sud n'est plus à démontrer si l'on prend en compte le grand nombre des pays de cette région, la régularité et la diversité du trafic commercial maritime et donc les intérêts économiques, financiers et de sécurité sous-jacents à l'utilisation de cette zone.

Il est donc impératif que les pays concernés conjuguent leurs efforts en vue de transformer l'Atlantique Sud en une zone de paix et de de coopération conformément aux résolutions 41/11 et 42/16 de l'Assemblée Générale des Nations Unies.

L'orientation et le cadre de ces efforts sont d'ailleurs indiqués dans la résolution-mère, en l'occurrence la résolution 41/11 aux termes de laquelle trois demandes sont faites par l'Assemblée Générale à savoir:

— la coopération régionale au niveau des pays concernés;

—,l'engagement de tous les Etats de toutes les autres régions, en particulier les Etats militairement importants à respecter scrupuleusement la région de l'Atlantique Sud comme zone de paix et de coopération;

— la coopération entre tous les Etats de la région et de toutes les autres régions en vue d'éliminer toutes les sources de tension dans la zone.

Monsieur le Président,

Telle que nous la concevons, la coopération devrait constituer un facteur essentiel de promotion, de sauvegarde et de renforcement de la paix. Elle devrait donc, en s'inspirant des principes de réciprocité, de compréhension mutuelle, de complémentarité et de solidarité, embrasser les quatre (4) domaines d'action indiqués par la résolution 41/11, notamment:

— le développement économique et social;

— la protection de l'environnement;

— la préservation des ressources sociologiques;

— la paix et la sécurité de l'ensemble de la région.

L'iniquité du système économique international et son cortège d'effets pernicieux sur les économies des pays pauvres rendent urgent l'accroissement de la coopération économique et sociale Sud-Sud. A cet égard, nos pays devraient promouvoir des infrastructures économiques dynamiques et mutuellement avantageuses en créant des industries complémentaires et non concurrentes, notamment pour traiter nos matières premières

vendues à vil prix sur un marché international que nous ne contrôlons pas du tout. Ainsi, une commercialisation adéquate de nos propres produits finis et semifinis procurerait davantage de ressources pour financer nos politiques de développement.

La promotion des infrastructures pourrait d'ailleurs trouver son dynamisme et son efficacité dans le reforcement de la coopération scientifique et technique sur les plans bilatéral, sous régional et multilatéral et dans les secteurs d'activités tels que l'agriculture, l'agro-industrie, l'énergie, la sidérurgie, les transports, la santé etc...

L'homme étant l'instrument essentiel de promotion du progrès économique et social, il conviendrait d'accorder un intérêt particulier au développement de la formation dans le domaine de l'enseignement technique.

Au regard des risques grandissants de dégradation de la nature, la protection de l'environnement est également à inscrire au rang de nos priorités.

D'un côté, il importe de renforcer la coopération en matière d'océanographie afin de protéger l'espace océanique s'étendant entre l'Afrique et l'Amérique latine, notamment pour éviter ou prévenir la violation de nos côtes et le pillage de nos ressources halieutiques.

D'un autre côté, les pays de la région devraient rechercher les voies et moyens propres à prévenir et à lutter contre la sécheresse et la désertification, notamment en prévoyant la mise en place de mécanisme de surveillance sismique et d'aide d'urgence.

Par ailleurs, la question des déchets toxiques est de la plus haute importance dans le cadre de la protection de l'environnement. Car, il y va de la santé de nos populations, du développement de l'agriculture, de la faune et de la flore et de l'exploitation des ressources halieutiques. Consciente que'elle est de ses intérêts supérieurs, l'Afrique indépendante n'a d'ailleurs pas manqué de réagir avec fermeté et responsabilité face aux récentes tentatives orchestrées par des industriels et des hommes d'affaires européens et américains sans foi ni loi, pour entreposer des déchets nucléaires et industriels dans le sous-sol du continent. Significatives à cet égard sont les résolutions pertinentes adoptées sur la question par la 24ème Conférence au Sommet des Chefs d'Etat ou de Gouvernement de l'OUA et par la 11ème Conférence au Sommet des Chefs d'Etat ou de Gouvernement de la C.E.D.E.A.O.

Monsieur le Président,

L'objectif de transformation de l'Atlantique Sud en une zone de paix et de coopération serait irrémédiablement compromis si les Etats militairement importants devaient poursuivre à leur guise, sans contrôle ni retenue leurs activités militaires dans la région sous d'habiles prétextes tels que la liberté de navigation et des manoeuvres inoffensives de routine.

Au contraire, ces Etats devraient s'engager à respecter cette zone de paix et de coopération et donc s'abstenir de toute action susceptible de violer la souveraineté des pays riverains de l'Atlantique Sud, de susciter ou d'exacerber des tensions et de favoriser la course aux armements, surtout nucléaires.

Ainsi se pose le problème des bases militaires étrangères installées dans certains pays. Même si la présence de ces bases procède d'accords de défense régulièrement conclus, il importe de veiller à ce qu'elles ne servent pas de prétexte à des ingérences dans les affaires intérieures des Etats de la région, ni à des activités militaires incompatibles avec les exigences de sécurité des Etats concernés.

Par ailleurs, parce qu'elle met en danger la paix et la sécurité internationales, la présence croissante d'armes nucléaires dans les mers et les océans rend impérieux la cessation de la course aux armements et le désarmement navals.

Pour être véritablement une zone de paix et de coopération, l'Atlantique Sud devrait également rester à l'abri de la confrontation EST-OUEST. A cet égard, nous ne saurions trop inviter les Etats militairement importants à s'abstenir de toute activité susceptible de transférer ou d'étendre dans la zone des conflits inspirés par des affrontements politico-idéologiques et des calculs stratégiques.

Monsieur le Président,

Parce qu'il est une zone très sensible du point de vue des intérêts stratégiques, économiques, financiers et autres qui sont en jeu, l'Atlantique Sud porte en soi des germes de confrontation.

En vue de préserver la paix et la sécurité internationales les Etats de la zone ont donc l'impérieux devoir de coordonner leurs efforts pour assumer à la fois l'élimination des sources de tensions et le respect des attributs des Etats et le non-usage de la force.

Dans cette optique, il conviendrait, de l'avis de ma délégation, d'envisager les initiatives ci-après:

1) mise en place d'un mécanisme d'alerte rapide et précoce destiné à prévenir les tensions et d'un mécanisme de régulation des conflits;

2) engagement solennel de tous les Etats de la zone à respecter les principes consacrés par la Charte et les normes du droit international, en l'occurrence l'indépendance, la souveraineté, l'intégrité territoriale des Etats, la non-ingérence et la non-intervention, le non-recours à la force ou à la menace d'emploi de la force etc...

3) conclusion d'accord de non-agression et d'assistance mutuelle en matière de défense.

Monsieur le Président,

La promotion et la défense de la paix et de la sécurité internationales sont des tâches sérieuses pour la réalisation desquelles aucun sacrifice ne serait jamais trop grand.

Pour avoir été pendant ces 43 dernières années les principales victimes de l'insécurité, les pays en développement dont nous sommes, connaissent mieux que quiconque les vertus irremplacables de la paix.

Désireux et résolus que nous sommes d'assurer à nos populations la mieux-être économique et social, il nous incombe de ne ménager aucun effort pour transformer véritablement l'Atlantique Sud en une zone de paix et de coopération. C'est-à — dire une zone libérée de toutes convoitise et ingérence extérieures, des conflits d'intérêt et des tensions de tous genres.

C'est-à-dire également une région-modèle par la complémentarité et la solidarité entre ses composantes et par l'impact de ses initiatives sur le développement économique, social et culturel et la stabilité des pays concernés ainsi que sur la paix et la sécurité internationales.

Ainsi, nous aurons conféré davantage de crédit à l'idée noble et juste selon laquelle la création de zones de paix et de coopération est de nature à contribuer efficacement à la consolidation de l'équilibre mondial.

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR RAFAEL BRANCO (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE)

Que nos seja permitido expressar, em nome da delegação de S. Tomé e Príncipe as nossas vivas felicitações ao Governo e povo brasileiros pela feliz iniciativa de convocar esta reunião sobre o Atlântico Sul Zona de Paz e Cooperação.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe reagiu desde a primeira hora *positivamente e deu o seu inteiro apoio à proposta apresentada em nome do Governo* brasileiro perante a Assembléia-Geral das Nações Unidas por S.E. o Presidente José Sarney em 1985 porque acreditamos que os países situados dos dois lados do Atlântico Sul comungam uma série de fatores geográficos, históricos, políticos e culturais que tornam aconselhável, diria mesmo imperativo, uma ação conjunta e coordenada com o objetivo de manter e reforçar a sua independência, soberania e integridade territorial por um lado, e por outro promover uma cooperação multifacética que seja contributo importante para os respectivos processos de desenvolvimento.

É nosso entendimento no entanto que tais objetivos só serão possíveis de ser realizados num clima de liberdade e paz que hoje, infelizmente, se encontram ameaçados pela existência de focos de tensão e conflitos em diversos pontos e países do mundo.

Nesta perspectiva uma das mais urgentes tarefas dos países do Atlântico Sul parece ser, ao nosso ver, um esforço conjunto no sentido de lidar e contribuir positivamente para a eliminação — através da procura de soluções pacíficas e justas — dos presentes focos de tensão e conflitos.

Se é verdade que os objetivos inscritos na declaração só poderão ser plenamente alcançados com a cooperação das grandes potências e outros Estados militarmente importantes a contribuição decidida dos países da região não deixa de ser relevante.

Constatamos nesse sentido com agrado que a situação internacional apresenta tendências favoráveis à busca de soluções pacíficas aos grandes problemas que preocupam a comunidade internacional nas diversas regiões do globo e em particular no Atlântico Sul.

Essas tendências pela sua amplitude e diversidade de situações que abrange e pelo impacto que eventualmente terão na estrutura do sistema das relações internacionais parecem apontar para o surgimento de uma nova era não só no relacionamento entre as duas superpotências o que é deveras importante, mas também para uma abordagem mais *construtiva dos grandes problemas do nosso tempo.*

A assinatura e posterior ratificação pela URSS e os E.U.A. do Tratado para eliminação de armas nucleares de alcance médio (INF Treaty) a conclusão com sucesso das negociações sobre a retirada das forças soviéticas do Afagnestão, as anunciadas conversações sobre a situação no Kampuchea, os recentes desenvolvimentos relativos à guerra Irã-Iraque abrem perspectivas encorajadoras que, se traduzidas em ações concretas de Paz, contribuirão significativamente para a instauração de um clima de diálogo construtivo ao nível mundial, substituindo-se assim às soluções de força.

Mais perto de nós e de fundamental importância, assinalamos com agrado e bastante expectativa o acordo de princípio alcançado entre as delegações da República Popular de Angola, a República da África do Sul, a República de Cuba e os Estados Unidos da América.,

Gostaríamos nesta ocasião de saudar a República Popular de Angola pela determinação sempre demonstrada na busca de uma solução negociada para os problemas da

África Austral e pelos sacrifícios consentidos em prol de independência da Namíbia de acordo com a resolução 435 do Conselho de Segurança.

Em contraste flagrante com o quadro que acabamos de esboçar o regime de *apartheid* na República da África do Sul continua sendo a principal fonte de tensão na região e a causa primeira do clima de instabilidade que aí se vive. Os atos de destabilização dirigidos contra os países da linha da Frente são uma ameaça séria à paz e segurança para toda África e um fator contraditório e destruidor dos esforços com vista à recuperação e desenvolvimento econômico dos países da sub-região.

Senhor Presidente,

Esta breve análise que não pretendemos exaustiva permite-nos determinar o contexto no qual deveremos inserir os nossos esforços com vista a transformar o Atlântico Sul numa zona de Paz e Cooperação.

Ao chamarmos a atenção para as situações conflitantes existentes não queremos de maneira alguma subordinar ou relegar para segundo plano os desafios que se nos apresentam no domínio da cooperação. Os caminhos conducentes à paz são diversos e muitas vezes ambíguos. A cooperação entre países é certamente um desses caminhos e dos mais seguros.

O Atlântico Sul tem sido até o presente testemunho das maiores calamidades e afrontas de que a África tem sido vítima durante os últimos séculos. O grande desafio é transformá-lo numa via, num meio que traga a prosperidade e o bem estar e a dignidade para os países que dele se servem para comunicar, para fazer o comércio de idéias e produtos, para aproximar culturas, para partilhar recursos, para comungar aspirações e para disfrutar com dignidade os avanços da civilização humana.

Porque acreditamos nesta possibilidade estamos hoje aqui, nesta terra brasileira que é em tão grande medida parte da nossa História.

Por isso dizemos que o Atlântico Sul, apesar das distâncias, longe de nos separar tem tudo para nos unir.

Estamos aqui porque acreditamos que a paz é possível, é necessária para os nossos povos e para todos os povos do mundo.

Estamos aqui para dar forma e conteúdo concreto às imensas possibilidades de cooperação que o Atlântico Sul nos proporciona.

Como gerir e salvaguardar os recursos marítimos, vivos e não vivos, do oceano? Que medidas eficazes poderemos adaptar para controlar e combater a poluição marítima?

Os países abrangidos pelo Atlântico Sul encontram-se relativamente em diferentes níveis de desenvolvimento. Como tirar partido das complementaridades existentes? A estas perguntas cabe-nos dar respostas concretas e criadoras e gostaria desde já declarar a inteira disponibilidade do meu país para explorar todas as avenidas possíveis.

Senhor Presidente,

Esta reunião deverá também explorar as alternativas institucionais para o fortalecimento da cooperação na região do Atlântico Sul.

É nosso modesto parecer que nesta etapa deveríamos concentrar os nossos esforços na definição dos contornos precisos que deverá assumir cada área de cooperação possível, precisando os recursos tanto materiais como humanos disponíveis. A constituição de grupos de trabalhos com mandato específico deveria sim integrar-se num programa de actividades a ser analizado numa próxima reunião dos países membros.

Senhor Presidente,

Gostaríamos de, ao terminar, agradecer o governo brasileiro pela hospitalidade calorosa com que nos receberam e pelas excelentes disposições que tomaram para garantir o sucesso desta reunião.

INTERVENCION DEL JEFE DE LA DELEGACION ARGENTINA, EMBAJADOR J.C. BELTRAMINO.

En el dia de ayer hemos escuchado una elocuente exposicion del Sr. Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil en la que se pusieron de relieve los lazos comunes que unen a ambas costas del Atlantico y los objetivos de la presente reunion de estados copatrocinadores de la Resolucion de las Naciones Unidas que declara al Atlantico Sur zona de paz y cooperacion, asi como los esfuerzos realizados por el pais huesped en vistas al desarrollo adecuado de la reunion y finalmente su exito. Desde ahora deseamos agradecer al gobierno del Brasil por su convocacion y por decidir que fuera precisamente en esta esplendida ciudad de Rio de Janeiro.

Desde un comienzo, cuando la iniciativa de declaracion de una zona de paz para esta parte del Atlantico nos fuera transmitida por el Brasil nos apresuramos a darle al nivel mas alto del gobierno nuestro claro y decidido apoyo. Destacamos en esa oportunidad que "la declaracion para el Atlantico Sur y su desmilitarizacion, evitar la nuclearizacion y la carrera armamentista en dicha zona, que mucho preocupan como es natural a paises de nuestra region, corresponde plenamente a la politica de paz y desarme perseguida firmemente por el gobierno argentino, por lo que ha sido acogida con beneplacito y aprobacion".

Formamos parte del grupo de jefes de estado o de gobierno de cinco continentes por la paz y el desarme, en el que mantenemos una actitud activa y alerta frente al desarrollo de la situacion internacional. Hemos demostrado cabalmente nuestra determinacion, al par que defendemos con firmeza nuestros derechos, para resolver pacificamente la cuestion creada por la usurpacion de una potencia extranjera en parte de nuestro territorio nacional, que lamentablemente aun perdura como resabio de la era colonial y de la politica de cañoneras bien conocida.

El mandato de la presente reunion y de otras que habran de celebrarse se encuentra definido en la resolucion 41/11 de la asamblea general de las naciones unidas, ratificada por la resolucion 42/16 adoptada por la misma asamblea del año anterior, que debe enmarcar y orientar nuestras deliberaciones e intercambios de puntos de vista.

Consideramos necesario precisar el enfoque de mi delegacion respecto de la terea que debemos emprender para asegurar los mejores resultados, es decir para que se cumplan sus objetivos y que sea a la vez de real beneficio para todos y cada uno de los paises ribereños del Atlantico Sur. Constituimos un grupo de Estados Unidos en el deseo de afirmar nuestra identidad como estados soberanos y nuestro desarrollo economico y social, pero con la paz asegurada en la region Atlantica y cooperando libremente entre nosotros. La adopcion de conclusiones constructives y de real provecho para los paises de la region al final de nuestras deliberaciones debe estar pues basada como condicion "sine qua non" en el respeto de los derechos de cada uno, conforme al derecho internacional, en la sabia regla del consenso entendido como unanimidad de voluntades, que ligara luego a todos en la causa comun.

La experiencia ha demostrado que la union entre los miembros de un grupo de estados como este y la eficiencia en la practica de lo acordado solo se logran plenamente mediante negociaciones y esta regla del consenso. Deseariamos ahora referirnos a varios aspectos que revisten mayor interes para mi pais en la presente reunion. En primer termino y como preocupacion capital y permanente se encuentra el mantenimiento de la paz y la seguridad en el area del Atlantico Sur, asi como la eliminacion de tensiones y de la presencia militar de estados de otras regiones y el desmantelamiento en consecuencia de las instalaciones militares y la no introduccion de armas nucleares y otras armas de destruccion en masa. La reunion deberia reafirmar y reforzar por lo tanto tal disposicion de la resolucion de la asamblea general.

En el curso del corriente año la comunidad internacional ha comenzado a percibir ciertos sintomas de distension. Se esta desarrollando entre las superpotencias un dialogo constructivo que reconoce las ventajas de un proceso de negociacion.

Es auspicioso ver como esta evolucion tambien se observa en un numero importante de conflictos en diversas partes del mundo. Sin embargo, en la region del Atlantico Sur a pesar de los esfuerzos de la comunidad internacional de establecer una zona de paz esto aun no se ha hecho visible en su conjunto. El apartheid continua, no conocemos aun la fecha de la independencia de Namibia y persiste la situacion colonial de las Islas Malvinas, Georgia y Sandwich del Sur.

Nuestro Oceano es objeto de una injustificada militarizacion por parte de estados poseedores de armas nucleares que afecta a la seguridad de toda la region, caracterizada por la existencia de bases, la realizacion de maniobras y el desplazamiento irrestricto de unidades navales dotadas de dichas armas.

Resulta entonces necesario una respuesta firme y energica de esta reunion porque es dificil pensar en una cooperacion integral, comprensiva y permanente, a la que todos aspiramos, si aun persisten signos serios de confrontacion. Estamos convencidos que el mejor camino para hacer efectiva la cooperacion es lograr afianzar la paz y la seguridad de nuestra region. En segundo termino, argentina considera que la cooperacion bilateral economica, social y tecnica asi como multilateral entre los paises del area es el medio mas adecuado, realista y efectivo para promover la cooperacion en dichos campos prevista en la declaracion. No elaboraremos al respecto ya que es bien conocido que tales campos de actividades debidamente trabajados, materializados los objetivos buscados em acuerdos y emprendimientos que respondan a necesidades reales de los paises respectivos, reportan beneficios mutuos a la vez que actuan como motores de desarrollo. Es pues altamente explicable que paises africanos participantes de esta reunion hayan expresado su interes en el tema que compartimos y seria de desear que adoptaramos conclusiones apropriadas sobre el particular al final de nuestras deliberaciones.

Queremos señalar que Argentina viene desarrollando tal cooperacion, incrementada en los ultimos años en vistas a la integracion economica con Brasil y Uruguay, en la que participan luego otros paises sudamericanos. Con paises africanos nos hemos empeñado en el desenvolvimiento de relaciones economicas y de cooperacion tecnica. Como ejemplo de esta ultima basta mencionar que tal cooperacion en el campo agrapecuario se realiza actualmente com Angola, Nigeria, Cabo Verde, Gabon, Cote D'Ivoire, Ghana y Zaire. En noviembre proximo se celebraran dos reuniones en Buenos Aires para paises africanos de habla portuguesa, una sobre salud y la otra sobre maquinaria agricola. En octubre habra otra reunion, tambien en Buenos Aires, sobre desarrollo agricola para paises africanos de

habla francesa. Nuestro pais esta dispuesto a continuar haciendo los mayores esfuerzos para la materializacion de la cooperacion con los paises del area Atlântica.

Un tercer grupo de temas, no menos importantes que los anteriores, es el que se relaciona con el cumplimiento de las resoluciones de las naciones unidas referentes a la eliminacion definitiva del colonialismo y de la politica de apartheid de sudafrica, asi como a una pronta independencia de Namibia. La marcha hacia una rapida eliminacion del colonialismo promovida eficientemente por las Naciones Unidas tuvo su auge al finalizar la decada del 50 y a principios de la decada siguiente, pero pareceria que ciertas situaciones coloniales, por una obstinada y extemporanea politica basada unicamente en la fuerza seguida por determinados paises, se prolongan indebidamente. La firme determinacion de los estados ribereños del Atlântico Sur habra de contribuir sin ninguna duda a su mas pronta solucion.

Finalmente queremos formular desde ya nuestros mejores votos por el exito de esta reunion, en la que nos comprometemos a trabajar en colaboracion muy estrecha con todos los participantes Sudamericanos y Africanos con ese alto proposito.

REUNIÃO DE PAÍSES DA ZONA DE PAZ E DE COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL

LISTA DE PARTICIPANTES

ANGOLA

Embaixadora Olga da Conceição Lima
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Luanda

Embaixador Francisco Romão de Oliveira e Silva
Embaixada de Angola
Brasília, DF

Dr. Antonio Fernandes
Ministério das Relações Exteriores
Luanda

ARGENTINA

Embaixador Juan Carlos M. Beltramino
Ministério das Relações Exteriores e Culto
Buenos Aires

Embaixador Roberto Garcia Moritan
Ministério das Relações Exteriores e Culto
Buenos Aires

Embaixador José H. Ledesma
Ministério das Relações Exteriores e Culto
Buenos Aires

Secretário Martin Garcia Moritan
Embaixa da Argentina
Brasília, DF

BENIN

Diretor Geral Pierre Desire Sadeler
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
Cotonou

BRASIL

Embaixador Bernardo Pericás Neto
Ministério das Relações Exteriores
Brasília, DF

Ministro Luiz Augusto de Araujo Castro
Ministério das Relações Exteriores
Brasília, DF

Conselheiro Luiz Tupy Caldas de Moura
Ministério das Relações Exteriores
Brasília, DF

Conselheiro Antonio Guerreiro
Ministério das Relações Exteriores
Brasília, DF

CABO VERDE

Embaixador José Luís Jesus
Missão Permanente de Cabo Verde junto às Nações Unidas
Nova Iorque

Sr. Fernando Wahnon Ferreira
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Praia

CONGO

Embaixador Martin Adouki
Missão Permanente do Congo junto às Nações Unidas
Nova Iorque

CÔTE D'IVOIRE

Embaixador Zeze Baroan Bertin
Embaixada de Côte d'Ivoire
Brasília, DF

Conselheiro Sylvestre Aka
Missão Permanente da Côte d'Ivoire junto às Nações Unidas
Nova Iorque

GABÃO

Embaixador Laurent Marie Biffot
Missão Permanente do Gabão junto às Nações Unidas
Nova Iorque

GÂMBIA

Conselheiro Hassan Gibril
Embaixada da Gâmbia
Washington

GANA

Embaixador Kofi N. Anoonor
Embaixada de Gana
Brasília, DF

Primeiro Secretário Daniel Neequaye Kotei
Embaixada de Gana
Brasília, DF

GUINÉ

Conselheiro Bassy Camara
Missão Permanente da Guiné junto às Nações Unidas
Nova Iorque

GUINÉ EQUATORIAL

Embaixador Jesus Ela-Abeme
Ministério dos Assuntos Exteriores e Cooperação
Malabo

GUINÉ-BISSAU

Sr. Agnelo Augusto Regalla
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Bissau

LIBÉRIA

Ministro Conselheiro Famatta Rose Osode
Missão Permanente da Libéria Junto às Nações Unidas
Nova Iorque

NIGÉRIA

Embaixador P. D. Cole
Embaixada da Nigéria
Brasília, DF

Embaixador A. E. B. Ayeni
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Lagos

Ministro Conselheiro Mahmud Abdullah
Embaixada da Nigéria
Brasília, DF

Ministro Conselheiro Olajumoke Oladayo Obafemi
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Lagos

Conselheiro Senior Biodun Owoseni
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Lagos

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Embaixador Joaquim Rafael Branco
Missão Permanente de São Tomé e Príncipe Junto às Nações Unidas
Nova Iorque

SENEGAL

Sr. F. Seck
Ministério dos Assuntos Estrangeiros
Dakar

Ministro Conselheiro Demba Niang
Embaixada do Senegal
Brasília, DF

SERRA LEOA

Embaixador Tom Obaleh Kargbo
Missão Permanente de Serra Leoa junto às Nações Unidas
Nova Iorque

Dr. Bubakei Jabbie
Ministério das Relações Exteriores
Freetwon

TOGO

Embaixador Koffi Adjoyi
Missão Permanente do Togo junto às Nações Unidas
Nova Iorque

Embaixador Lambana Tchaou
Embaixada do Togo
Brasília, DF

Embaixador Nampouguini Laré
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
Lomé

URUGUAI

Embaixador Julio Cesar Lupinacci
Ministério das Relações Exteriores
Montevideu

Don Luís Alberto Caresse Prieto
Ministério das Relações Exteriores
Montevideu

Capitão de Navio Carlos Alberto Giani Ferreri
Ministério da Defesa Nacional
Montevideu

Capitão de Navio José Tomas Lovera
Ministério da Defesa Nacional
Montevideu

ZAIRE

Embaixador Lualaba Emeleme Alekia
Embaixada do Zaire
Brasília, DF.

Ministro Conselheiro Lokosu Nkulufa Montomba
Embaixada do Zaire
Brasília, DR.

Dr. Bilongo Panzu
Embaixada do Zaire
Brasília, DF.

REVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — Portarias do Ministro de Estado

Afim de atender a uma velha aspiração dos pesquisadores e historiadores brasileiros e estrangeiros, o Ministério das Relações Exteriores adotou em outubro de 1988 duas importantes medidas para a revisão do Arquivo Histórico do Itamaraty e a liberação de uma grande parte de sua documentação para a consulta de especialistas.

Duas portarias foram assinadas pelo Ministro de Estado: a Portaria 593 aprovando o novo regulamento do Arquivo Histórico e a Portaria 594, também de 12 de outubro, criando uma Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico com a missão de "proceder à revisão e reclassificação sistemática dos documentos sob a guarda da Seção do Arquivo Histórico".

A Comissão que foi posteriormente nomeada é presidida pelo Embaixador Sergio Bath e integrada pelos Professores Murilo de Carvalho, Marcelo de Paiva Abreu e Embaixadores Donatelo Grieco, Lauro Escorel e Heitor Pinto de Moura.

Reproduzimos em seguida o texto das duas Portarias:

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GABINETE DO MINISTRO
PORTARIA N.º 593, DE 12 DE OUTUBRO DE 1988

O Ministro de Estado das Relações Exteriores

Considerando os termos do Decreto n.º 94.327, de 13 de maio de 1987, que definiu a nova estrutura básica para o Ministério das Relações Exteriores, e o disposto na Portaria n.º 580 de 13 de maio de 1987, que estabelece o Regimento Interno da Secretaria de Estado;

Considerando a necessidade de se proceder a uma atualização das normas que regem o acesso à documentação sob a guarda da Seção de Arquivo Histórico do Itamaraty, RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado o Anexo Único desta Portaria, Regulamento da Seção de Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, que dispõe sobre as normas de acesso e de divulgação da documentação diplomática de relevante valor histórico sob sua guarda.

Art. 2º – Esta Portaria e seu Anexo Único entram em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROBERTO ABREU SODRÉ

REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Art. 1º – O Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores compõe-se do acervo de correspondência e documentos do Ministério das Relações Exteriores com mais de 15 anos a contar da data de sua produção.

Parágrafo Único – Integram também o acervo do Arquivo Histórico os arquivos particulares adquiridos pelo Ministério por compra, doação ou depósito.

Art. 2º – Compete à Seção de Arquivo Histórico organizar, conservar e divulgar o acervo de correspondência e de documentos do Ministério das Relações Exteriores de mais de 15 anos a contar da data de sua produção, assim como os demais documentos sob sua guarda.

Art. 3º – Tratando-se de unidade administrativa do Ministério das Relações Exteriores, têm acesso à Seção de Arquivo Histórico os funcionários do Serviço Exterior do Brasil, segundo níveis próprios (ostensivos, confidencial, secreto, secreto-exclusivo) conforme sua hierarquia e a função exercida.

Art. 4º – O acesso à documentação da Seção de Arquivo Histórico será, igualmente, permitido, mediante autorização específica, a pesquisadores brasileiros e estrangeiros, observado para estes últimos o critério de reciprocidade.

Art. 5º – O acesso à documentação obedecerá às seguintes diretrizes:

1) O pesquisador deverá dirigir-se à Chefia do Centro de Documentação ou da Seção de Arquivo Histórico e preencher formulário próprio, do qual constarão os seguintes elementos:

a) dados pessoais;

b) dados profissionais;

c) dados sobre a pesquisa;

2) A Consulta será feita em documentação liberada pela Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico. Os atos da Comissão serão objeto de endosso específico por parte do Secretário-Geral das Relações Exteriores;

3) O funcionário do Serviço Exterior do Brasil que desejar ter acesso à documentação da Seção de Arquivo Histórico para fins de elaboração de tese, monografia, livro ou outro trabalho passível de publicação deverá cumprir as formalidades mencionadas no item 1;

4) Quando a finalidade da pesquisa for a preparação de tese ou trabalho acadêmico de nível superior, o consulente deverá anexar ao formulário carta de apresentação do estabelecimento de ensino ou do orientador do trabalho;

5) O consulente estrangeiro deverá fornecer carta de apresentação de entidade oficial de seu país ou da representação diplomática desse país no Brasil;

6) Caso a pesquisa resulte em publicação que reproduza ou cite documentos da Seção de Arquivo Histórico, o autor deverá se comprometer a remeter dois exemplares para a Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores;

7) A Seção de Arquivo Histórico fornecerá, quando possível, os documentos originais, ficando a critério da Chefia sua eventual substituição por cópias quando o estado dos originais desaconselhar sua manipulação;

8) Nenhum documento poderá ser retirado da Seção de Arquivo Histórico, devendo a consulta ser efetuada nas salas de leitura reservadas para esse fim, na presença de funcionário do Arquivo;

9) O pesquisador será responsável pela integridade e boa conservação dos documentos que venham a ser colocados a sua disposição;

10) A reprodução de documentos dependerá da autorização e será custeada pelo *requisitante.*

Art. 6.° — A documentação a que se refere o item 2 do Art. 5.° desta Portaria é constituída por:

1) documentos com mais de 30 anos a contar da data de sua produção, salvo aqueles com parecer contrário da Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico.

2) documentos que, embora contem menos de 30 anos de produção, tenham sido liberados pela Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico.

Parágrafo Único — Não serão liberados para consultas os seguintes documentos:

— Os que contenham informações suscetíveis de pôr em risco a segurança do país e as relações do Brasil com terceiros países e organismos internacionais;

— os que possam afetar a vida privada das pessoas, antes de decorridos 100 anos a contar da data de seu nascimento.

PORTARIA N.° 594, DE 12 DE OUTUBRO DE 1988

O Ministro de Estado das Relações Exteriores

Considerando a necessidade de se proceder à revisão e à reclassificação dos documentos sob a guarda da Seção de Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores;

Considerando o disposto na Portaria n.° 593, de 12/10/1988, que estabelece o Regulamento do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, RESOLVE:

Art. 1.° — Criar a Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, para proceder à revisão e à reclassificação sistemática dos documentos sob a guarda da Seção de Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2.° — Fica aprovado o Anexo Único desta Portaria, Regimento da Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

ROBERTO ABREU SODRÉ

REGIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE DE REVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRIDO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Art. 1º – A Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores tem por função proceder à revisão e reclassificação sistemáticas da documentação sob a guarda da Seção de Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º – No desempenho dessa função, à Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores compete especificamente:

1) proceder à revisão sistemática de todos os documentos que se encontram sob a guarda da Seção de Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores;

2) recomendar a eventual reclassificação de documentos;

3) recomendar a liberação da consulta aos documentos, observados os termos do Regulamento do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores;

4) recomendar o descarte de documento desprovidos de interesse histórico ou prático;

5) recomendar à Comissão de Estudos de História Diplomática a divulgação, através do Setor de Publicações do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, ou por outros meios, de documentos de particular interesse histórico;

6) recomendar a restauração de documentos de relevante valor histórico.

Art. 3º – A Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, sediada junto à Seção de Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, é constituída por seis membros, designados por Portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores, dos quais:

a) um Presidente escolhido dentre os Ministros de 1a. ou de 2a. Classe da Carreira de Diplomata, inclusive do Quadro Especial ou aposentados;

b) três membros escolhidos dentre os funcionários da Carreira de Diplomata, inclusive do Quadro Especial ou aposentados;

c) dois membros escolhidos dentre pessoas de reconhecida competência nas áreas de história diplomática, relações internacionais ou documentação.

Art. 4º – A Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores disporá de Secretaria composta de funcionários do Ministério das Relações Exteriores designados para esse fim e lotados na sede da Comissão, no Rio de Janeiro.

Art. 5º – A Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores reunir-se-á por convocação do Presidente, pelo menos seis vezes ao ano para:

a) distribuir as tarefas de revisão dos documentos entre seus membros;

b) avaliar e aprovar os pareceres de seus membros;

c) elaborar as recomendações de que trata o Artigo 2º

Parágrafo 1º – Às reuniões da Comissão assistirão o Chefe do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, ou substituto designado para esse fim, e o Chefe da Seção de Arquivo Histórico.

Parágrafo 2º – As decisões sobre as recomendações da Comissão deverão ser de natureza consensual, resguardando-se para qualquer de seus membros o direito de emitir parecer em separado.

Art. 6º – Compete ao Presidente da Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores:

1) convocar e coordenar as reuniões da Comissão;

2) propor programas de trabalho para os membros da Comissão;

3) transmitir aos membros da Comissão eventuais instruções ou recomendações das autoridades superiores do Itamaraty;

4) encaminhar as recomendações aprovadas pela Comissão ao Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação, que as submeterá à aprovação do Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Art. 6.º – Compete ao Presidente da Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores:

1) convocar e coordenar as reuniões da Comissão;

2) propor programas de trabalho para os membros da Comissão;

3) transmitir aos membros da Comissão eventuais instruções ou recomendações das autoridades superiores do Itamaraty;

4) encaminhar as recomendações aprovadas pela Comissão ao Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação, que as submeterá à aprovação do Secretário-Geral das Relações Exteriores.